



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS (PPGEL)
MESTRADO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS (MEL)

EMERSON SANTOS DE SOUZA

**A PREPOSIÇÃO ‘NI’ NO *CONTINUUM* RURAL-URBANO DE
COMUNIDADES BAIANAS**

EMERSON SANTOS DE SOUZA

**A PREPOSIÇÃO 'NI' NO *CONTINUUM* RURAL-URBANO DE
COMUNIDADES BAIANAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, da Universidade Estadual de Feira de Santana, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos.

Orientadora: Profa. Dra. Norma Lucia F. de Almeida
Co-orientadora: Profa. Dra. Josane Moreira de Oliveira

Feira de Santana, BA
2015

Ficha Catalográfica – Biblioteca Central Julieta Carteado

Souza, Emerson Santos de
S713e A preposição 'ni' no continuum rural-urbano de Comunidades Baianas
/Emerson Santos de Souza. –Feira de Santana, 2015.

140 f.: il.

Orientadora: Norma Lucia F. de Almeida
Coorientadora: Josane Moreira de Oliveira

Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Feira de
Santana, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, 2015.

I. Lingüística. 2. Gramática – preposição. I. Almeida, Norma Lucia
F. de, orient. II. Oliveira, Josane Moreira de, coorient. III. Universidade
Estadual de Feira de Santana. IV. Título.

CDU: 801+801.5(814.22)

EMERSON SANTOS DE SOUZA

**A PREPOSIÇÃO ‘NI’ NO *CONTINUUM* RURAL-URBANO DE
COMUNIDADES BAIANAS**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Feira de Santana
– UEFS como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em
Linguística.

Aprovado em 13 de março de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Norma Lucia Fernandes de Almeida – UEFS (Orientadora)

Profa. Dra. Josane Moreira de Oliveira – UEFS (Co-orientadora)

Profa. Dra. Eliana Pitombo Teixeira – UEFS

Prof. Dr. Alan Baxter – UFBA

Aos meus avós paternos Antônio Rodrigues de Souza e Dionizia Francisca de Souza (Em memória), que iniciaram o *continuum* rural-urbano do qual faço parte.

AGRADECIMENTOS

A Deus,
que sempre foi minha fonte de inspiração, persistência, fortaleza e sabedoria.

Aos meus pais e ao meu irmão,
que muito intercedem por mim. Obrigado pelo apoio, carinho, dedicação e amor.

A tia Geane,
que esteve ao meu lado constantemente ao longo desses dois anos de mestrado.

A André Nascimento,
que muitas vezes me deu um ombro amigo para que eu pudesse descansar.

A minha orientadora Norma Lucia Fernandes de Almeida,
que, mesmo antes de ser aprovado na seleção do mestrado, me incentivava a fazer o curso. Obrigado pelo apoio, pelas orientações, pela amizade e pelo carinho fraterno.

A minha co-orientadora Josane Moreira de Oliveira,
que incontáveis vezes me auxiliou no processo de escrita. O prefixo co- é apenas uma questão de regras acadêmicas. Você foi mais que co-orientadora, por isso, “minha malvada favorita”, obrigado por tudo.

Às professoras Normas Lopes e Tânia Alkimin,
pelas sugestões que abrilhantaram este trabalho.

Ao professor Alan Baxter e à professora Eliana Pitombo Teixeira,
pelas ressalvas e orientações feitas na qualificação.

Ao corpo docente do MEL,
especialmente, a professora Rita Queiroz, por todos os conhecimentos compartilhados,
pelo carinho e atenção.

Às colegas Joana Gomes (minha marida), Fernanda Almeida, Gracielli Fabris e a Reginete Lopes,
por todas as parcerias feitas.

À turma do MEL,
pela companhia durante esses dois anos de curso.

Às colegas da turma dois Daianna Quelle e Josenilce,
pelas palavras de doçura e incentivo.

A Caroline Nunes e a toda equipe administrativa do MEL,
pelo carinho e atenção.

À CAPES,
pelo apoio financeiro durante a pesquisa.

A todos os meus familiares e amigos,
por terem compreendido os momentos de ausência e nunca terem me abandonado.

Os migrantes rurais que se estabelecem nas cidades são semiletrados e falam variedades regionais e rurais do português que exibem surpreendentemente um alto grau de uniformidade – se considerada a imensa extensão territorial do país – e que tendem a amalgamar-se com variedades urbanas não padrão. (BORTONI-RICARDO, 2011, p. 12)

RESUMO

O presente estudo tem o principal objetivo de investigar a substituição da preposição *em* por *ni*, fenômeno bastante recorrente na fala e, algumas vezes, na escrita. A partir de comparações feitas entre variedades do português (do Brasil e da África), conjectura-se que essa troca morfológica tenha a ver com influências de algumas línguas africanas que mantiveram contato com o português no período da colonização/exploração desses lugares. Além disso, por notar que o uso do *ni* é realizado por falantes da zona rural e da urbana, há a hipótese de que, possivelmente, exista um *continuum* que explique a sua difusão no português brasileiro. Dessa forma, a partir da metodologia quantitativa de inspiração laboviana, analisam-se falas do português rural, popular e culto de Feira de Santana a fim de avaliar a hipótese da existência de um *continuum* rural-urbano, levando em consideração o emprego desse traço morfológico. Os resultados das rodadas apontam que o português rural e culto favorecem o uso do *ni* com os pesos relativos de .65 e .52, respectivamente. O peso relativo de .33 do fator português popular, por sua vez, indica que essa variedade não favorece aplicação dessa variante. O fato de haver valores tão discrepantes entre elas é explicado a partir das características histórico-sociais de cada comunidade linguística. Todavia o que chama mais atenção nesta pesquisa é que os resultados da análise das variáveis linguísticas corroboram a ideia de haver uma relação entre o português do Brasil e algumas línguas africanas no que diz respeito ao uso do *ni*.

Palavras-chave: Contato linguístico. Português brasileiro. Preposição *ni*.

ABSTRACT

This study has the main objective to investigate the replacement of the preposition *in* by *ni*, fairly frequent phenomenon in speech and sometimes in writing. From comparisons between varieties of Portuguese (Brazil and Africa), it is conjectured that this morphological change has to do with influences from some African languages which had contact with the Portuguese in the period of colonization / exploration of these places. In addition, note that the use of *ni* is performed by speakers from rural and urban, there is the hypothesis that possibly there is a continuum that explain its dissemination in Brazilian Portuguese. Thus, from the quantitative methodology Labovian inspiration, we analyze speech from the Portuguese rural, popular and cult of Feira de Santana to evaluate the hypothesis of a rural-urban continuum, taking into account the use of this morphological trait . The results of the rounds indicate that the rural Portuguese and worship favor the use of *ni* with the relative weighting of .65 and .52, respectively. The relative weight of .33 of popular Portuguese factor, in turn, indicates that this variety does not favor implementation of this variant. The fact that there are so discrepant values among them is explained from the historical and social characteristics of each language community. But what draws the most attention in this research is the analysis of the results of the linguistic variables corroborate the idea of a relationship between the Portuguese of Brazil and some African languages with regard to the use of *ni*.

Keywords: Language Contact. Portuguese Brazilian. Preposition *ni*.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	10
LISTA DE QUADROS	11
LISTA DE GRÁFICOS	12
LISTA DE FIGURAS	13
INTRODUÇÃO	14
1 A INTERAÇÃO DE LÍNGUAS E A MUDANÇA LINGUÍSTICA	17
1.1 O contato linguístico: algumas abordagens teóricas	17
1.1.1 <i>Situações de contato</i>	19
1.1.2 <i>O contato interdialetoal</i>	21
1.1.3 <i>Contato linguístico versus poder</i>	25
1.1.4 <i>Mas o que acontece na (com a) língua em situações de contato?</i>	28
1.1.4.1 <i>Um olhar para as preposições locativas na/ni em situações de contato de línguas</i>	36
1.1.4.2 <i>Descrição dos locativos em algumas línguas do grupo bantu</i>	44
1.2 A preposição ‘ni’ no Brasil: uma influência das línguas africanas?	47
2 A SÓCIO-HISTÓRIA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO: EVIDÊNCIAS DO CONTATO DE LÍNGUAS	56
2.1 E assim surgiu o português do Brasil	57
2.2 Das comunidades tribais igualitárias à civilização colonial brasileira	64
3 ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA QUANTITATIVA	68
3.1 As comunidades observadas	71
3.2 Constituição dos corpora	73
3.3 As variáveis linguísticas e suas hipóteses	75
3.3.1 <i>Definitude do SN</i>	75
3.3.2 <i>Posição no espaço</i>	76
3.3.3 <i>Deslocamento no espaço</i>	77
3.3.4 <i>Traço de animacidade do SN</i>	77
3.3.5 <i>Grau de concretude do SN</i>	78
3.3.6 <i>Traço semântico do SN</i>	78
3.3.7 <i>Natureza sintática do SN</i>	79
3.4 As variáveis linguísticas e suas hipóteses	79
3.4.1 <i>Faixa etária</i>	79
3.4.2 <i>Sexo/gênero</i>	80
3.4.3 <i>Comunidade linguística do informante</i>	80

3.4.4	<i>Nível de escolaridade</i>	81
4	A PREPOSIÇÃO ‘NI’ EM COMUNIDADES BAIANAS	82
4.1	Resultados obtidos das três comunidades observadas	83
4.1.1	<i>Definitude do SN</i>	85
4.1.2	<i>Traço semântico do SN</i>	88
4.1.3	<i>Comunidade linguística do falante</i>	92
4.2	Resultados da análise do português rural – Matinha	95
4.2.1	<i>Traço semântico do SN</i>	97
4.2.2	<i>Nível de escolaridade</i>	97
4.3	Resultados da análise do português popular de Feira de Santana	100
4.3.1	<i>Traço semântico do SN</i>	101
4.3.2	<i>Faixa etária</i>	102
4.3.3	<i>Sexo/gênero</i>	104
4.4	Resultados da análise do português culto de Feira de Santana	106
4.4.1	<i>Definitude do SN</i>	107
4.4.2	<i>Faixa etária</i>	108
4.4.3	<i>Sexo/gênero</i>	111
4.5	A preposição ‘ni’ e a possibilidade de um <i>continuum</i> rural-urbano	113
4.6	Formas gramaticalizadas de expressões com ‘ni’	123
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
	REFERÊNCIAS	134

LISTA DE TABELAS

Tabela 1:	Influência do falante no uso do ‘ <i>ni</i> ’.....	43
Tabela 2:	Relação entre gênero do falante e o uso do ‘ <i>ni</i> ’ – análise geral.....	43
Tabela 3:	O ‘ <i>ni</i> ’ nas três comunidades observadas.....	84
Tabela 4:	Definitude do SN introduzido por ‘ <i>ni</i> ’ – análise geral.....	85
Tabela 5:	Traço semântico do SN introduzido por ‘ <i>ni</i> ’ – análise geral.....	89
Tabela 6:	Variáveis eliminadas da rodada geral.....	91
Tabela 7:	Aplicação do ‘ <i>ni</i> ’ por comunidade – análise geral.....	93
Tabela 8:	O ‘ <i>ni</i> ’ no português rural – Matinha	96
Tabela 9:	Traço semântico do SN introduzido por ‘ <i>ni</i> ’ – Matinha.....	97
Tabela 10:	Nível de escolaridade – Matinha.....	98
Tabela 11:	Variáveis eliminadas – Matinha	98
Tabela 12:	O ‘ <i>ni</i> ’ no português popular de Feira de Santana.....	100
Tabela 13:	Traço semântico do SN introduzido por ‘ <i>ni</i> ’ – Português popular de Feira	101
Tabela 14:	Faixa etária – Português popular de Feira.....	102
Tabela 15:	Sexo – Português popular de Feira.....	104
Tabela 16:	Variáveis eliminadas – Português popular de Feira.....	105
Tabela 17:	O ‘ <i>ni</i> ’ no português culto de Feira de Santana.....	106
Tabela 18:	Definitude do SN introduzido por ‘ <i>ni</i> ’ – Português culto de Feira.....	107
Tabela 19:	Faixa etária – Português culto de Feira.....	108
Tabela 20:	Sexo – Português culto de Feira.....	111
Tabela 21:	Variáveis eliminadas – Português culto de Feira.....	112

LISTA DE QUADROS

Quadro 1:	População do Brasil em 1700.....	59
Quadro 2:	Percentual dos povos africanos trazidos para o Brasil.....	60
Quadro 3:	Censo extra-oficial do Brasil no ano de 1798.....	62
Quadro 4:	Informantes da comunidade rural.....	74
Quadro 5:	Informantes da comunidade urbana.....	74
Quadro 6:	População livre e escrava/ Termo de Feira de Santana, 1835.....	118
Quadro 7:	Feira de Santana: Evolução da população do município – 1920-2000.	121

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1:	O ‘ <i>ni</i> ’ nas três comunidades observadas.....	84
Gráfico 2:	Definitude do SN introduzido por ‘ <i>ni</i> ’ – análise geral.....	86
Gráfico 3:	Traço semântico do SN introduzido por ‘ <i>ni</i> ’ – análise geral.....	89
Gráfico 4:	Aplicação do ‘ <i>ni</i> ’ por comunidade – análise geral.....	93
Gráfico 5:	O ‘ <i>ni</i> ’ no português rural – Matinha.....	96
Gráfico 6:	Traço semântico do SN introduzido por ‘ <i>ni</i> ’ – Matinha.....	97
Gráfico 7:	Nível de escolaridade – Matinha.....	99
Gráfico 8:	O ‘ <i>ni</i> ’ no português popular de Feira de Santana.....	100
Gráfico 9:	Traço semântico do SN introduzido por ‘ <i>ni</i> ’ – Português popular de Feira.....	102
Gráfico 10:	Faixa etária – Português popular de Feira.....	103
Gráfico 11:	Sexo – Português popular de Feira.....	105
Gráfico 12:	O ‘ <i>ni</i> ’ no português culto de Feira de Santana.....	106
Gráfico 13:	Definitude do SN introduzido por ‘ <i>ni</i> ’ – Português culto de Feira.....	108
Gráfico 14:	Faixa etária – Português culto de Feira.....	109
Gráfico 15:	Sexo – Português culto de Feira.....	112
Gráfico 16:	O ‘ <i>ni</i> ’ no <i>continuum</i> rural-urbano de Feira de Santana.....	113
Gráfico 17:	O ‘ <i>ni</i> ’ como locativo no <i>continuum</i> rural-urbano de Feira de Santana.	114
Gráfico 18:	A definitude do SN introduzido por ‘ <i>ni</i> ’ no <i>continuum</i> rural-urbano de Feira de Santana.....	116

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	Contato rural-urbano até o processo de industrialização.....	23
Figura 2:	Contato rural-urbano depois do processo de industrialização.....	24
Figura 3:	Modelo tridimensional das relações espaciais	39
Figura 4:	Mapa da região econômica do Paraguaçu.....	73
Figura 5:	' <i>Vem ni mim</i> ' – Sentido espacial.....	128
Figura 6:	' <i>Vem ni mim</i> ' – Caso ambíguo.....	128
Figura 7:	' <i>Vem ni mim</i> ' – Desejo de frequentar.....	129
Figura 8:	' <i>Vem ni mim</i> ' – Desejo de entender.....	130
Figura 9:	' <i>Vem ni mim</i> ' – Sentido de espera/ansiedade.....	130

INTRODUÇÃO

O português brasileiro (PB) foi constituído a partir do amálgama de algumas línguas indígenas, africanas e europeias que ocorreu no período da colonização do Brasil. Durante esse contato linguístico, a língua que serviu de base para o PB, o português europeu (PE), sofreu mudanças estruturais em vários níveis: fonético, semântico, sintático, lexical e morfológico. Entretanto, depois da formação do PB, o contato entre línguas continuou (continua) acontecendo, principalmente, entre os dialetos, como, por exemplo, o rural e o urbano.

As características que diferenciam o PB do PE são notadas sobretudo na fala do povo brasileiro e têm dado margem para várias pesquisas linguísticas. Um dos aspectos que tem chamado atenção dos sociolinguistas é a substituição da preposição canônica *em* por *ni*. Algumas pesquisas já sinalizaram essa troca morfológica como, por exemplo, a realizada por Holm (1987, p. 406-429); Baxter (1992), Lucchesi e Baxter (2009, p. 114), em Helvécia – BA; por Souza (2012) feita a partir de redações de uma escola do semiárido baiano; e por Paes (2013), que observou a fala de Vitória da Conquista – BA.

Além desses estudos, Baxter e Lopes (2006), ao investigar o português dos Tongas de São Tomé (África), perceberam que os falantes bilíngues (português e umbundo) também usavam o *ni* no lugar da preposição portuguesa *em*. Segundo esses pesquisadores, essa permuta poderia ser uma interferência das línguas africanas, consequência da maneira como os Tongas aprenderam o português: através de uma transmissão linguística irregular.

Ao comparar o português dos Tongas com o vernáculo brasileiro, compreende-se que o emprego do *ni* é uma marca linguística em comum nessas variedades do português. Além disso, com base nas pesquisas que apontaram o uso desse traço morfológico no Brasil, percebe-se que ele não está presente apenas na fala de pessoas da zona rural (os dados de Helvécia), mas também na zona urbana, conforme os estudos de Souza (2012) e Paes (2013).

Com essas analogias, conjectura-se que o uso do *ni* no Brasil também teria a ver com a influência das línguas africanas que outrora haviam contribuído para a formação do PB. Outra hipótese é a de que o *ni* teria se difundido no português brasileiro através do contato interdialeto rural-urbano, sendo seu uso mais recorrente, possivelmente, na fala de pessoas da zona rural do que da zona urbana devido aos contrastes dos aspectos histórico-sociais de cada uma dessas áreas.

A fim de responder às hipóteses acima, este trabalho tem por objetivo comparar o contexto de uso do *ni* de algumas línguas africanas e de variedades do português – que

mantiveram contato com línguas africanas, como, por exemplo, o português dos Tongas –, com o português brasileiro. Além desse objetivo, esta pesquisa analisa algumas variedades do português (rural, popular e culto) a fim de saber se há um *continuum* rural-urbano que possivelmente explicasse a difusão do *ni* no PB.

Sendo assim, este estudo está estruturado em quatro capítulos. No primeiro deles, faz-se uma abordagem teórica sobre a mudança linguística a partir do contato de línguas, tomando por base algumas ideias de Saussure (2006 [1916]); Calvet (1993 e 2002); Couto (2009); Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]); Romaine (2000 [1988]); Givón (2012); Naro e Scherre (2007); Lucchesi e Baxter (2009); Holm (1987). Neste capítulo, é feita também uma análise das preposições multifuncionais *na* (presente na maioria dos crioulos de base portuguesa, o da Guiné, por exemplo) a partir de uma pesquisa de Couto (2007); e *ni* (usado no português dos Tongas) com base em um estudo realizado por Baxter e Lopes (2006). Por fim, é feita uma análise do sufixo locativo *-ni* usado em algumas línguas bantu, baseando-se nas descrições de Ngunga (2004).

No segundo capítulo, apresenta-se um panorama da sócio-história do português brasileiro, levando em consideração, principalmente, os dados demográficos do Brasil no início da colonização discutidos por Mussa (1991). Além disso, discorre-se sobre as condições precárias em que os escravizados africanos aprenderam o português, partindo da tese da transmissão linguística irregular, defendida por Lucchesi e Baxter (2009). Discute-se ainda a ideia de o português do Brasil não ser uma língua crioula, apresentando alguns fatos históricos descritos por Mattos e Silva (2004) e Guy (2005). Nesta parte, analisam-se também dois estudos de variedades do português da África (GONÇALVES; CHIMBUNTANE, 2004 e BAXTER; LOPES, 2006) a fim de elucidar o *ni* a partir do contato de línguas.

No terceiro capítulo, descrevem-se os aspectos teórico-metodológicos da pesquisa quantitativa de cunho laboviano. Inicialmente, faz-se uma pequena abordagem sobre a Linguística e uma das suas subáreas, a Sociolinguística, com base no texto de Labov (2008 [1972]). Nesta subdivisão, são apresentadas as comunidades linguísticas observadas (português rural (Matinha) e o português popular e culto de Feira de Santana); a forma de como estão constituídos os *corpora* que foram utilizados e, por fim, são elencadas as variáveis (extra)linguísticas mensuradas nesta pesquisa.

No quarto e último capítulo, são expostos os resultados obtidos das rodadas no GoldVarb. Primeiramente, apresentam-se os resultados de uma rodada geral envolvendo as três comunidades observadas, seguido dos resultados que foram alcançados em cada variedade separadamente. Depois dessa exposição, comparam-se os dados a fim de avaliar a

hipótese da existência de um *continuum* rural-urbano, tendo por base as ideias de Bortoni-Ricardo (2011). Vale ressaltar que, para avaliar a possível existência desse *continuum*, analisam-se dados sócio-históricos de Feira de Santana (de onde as variedades linguísticas são observadas), com base em Freitas (2011) e Almeida (2012), a fim de justificar a possível trajetória desse traço morfológico entre essas comunidades. Discute-se ainda o uso do *ni* sob uma perspectiva funcionalista, para tanto, retomam-se os pensamentos de Ferrari (1997), Martellota (2011), Castilho (1997) e Gonçalves et al. (2007). Logo após são feitas as considerações finais.

1 A INTERAÇÃO DE LÍNGUAS E A MUDANÇA LINGUÍSTICA

Durante o contato linguístico, uma língua pode influenciar outra em vários aspectos (fonético, sintático, semântico, lexical etc.), fazendo com que uma das línguas sofra alterações e, conseqüentemente, possa ser alvo de uma mudança linguística. Assim, pensar em contato de línguas é também hipotetizar fatores que contribuem para que possa ocorrer uma mudança em determinada língua.

Neste capítulo, faz-se uma breve reflexão sobre a teoria que discute a mudança linguística sob a perspectiva do contato de línguas, tomando como exemplo o uso das preposições multifuncionais *na*, presente no crioulo guineense, e *ni*, no português dos Tongas – línguas que surgiram a partir do contato do português europeu com algumas línguas africanas.

Esta seção está organizada em diferentes subseções. A primeira delas discute o conceito de contato de línguas e as situações de contato, principalmente o contato interdialeto, tomando por base as ideias de Saussure (2006 [1916]), Calvet (1993 e 2002) e Couto (2009).

A segunda apresenta uma relação do contato linguístico com o poder, a partir de Bourdieu (2008). A terceira externa as conseqüências linguísticas geradas com o contato de línguas à luz da teoria de Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]), Romaine (2000 [1988]), Givón (2012), Naro e Scherre (2007) e Lucchesi e Baxter (2009).

Na última seção, há a análise do comportamento das preposições *na*, no crioulo guineense, e *ni*, no português do Tongas, a partir das pesquisas realizadas por Couto (2007), Baxter e Lopes (2006), fazendo uma análise comparativa com os morfemas locativos de algumas línguas do grupo bantu descritas por Ngunga (2004). A seção é finalizada com uma breve justificativa sobre o uso do *ni* no Brasil.

1.1 O contato linguístico: algumas abordagens teóricas

Pensar em contato entre línguas implica afirmar que, no mundo, há uma diversidade linguística e que, num determinado tempo, espaço, e com propósitos específicos, elas podem se influenciar. A partir do reconhecimento dessa diversidade é que, conforme Saussure (2006 [1916], p. 221), “um povo toma consciência de seu idioma”, pois essa percepção faz com que o indivíduo enxergue as divergências entre a sua e a língua do outro. Além disso, permite

reafirmar sua identidade, cuja característica remete a uma comunidade bem estruturada, politizada etc.

A linguagem humana se efetiva a partir da troca de signos/discursos entre interlocutores, porém a interação só será eficaz se ambos compartilharem de uma mesma língua, um mesmo conjunto de signos/discursos estabelecidos por uma convenção social. Por outro lado, existem contextos de comunicação em que os falantes não comungam do mesmo sistema linguístico, mas conseguem se comunicar, fazendo uso de outros artifícios, como, por exemplo, gestos e associações na tentativa de compreender o que está sendo dito.

Dessa forma, nota-se que a linguagem, vista como um processo através do qual as pessoas se comunicam, é o lugar propício para que possam acontecer não apenas trocas de informações e/ou outras funções que ela possa exercer mas também é o espaço onde uma língua pode influenciar outra, não somente uma influência no discurso, na forma de pensar e ver o mundo, mas na própria estrutura linguística, sendo, em muitos casos, um fator determinante para que ela seja dominada e, conseqüentemente, reestruturada ou, em última instância, extinta. Dessa forma,

Quando um indivíduo se confronta com duas línguas que utiliza vez ou outra, pode ocorrer que elas se misturem em seu discurso e que ele produza enunciados “bilíngues”. Aqui não se trata mais de interferência, mas, podemos dizer, de colagem, de passagem em um ponto do discurso de uma língua a outra, chamada de misturas de línguas. (CALVET, 2002, p. 43)

A reestruturação e/ou a extinção de uma língua acontece a partir da supremacia de uma em detrimento da outra, independentemente de ser de um poder oficial ou não oficial¹, pois, em muitos casos, a imposição de uma língua sobre outra não tem como fator determinante apenas o poder conferido a uma pessoa que obriga seus súditos a falarem de uma maneira mas também às características sociais dos falantes. Sendo assim, para que se possa descrever a composição de determinada língua, é necessário conhecer a história de seus falantes, pois, como propõe Mattos e Silva (2004, p. 17), a língua é indissociável da história de seus falantes.

Couto (2009, p. 12) afirma que contato de línguas é comunicação interlinguística, podendo ser entre línguas ininteligíveis ou entre dialetos de uma mesma língua. Mas, para que esse contato possa acontecer, deve-se levar em consideração a relação entre os elementos que permitem que ele advenha. Segundo Couto (2009, p. 19), para estudar as línguas em contato,

¹ Denomina-se aqui poder oficial aquele centralizador, cujas determinações estão nas mãos de um ou de poucas pessoas: reis, imperadores, governantes de maneira geral etc. E não oficial é aquele poder que é exercido por um contingente de maneira (não) intencional.

necessita-se, além de analisar a língua, o povo e o território, considerar o poder que os rege, pois a política exerce um importante papel na estratificação das línguas.

Na verdade, discute-se contato de línguas², quando se deveria entender que o que acontece é o contato entre povos. A mistura de línguas ocorre quando diferentes povos mantêm relações com propósitos específicos em um determinado lugar. Por essa razão, para compreender a composição de uma língua a partir do contato, tem-se que caracterizar os povos, cujas línguas originaram aquela que resultou do contato (se é que exista alguma que não tenha passado por este processo) ou até foram reestruturadas. Assim,

A co-presença no espaço leva à interação entre dois povos/línguas, que pode levar a um estado de comunhão que, por seu turno, poderá resultar em comunicação. No início, tentativas de comunicação interlinguística. Com a convivência, as línguas serão processadas nas mentes dos indivíduos, o que pode levar um lado a apropriar-se da língua do outro, mesmo que fortemente marcada pela própria L1 (língua 01), ou ambos os lados formarem uma terceira realidade, um meio unificado de intercomunicação [...]. (COUTO, 2009, p. 50)

O lugar onde o contato de línguas ocorre é o principal fator para que esse fenômeno linguístico se efetive, pois é por causa dele (o que ele pode oferecer) que os indivíduos migram. Assim, para compreender uma língua que resultou de um contato, é imprescindível também analisar quais as finalidades que levaram aqueles povos a manterem relações linguísticas naquele espaço. Além disso, é preciso saber que tipo de poder econômico, político e militar rege cada um dos lados contatantes (COUTO, 2009, p. 55), pois pode neutralizar as trocas linguísticas, uma vez que possivelmente comprometerá a identidade do lugar hospedeiro.

1.1.1 Situações de contato

Para que uma língua possa manter contato com outra(s), é preciso que exista um contexto que justifique a relação de troca, de influência, de dominação de uma sobre a outra. Couto (2009, p. 55) e Calvet (2002, p. 55-64) sistematizam quatro situações de contato linguístico e apresentam os fatores (quantidade, tempo, intensidade e poder) que podem motivar nos resultados dos tipos de contato. Entretanto, levando em consideração que os dialetos de uma mesma língua mantêm contato entre si, deseja-se acrescentar, nesta discussão, mais uma situação de relações interlinguísticas, a interdialetoal.

² O termo contato de línguas é utilizado, neste trabalho, para fazer referência não só ao contato de línguas diferentes, mas ao de dialetos de uma mesma língua também.

O primeiro tipo de contato diz respeito àquele povo (ou parte dele) que se desloca para um lugar onde a língua está bem estruturada e estabilizada. Durante esse processo de adaptação, os migrantes tendem a apreender ou influenciar a língua hospedeira, dependendo, como sinaliza Siegel (2003, p. 185-209) e parafraseia Couto (2009, p. 51), apenas do poder político, econômico e até militar. Nessa situação, pode-se perceber a **Lei das três gerações**, que explica o tratamento da língua apreendida ao longo das gerações.

Segundo esses autores, a primeira geração, normalmente constituída por adultos, apreende a L2 sob forma de uma língua pidginizada da língua hospedeira. Os seus filhos, por sua vez, apresentam características bilíngues, uma vez que apreendem a língua do local e a dos seus pais. Os seus descendentes vão preferir o idioma da terra e se mantêm passivos à língua da primeira geração. Entretanto isso só será possível se, porventura, eles não formarem colônias que busquem manter a identidade linguística de seu povo e façam uso de uma língua veicular para interagir com a comunidade envolvente.

Sobre o segundo tipo de contato, Couto (2009, p. 52) o concretiza quando um povo, considerado forte nos aspectos políticos, linguísticos etc., desloca-se para um território onde os indivíduos sejam fracos nesses mesmos aspectos. Nesse contexto, podem existir outros povos, com suas línguas diferenciadas, mas limítrofes, e que são abarcadas por uma língua dominante. Esse tipo de contato aconteceu, por exemplo, no período da expansão marítima, cujo principal objetivo era colonizar novos espaços. Como consequência desse tipo de contato, ocorre, em sua maioria, a determinação da língua invasora como oficial do espaço invadido, restando apenas a inserção de resquícios lexicais das línguas autóctones.

Para Couto (2009, p. 53), o terceiro caso é caracterizado quando ambos os povos (de aspectos fortes e fracos) migram para um terceiro espaço, ou seja, não pertencente nem a um nem a outro. O território propício para esse tipo de contato acontecer, normalmente, é uma ilha. Nela, é comum o surgimento de um pidgin e, posteriormente, um crioulo, como o que aconteceu em Cabo Verde, cujo crioulo é de base portuguesa. Por outro lado, quando a ilha é extensa, pode acontecer de a língua forte se estabelecer sem passar pela fase de crioulo. Para explicar cada contexto, contudo, faz-se necessário compreender a história política do local bem como a dos seus falantes.

Na quarta situação de contato descrita por Couto (2009, p. 54), percebe-se que ambos os povos visitam o espaço um do outro apenas com propósitos sutis, como, por exemplo, passar uma temporada: de férias, com objetivos comerciais, entre outros. De acordo com Calvet (2002, p. 40-41), este tipo de contato faz com que os indivíduos usem uma língua

veicular a fim de garantir a interação entre si, isto é, quando ambos desconhecem a língua de seu interlocutor e fazem uso de uma terceira língua comum a ambos.

1.1.2 *O contato interdialeto*

Parece contraditório afirmar que existe diversidade dentro da unidade, mas, se se parar para analisar as características de uma língua, enquanto sistema heterogêneo, nota-se que ela apresenta diferentes matizes, cujos aspectos são intrínsecos aos falantes. Assim, uma vez que uma língua é resultado do contato de outras línguas e que, mesmo depois de estabelecida como idioma de um território, pode sofrer influências sociais por parte de outros contatos, ela pode ser estratificada dentro do próprio espaço geográfico. Entretanto, nesse contexto, essas ramificações não serão chamadas línguas, pois não representam oficialmente nações diferentes, mas serão chamadas de dialetos (HAUGEN, 2001, p. 97-101).

Para Saussure (2006 [1916], p. 236), “os dialetos não passam de subdivisões arbitrárias da superfície total da língua” que faz com que a ideia de unidade linguística seja destruída. Corroborando a ideia de Saussure, Calvet (1993, p. 39) diz que “o dialecto é pois, a fala dunha rexión, [...] connota a província, as marcas do reino”. Com isso, observa-se que, semanticamente, a noção de dialeto é diferente da noção de língua, tendo em vista que esta é utilizada como um elemento nacional e não como de uma região de um país, mas a que será identificada por outros países.

O dialecto é simplemente unha forma de falar xeograficamente extensa da lingua. Como noção diacrônica, o dialecto é necesariamente unha noción relativa: se as linguas A, B, C etc. son dialectos dunha lingua a , esta é, sen dúbida, con outras linguas b , c , etc., un dialecto dunha lingua α que, á súa vez, con outras linguas β , Γ , etc., é asimesmo un dialecto dunha lingua X, e así ata o infinito ou case. (CALVET, 1993, p. 42)

O dialeto é uma forma de estratificar a língua, tomando como base as diferenças linguísticas regionais e/ou sociais. Dessa forma, não há apenas que se considerar os falares de diferentes localidades como dialetos mas também as variedades linguísticas sociais de apenas uma comunidade. Nesse último contexto, enquadra-se o contraste entre a variedade padrão e a não padrão de uma língua, ou, como alguns autores denominam, dialeto padrão e não padrão, embora, em determinadas situações, a noção daquele esteja imbricada à ideia de língua (HAUGEN, 2001, p. 97-104).

Nota-se, a partir disso, que existe uma forte relação entre a concepção de língua e poder, uma vez que “a variedade cujos falantes têm força (poder) para se impor como língua será considerada língua. A que não tiver será considerada dialeto (COUTO, 2009, p. 134)”. Destarte, o conceito de língua limita-se, nesse contexto, a uma norma cujas regras são elaboradas com base no uso linguístico de uma classe social que detém poder, normalmente uma classe que ocupa um *status* superior às demais.

Na Linguística, é muito comum nomear os dialetos (regional, urbano, social, rural etc.) a partir de alguns aspectos inerentes a eles, especificamente relacionados ao sotaque, ao léxico, à prosódia, entre outros (LABOV, 2008 [1972]). Sobre o primeiro tipo de dialeto, há a ideia de um conjunto de nuances linguísticas que serve para identificar uma região³, distinguindo-a de outra, apesar de ela ser também constituída por outros dialetos, característicos dos estados que a compõem, embora, muitas vezes, esses aspectos não se limitem às divisões políticas. No caso do Brasil, por exemplo, é corriqueiro ouvir a subdivisão do português em dialeto do Nordeste, do Sul etc.

Com base na variedade do português do Brasil, nota-se que cada estado que forma uma região possui aspectos bem determinantes. No Nordeste, por exemplo, as particularidades da fala baiana são diferentes da paraibana, que, por sua vez, são diferentes da cearense e assim por diante; acontecendo o mesmo nos estados que compõem as demais regiões do país, havendo também, muitas vezes, diferenças linguísticas dentro do mesmo estado. Como cada estado é composto por centros urbanos e rurais, observa-se que cada uma dessas localidades apresenta formas diferentes entre si, conquanto, com o processo de globalização, essa ideia esteja sendo modificada paulatinamente.

Historicamente, os indivíduos encontram nos centros urbanos práticas sociais através das quais podem internalizar um dialeto de prestígio. Segundo Ribeiro (2010, p. 66-70), no caso do Brasil, na época colonial, os falantes dos centros urbanos tinham acesso aos bens culturais e outras formas com as quais eles pudessem “aperfeiçoar” o seu idioma, ao contrário das pessoas que residiam na zona rural. Em contrapartida, mesmo levando em consideração que, na contemporaneidade, essa situação esteja mudando, a ideia de que a fala das pessoas que moram na zona urbana é “diferente” e, por isso, “melhor” que a da zona rural persiste, conforme apontou Souza (2012, p. 17-18).

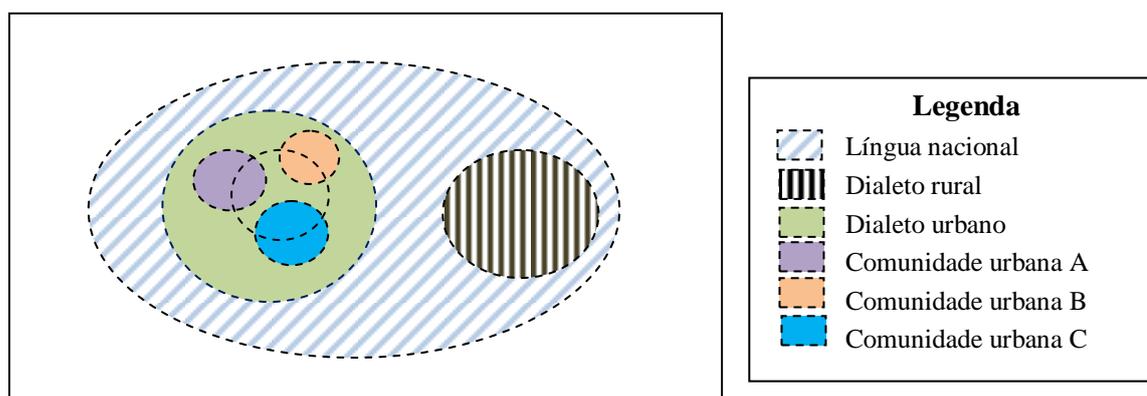
A ideia que a maioria das pessoas tem de que a fala dos centros urbanos é melhor do que a fala da zona rural surgiu quando o distanciamento entre as variedades rurais e urbanas

³ O termo região, aqui, é considerado como a divisão geográfica e política de cada parte que constitui uma nação.

era maior. Até o processo de industrialização, por exemplo, o contato dessas variedades era apenas em situações bem específicas: quando o mantenedor da casa, residente na zona rural, ia à cidade buscar mantimentos nas feiras livres e/ou quando havia festas tradicionais, principalmente as religiosas etc. (RIBEIRO, 2010, p. 66-70).

Nessas idas aos centros urbanos, muitos falantes rurais consideravam a maneira de falar da cidade uma variedade de prestígio pelo fato de o lugar oferecer oportunidades de aperfeiçoar a linguagem dos indivíduos e avaliavam a sua forma de falar como a “errada”, conforme cuidou de imitar o escritor Graciliano Ramos ao criar a personagem Fabiano no romance **Vidas Secas** (2010 [1938]). Esse macro distanciamento pode ser observado na Figura 1 abaixo.

Figura 1: Contato rural-urbano até o processo de industrialização



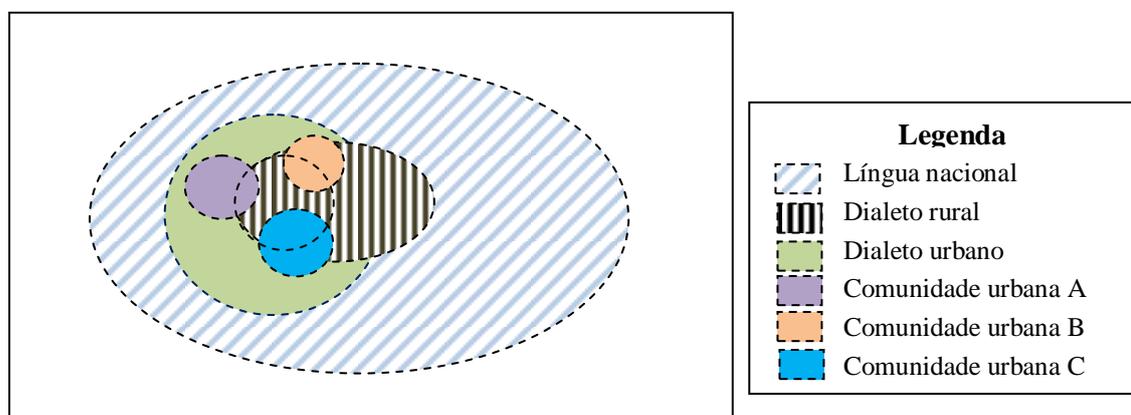
A partir da Figura 1, observa-se também que no dialeto urbano sempre houve uma estratificação social, aduzindo, assim, um conjunto de dialetos que o constituem. Esse conjunto de dialetos, por sua vez, está relacionado às classes sociais de uma comunidade, por isso é notável uma variação linguística entre os falantes da periferia e dos centros urbanos, por exemplo.

É comum também identificar, a partir dessa variação (fonética, lexical, sintática etc.), as formas de falar dos grupos sociais, classificando-os em mais prestigiados, ou menos prestigiados; escolarizados ou não escolarizados, ricos ou pobres etc.

Com o processo de industrialização dos centros urbanos, pessoas que viviam na zona rural encontraram nas cidades oportunidades para mudar de vida. O êxodo rural, ocorrido principalmente após os anos 50 do século XX, marcou fortemente não apenas a economia dos países emergentes em industrialização, mas também os seus aspectos linguísticos, uma vez

que camadas de falantes da variedade rural adentraram em territórios urbanos, conforme pode ser observado na Figura 2.

Figura 2: Contato rural-urbano depois do processo de industrialização



Ao chegar a um lugar hospedeiro, o migrante estará mais propício a sofrer alterações linguísticas e, a depender da quantidade de pessoas, influenciar a língua hospedeira, isto é, pode haver uma influência de cima para baixo (classe prestigiada para a não prestigiada) ou de baixo para cima (da classe não prestigiada para a prestigiada) (LUCCHESI, 2004, p.63-92).

É muito recorrente, por exemplo, perceber nordestinos que migram para a região Sul apreenderem o sotaque, o léxico local etc. e, ao voltarem para o seu lugar de origem, serem notados como alguém que apreendeu outras formas de falar, acontecendo o mesmo com pessoas que têm como língua materna uma variedade rural e, ao migrarem para os centros urbanos, internalizam a variedade urbana (LABOV, 2008 [1972]).

Cabe lembrar que, muitas vezes, esse aprendizado acontece para que o indivíduo não sofra segregações por parte da população hospedeira. Nesse caso, em especial, os falantes são “obrigados” a “abandonar” a sua identidade linguística e internalizar o dialeto do lugar para onde migraram. Dessa forma, o resultado desse contato dialetal é um amálgama marcado ora pelo D1 (dialeto 1), ora pelo D2 (dialeto 2).

As Figuras 1 e 2 indicam que os dialetos são porosos tendo em vista que estão abertos a todo e qualquer tipo de contato, ou seja, não há um poder que bloqueie os falantes de transitarem pelas diversas variedades linguísticas.

Na Figura 2, em particular, observa-se que, embora boa parte da variedade linguística rural tenha se amalgamado com a variedade urbana, existem ainda regiões que mantêm uma

identidade linguística marcada pela ruralidade, principalmente no tocante à sintaxe e à fonologia, mesmo que a globalização tenha chegado a esses espaços através da mídia televisiva, do rádio, da construção de escolas e até da internet.

1.1.3 Contato linguístico versus poder

Ao considerar a língua uma particularidade humana, chega-se à conclusão de que o homem é superior às demais espécies que vivem na Terra. Com essa premissa, diz-se que a língua é um dos critérios que define o poder que o ser humano tem sobre as coisas do meio em que vive.

Entretanto, como se não bastasse ter esse poder, o homem sente a necessidade de dominar os seres de sua própria espécie, valendo-se da língua como um meio de dominação. Essa preponderância aconteceu (e/ou ainda acontece) sob diferentes modos, dos quais se destacam, principalmente, a conquista de territórios, a instauração de uma fé, a criação/imposição de uma norma linguística, o processo de escolarização e o acelerado processo de globalização. Sendo assim,

O valor do discurso depende da relação de forças que se estabelece concretamente entre as competências linguísticas dos locutores, entendidas ao mesmo tempo como capacidade de que dispõem os diferentes agentes envolvidos na troca para impor os critérios de apreciação mais favoráveis e seus produtos. (BOURDIEU, 2008 [1996], p. 54)

Para que a hegemonia se efetive, é obrigatório que haja dois participantes bem específicos: de um lado, o dominador e, do outro, o dominado, configurando, assim, um contato social e, conseqüentemente, linguístico. A respeito dos modos de dominação citados acima, há, como exemplo do primeiro, o contato entre povos, cuja supremacia será do povo que tiver uma língua organizada politicamente e/ou um poder capaz de impor o seu idioma no território hospedeiro, utilizando, se necessário, a força física, bélica etc., como aconteceu, por exemplo, na expansão marítima do século XV.

O segundo modo de dominação aconteceu (e/ou ainda acontece) quando uma religião recorre à linguagem a fim de instituir a sua fé. Nesse contexto, a igreja dominante usa diferentes artifícios para atingir a sua finalidade, como apreender a língua do povo a ser catequizado (caso seja desconhecida), para que os catequizandos sejam ensinados na sua própria língua – a catequização feita pelos jesuítas, no Brasil, no período da colonização, por exemplo: objetivava ensinar a escrita a fim de que os seus fiéis pudessem ler os textos

religiosos, ou, simplesmente, usar do poder da persuasão com o propósito de alienar os seus adeptos – como aconteceu na Reforma Protestante, no século XVI. Dessa forma,

Pode-se dizer que a linguagem, na melhor das hipóteses, representa tal autoridade, manifestando-a e simbolizando-a. Há uma retórica característica de todos os discursos institucionais, quer dizer, da fala oficial do porta-voz autorizado que se exprime em situação solene, e que dispõe de uma autoridade cujos limites coincidem com a delegação da instituição. (BOURDIEU, 2008 [1996], p. 87)

Ainda segundo Bourdieu (2008 [1996], p. 34), a imposição da língua padrão (legítima) em detrimento dos demais dialetos de uma comunidade faz parte de uma estratégia política, pois assegura o poder para aqueles que a detêm. Couto (2009, p. 139) apresenta algumas funções para o dialeto padrão: a função unificadora; a separatista; a de prestígio; e a de quadro de referência. A função **unificadora** visa fazer com que exista um elo entre as demais variedades de uma mesma comunidade linguística. A função **separatista** vê o dialeto padrão como um critério que serve para separar os falantes de ambas as variedades linguísticas. Além disso, nota-se que quem domina a língua legítima tem **prestígio** social, uma vez que ela serve de **referência** para julgar os demais dialetos. De acordo com Bourdieu (2008 [1996], p. 32),

Para que um modo de expressão entre outros (uma língua, no caso do bilinguismo, uma utilização da língua, no caso de uma sociedade dividida em classes) se imponha como único legítimo, é preciso que o mercado linguístico seja unificado e que diferentes dialetos (classistas, regionais ou étnicos) estejam praticamente referidos à língua ao uso legítimo. Enquanto produto da dominação política incessantemente reproduzida por instituições capazes de impor o reconhecimento universal da língua dominante, a integração numa mesma “comunidade linguística” constitui a condição da instauração de relações de dominação linguística.

Diante disso, os falantes que não “dominam” a língua legítima, muitas vezes, sentem a necessidade de apreendê-la a fim de garantir a sua participação em contextos mais formais. Essa necessidade faz com o indivíduo busque instituições onde há o seu ensino (nas escolas, por exemplo), fazendo com que essa variedade da língua se perpetue no tempo e se estenda no espaço. A escola, neste caso, é a principal propagadora e asseguradora da língua legítima na sociedade, embora, muitas vezes, existam ambientes educacionais em que não há um trabalho efetivo para que essa variedade da língua seja eficazmente apreendida (BOURDIEU, 2008 [1996], p. 35).

Uma vez que a escola é a principal instituição que assegura o desenvolvimento das habilidades para o uso da língua legítima, observa-se a sua grande responsabilidade para com os indivíduos. Entretanto deve-se levar em conta que, muitas vezes, essa própria instituição,

devido ao descaso para com o ensino, não garante o total aprimoramento dessas habilidades, comprometendo, assim, a inserção dos indivíduos, alvo do fracasso escolar, num contexto mais formal e, conseqüentemente, colocando-os à margem do mercado de trabalho.

Conforme Bourdieu (2008 [1996], p. 36), a consequência do prestígio da variedade padrão por parte do sistema de ensino é a desvalorização dos modos de expressão populares, considerando erro aquilo que não estiver nos moldes das normas linguísticas. Desde o século XIX, e mais intensamente no século XX e nos nossos dias, devido ao acelerado processo de globalização, o domínio da língua de prestígio tem se tornado um dos primeiros critérios exigidos pelo mercado de trabalho, fazendo com que muitos trabalhadores voltem às salas de aulas a fim de apreenderem o que a escola deixou de ensinar.

Em síntese,

A competência suficiente para produzir frases suscetíveis de serem compreendidas pode ser inteiramente insuficiente para produzir frases suscetíveis de serem escutadas, frases aptas a serem reconhecidas como admissíveis em quaisquer situações nas quais se pode falar. Também neste caso, a aceitabilidade social não se reduz apenas à gramaticalidade. Os locutores desprovidos de competência legítima se encontram de fato excluídos dos universos sociais onde ela é exigida, ou então, se veem condenados ao silêncio. Por conseguinte, o que é raro não é a capacidade de falar, inscrita no patrimônio biológico, universal e, portanto, essencialmente não distintiva, mas sim a competência necessária para falar a língua legítima que por depender do patrimônio social, retraduz distinções sociais na lógica propriamente simbólica dos desvios diferenciais ou, numa palavra, da distinção. (BOURDIEU, 2008 [1996], p. 42)

A língua, ao logo da história das civilizações, tem sido usada para diferentes propósitos, seja para a dominação política de determinadas nações, seja para persuadir adeptos para as instâncias religiosas. Mas o que se tem fortemente marcado na sociedade, principalmente na atual, é o uso de uma das variedades dessa língua com o objetivo classificar e determinar as pessoas aptas a ocupar os melhores cargos do mercado de trabalho. Aquelas que não se adequam às exigências do mundo globalizado ficam à margem, excluídas ‘dos universos sociais’, ou, como afirma Bourdieu (2008 [1996], p. 42), ‘condenadas ao silêncio’.

Desse modo, ao pensar a língua como um instrumento de poder, nota-se que algumas situações de contato de diferentes línguas e/ou diferentes dialetos são conseqüências da instituição de um poder. É preferível dizer algumas situações de contato, porque existem casos em que, embora o contato linguístico aconteça, não há a imposição de uma língua sobre a outra. É o caso, por exemplo, do *russenorsk*, uma língua veicular utilizada por russos e noruegueses em situações esporádicas, mas cada parte continuando em seu território (COUTO, 2009, p. 100-102).

1.1.4 Mas o que acontece na (com a) língua em situações de contato?

Depois de entender algumas situações de contato entre línguas/dialetos, bem como relacioná-las à questão de poder, faz-se necessário compreender o que acontece na estrutura das línguas no momento em que elas interagem e quais as possíveis “alterações” que elas podem sofrer no tocante ao próprio sistema. Assim, estudar o contato de línguas não serve apenas para descrever os aspectos sociológicos que o motivaram, mas permite entender que o processo de mudança linguística, conforme Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968], p. 87), é contínuo e resultado da interação de línguas.

Essa influência mútua gera uma série de problemas linguísticos, principalmente o de entender o que acontece na transferência de uma regra linguística de uma pessoa para outra e/ou de um sistema linguístico para outro caso o contato seja em proporções maiores. Um modelo simples foi proposto por Paul (1920 apud WEINREICH, LABOV, HERZOG, 2006 [1968], p. 92), apresentando que, na “mistura de línguas”, “o falante influencia as imaginações linguísticas relevantes [...] do ouvinte”. Entretanto Weinreich, Labov e Herzog (2006[1968]) afirmam que esse modelo é insatisfatório, uma vez que não explicam casos específicos de alternâncias linguísticas, principalmente no tocante as permutas lexicais entre regiões linguisticamente diferentes.

A fim de ampliar o pensamento de Paul, esses mesmos linguistas propuseram que

[...] a transferência ocorre quando o falante A aprende a forma ou regra usada pelo falante B, e que a regra então coexiste na competência linguística de A junto com sua forma anterior. A mudança então ocorre dentro do complexo repertório linguístico de A: um tipo é o desfavorecimento gradual da forma original em prol da nova, de modo que ela assume o *status* de “arcaica” ou “obsoleta”. (WEINREICH, LABOV; HERZOG, 2006 [1968], p. 93)

A troca de traços linguísticos entre interlocutores, seguida de sua internalização, é um fenômeno comum entre os falantes durante o processo de comunicação, principalmente quando eles mantêm contato por um longo período de tempo. Contudo, no momento em que essa troca acontece, a aquisição das características linguísticas do outro resulta em uma forma alterada da língua “imitada”, “copiada”, “adquirida” etc. Essa alteração é percebida nos aspectos fonológicos, nas escolhas lexicais e/ou nas regras gramaticais que podem ser perdidas. Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968], p. 94) explicam esta alteração a partir do empréstimo de *Trauma* do alemão para o inglês, cujo *r* uvular se tornou um apical surda americana, além de, num período posterior, perceber “o /aw/ mudando para /ɔ/ em

conformidade com a regra que restringe /aw/ diante de consoantes labiais”. Dessa forma, pode-se dizer que a mudança linguística acontece:

Quando o falante *A* aprende pela primeira vez uma regra, *q*, de *B*, não é de esperar que ele a aprenda perfeitamente. Influenciado por seu próprio sistema, *P*, e sem a gama total de experiência de *B* que suporta o sistema *Q* de *B*, *A* adquire uma regra, *q'*, de um tipo algo diferente – uma regra fonológica com traços alternados, uma regra lexical com diferentes privilégios de distribuição, ou uma regra gramatical com algumas condições especiais perdidas. Assim, nessa transferência inicial, um segundo tipo de mudança já aconteceu. Mas a mudança mais profunda e sistemática deve ser esperada depois que *A* adquiriu a regra de *B*. Dentro do repertório único disponível a *A* (contendo *p* em *P* e *q'*), podemos prever uma acomodação de *p* e *q'* – normalmente, uma assimilação de *q'* aos traços característicos de *p* de modo que se torna possível a inserção final de uma *q''* modificada dentro do sistema *P*. (WEINREICH, LABOV; HERZOG, 2006 [1968], p. 94)

É importante observar que, no momento em que as línguas/dialetos mantêm contato, o falante *A* não aprende perfeitamente as regras do sistema linguístico de *B*, salvo a partir de um ensino formal e intenso. Essa imperfeição ocorre mais notadamente nos níveis fonológicos, lexicais e sintáticos. Contudo, mesmo que as regras apreendidas por *A* apresentem características “imperfeitas” em relação ao sistema copiado, fica evidente que a noção de imperfeição é marcada apenas pelo falante *B*, uma vez que houve uma transação consciente, isto é, as regras apreendidas por *A* de *B* foram bem aceitas, menos estigmatizadas, independentemente dos contextos de aprendizado.

Além disso, nota-se que, até que haja uma acomodação das regras apreendidas por *A*, em seu repertório linguístico haverá sistemas coexistentes, variáveis. Por vezes, os traços linguísticos inovadores copiados por *A* de *B* são semelhantes (sinônimos) aos do seu sistema dispõe, podendo fazer parte definitivamente do seu sistema, ser temporários, configurando uma variação de curta duração, ou desaparecer mediante a resistência do seu próprio sistema.

Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968], p. 97) lembram que podem existir falantes que não produzam enunciados em *A* e *B* com a mesma competência devido a “algumas restrições em seu conhecimento pessoal, práticas ou privilégios apropriados ao seu status social”, porém todos eles geralmente têm a capacidade de entender enunciados em *A* e *B*. Essa interação entre línguas/dialetos mostra que as línguas são essencialmente dinâmicas. Contudo elas se tornam enérgicas em consequência da evolução do homem; assim, é correto afirmar que “as línguas se adaptam aos novos tempos” (MARTELOTTA, 2011, p. 28).

Analisar a mudança linguística sob o viés do contato de línguas/dialetos faz com que os contextos desse tipo de interação sejam evidenciados a fim de que os níveis de interferência de uma língua em detrimento da outra sejam descritos. Dessa forma, é de fundamental

importância observar os fatores (extra)linguísticos que contribuem para que essa mudança aconteça.

Couto (2009, p. 55) arrola seis principais fatores que podem contribuir para os resultados; do contato de línguas. O primeiro diz respeito à **densidade demográfica** das pessoas que se deslocam. O número maior de pessoas propicia a manutenção ou imposição da sua própria língua. O segundo fator é o **tempo** de demora no território hospedeiro. Uma curta permanência não implicará amplos resultados em relação a um longo período de estabilidade. Outro fator está relacionado à **intensidade do contato**, quanto maior o *input* da língua dominante menor será a interferência da língua dominada e vice-versa.

Entretanto esses motivos podem ser neutralizados pelo **poder** (político, militar econômico) de cada um dos lados contatantes, pela **resistência cultural** do(s) grupo(s) migrante(s), dificultando a assimilação da sua língua/cultura pela língua/cultura envolventes. As **(des)semelhanças tipológicas** entre as línguas contatantes podem influenciar também nos resultados; assim, quanto mais semelhança houver entre as variantes das línguas contatantes maior será a possibilidade de cópia.

Todos esses fatores contribuem para a mudança linguística sob a perspectiva do contato, contudo a intensidade deles implica em resultados diferentes. No caso do contato de línguas, os resultados podem ser classificados em **pidgin**, **crioulo**, **língua reestruturada** (semicrioulo), **língua duomistas**, **línguas indigenizadas** e, em último caso, a **glototanásia** (morte da língua); já nos casos de contato de dialeto o resultado é a **coineização** (COUTO, 2009, p. 141).

Como o foco principal, neste estudo, é discutir a formação do português brasileiro, desejou-se discorrer, necessariamente, sobre os principais resultados do contato de línguas que possivelmente teriam ocorrido na constituição desse idioma a partir do momento em que houve a mistura de línguas dos povos nativos com as que vieram posteriormente. Assim, dentre os resultados listados acima, abordou-se apenas o conceito de **pidgin**, **crioulo** e **língua reestruturada**, que são pertinentes para essa pesquisa. Da mesma forma, também foi abordado o conceito de **coineização**, uma vez que esta pesquisa investiga também o contato entre dialetos (rural-urbano).

Segundo Couto (2009, p. 99), quando há o deslocamento de um povo forte (ou parte dele) para um território que agrega diferentes línguas e nele se estabelece, surge uma língua veicular de intercomunicação, tendo como base a língua do povo forte. O mesmo contexto linguístico ocorre também quando povos (fortes e fracos) se deslocam para um terceiro

território. A essa língua veicular é dado o nome de **pidgin** que surge a partir do processo denominado de **pidginização**.

Um pidgin nasce em situações quando povos falantes de línguas mutuamente ininteligíveis entram em contato por necessidades bem específicas (ROMAINE, 2000 [1988], p. 24). Segundo Romaine (2000 [1988], p. 24), a pidginização é um complexo processo de trocas de formas linguísticas reduzidas em contextos restritos de uso. É um processo normalmente associado à simplificação linguística que se origina em situações como a aquisição de segunda língua etc.

A trajetória da constituição de um pidgin é clássica. Para Couto (2009, p. 100), um povo considerado forte devido a certos aspectos políticos, linguísticos, econômicos etc. entra em contato com um povo fraco a fim de efetivar a comunicação e, conseqüentemente, conseguir os seus ideais. No simples fato de ambos os povos falarem línguas ininteligíveis, o colonizador e/ou mercadores que têm o maior interesse em negociação criam **estratégias individuais de comunicação**, isto é, utilizam elementos de sua própria língua e, até mesmo, a mímica. Sobre a estrutura linguística de um pidgin, Givón (2012, p. 292) diz que

Nenhuma ordenação “gramatical” consistente pode ser observada em um pidgin, e há pouco ou nenhum uso da morfologia gramatical. A velocidade da articulação é dolorosamente lenta e vacilante, com muitas pausas. As orações verbais são pequenas, normalmente exibindo uma proporção de um-para-um de substantivos para verbos. Enquanto a estrutura sujeito-predicado é virtualmente indeterminada, a estrutura tópico comentário é transparente. Virtualmente não se pode encontrar subordinação sintática, e as orações verbais são frouxamente concatenadas, geralmente separadas por pausas consideráveis. Em outras palavras, a fala pidgin exibe um caso extremo do modo *pragmático* de comunicação.

A partir disso, observa-se que a estrutura linguística dos pidgins é bem simplificada em relação às línguas doadoras. Essa simplificação ocorre tanto na gramática quanto no vocabulário, uma vez que praticamente não haveria morfologia e/ou que haveria um uso muito reduzido do vocabulário. Alguns autores, segundo Couto (2009, p. 103), afirmam que para atender uma necessidade vocabular, os itens lexicais dos pidgins são comumente polissêmicos e polifuncionais, como, por exemplo, as preposições *na/ni*, que apresentam multifuncionalidade em línguas do grupo bantu e da língua Yorubá. Couto (2009, p. 103) comenta que o uso do termo simplificação, por vezes, soa com um quê preconceituoso; dessa forma, é preferível que se utilizem termos como ‘otimização linguística’ e/ou ‘economia linguística’.

Ainda sobre os aspectos linguísticos dos pidgins, pode-se observar a presença de expressões inteiras tiradas das línguas doadoras, normalmente, da língua dominante. Por outro

lado, é perceptível a ausência de elementos gramaticais, como, por exemplo, o uso reduzido e/ou o não uso de preposições (SIEGEL, 2003, p. 185-2009).

A segunda fase para a formação de um pidgin ocorre quando as estratégias individuais de comunicação passam a ser repetidas várias vezes, coletivizando-as. Couto (2009, p. 101) afirma que, quando essas estratégias individuais começam a ser socializadas, poderá surgir um germe de uma gramática o que, conseqüentemente, caracterizará o nascimento de uma língua crioula. Dessa forma, nota-se que o surgimento desse tipo de língua é feito a partir de um pidgin. Entretanto cabe lembrar que nem sempre um pidgin será uma língua crioula, mas poderá permanecer nesse formato.

Outra característica descrita por Couto (2009, p. 102) sobre os pidgins é de que eles não possuem falantes nativos e, por isso, são considerados por diversos autores como uma forma linguística resultado de uma aprendizagem imperfeita de uma segunda língua (L2). Assim, levando em consideração esse contexto, os pidgins também são considerados **línguas francas**, “que são justamente línguas que servem para a comunicação entre os povos que não entendem nas próprias línguas”, como é o caso do inglês que serve como uma língua franca em nível internacional (COUTO, 2009, p. 102). Entretanto, tomando como exemplo o inglês, salienta-se que nem toda língua franca é um pidgin.

A crioulação pode ser o estágio final da pidginização. Segundo Couto (2009, p. 106), o fato de afirmar que “pode ser” é justificado pelo fato de que, depois de formado, o pidgin pode ser apreendido por crianças nascidas na comunidade emergente, fazendo com que ele seja nativizado. Entretanto falar sobre nativização de um pidgin pode gerar diversos transtornos conceituais, tendo em vista que não há a possibilidade de saber quantas crianças seriam necessárias para que um pidgin fosse cristalizado.

Corroborando essa ideia, Givón (2012, p. 292) diz que

[...] o crioulo – aparentemente uma síntese *di novo* pela primeira geração de falantes nativos que recebeu o pidgin como seus dados de *input* e “prosseguiu para criar” a gramática – é muito parecido com línguas normais [...]. A quantidade de variação na fala crioula é muito menor do que no pidgin, e é indistinguível do nível comumente encontrado nas comunidades de língua “normal”. Apesar de os crioulos exibirem certas características uniformes e altamente universais que os distinguem em grau, embora não em espécie de outras línguas normais, eles certamente possuem o leque total de sinais gramaticais usados na sintaxe das línguas naturais, tais como ordenação rígida, morfologia gramatical, entonação, encaixamento e várias restrições.

Couto (2009, p. 107-109) descreve algumas características da estrutura de uma língua crioula:

- (i) Tendência à sílaba *cv* na fonologia, como, por exemplo, *esmola* > *simola*, no crioulo de Guiné-Bissau.
- (ii) Tendência à ordem *svo* (sujeito-verbo-objeto), por exemplo, *mininu kume mangu* > o menino comeu a manga.
- (iii) Uso de partículas de tempo, modo e aspecto antes da raiz verbal.
- (iv) Tendência à inexistência de cópula.
- (v) Apresentam poucas preposições. O crioulo guineense apresenta uma preposição coringa, o *na* ‘em’, formada de “em” mais “a”.
- (vi) Pouca morfologia. A morfologia flexional é quase inexistente. No guineense, por exemplo, *mininu* serve tanto para menino quanto para menina.
- (vii) Uso da parataxe em vez da hipotaxe nas narrativas.
- (viii) Pergunta indicada apenas pela elevação da voz no final da sentença.

No processo de criouliização – cristalização de um pidgin –, os aprendentes da nova língua são compelidos pelo *input* da língua dominadora, um conjunto de normas gramaticais de prestígio, fazendo com que eles possam se reaproximar da **língua lexificadora**, configurando o que muitos linguistas têm chamado de **descriouliização**.

Todavia Naro e Scherre (2007, p. 50-53) e Couto (2009, p. 106-107) dizem que essa ideia de criouliização apresenta divergência uma vez que a estabilização de um pidgin pode ocorrer sem que haja necessariamente a criouliização, passando a ser apenas um reflexo da história externa da comunidade. Um bom exemplo é o caso do *tok pisin*, de base lexical inglesa, usado na Nova Guiné.

Ao pensar nesses embates, surge um novo olhar para a criouliização segundo o qual não há a nativização de um sistema que a princípio não era de nenhum dos falantes, mas prefere-se considerá-lo como uma aquisição imperfeita de L2, principalmente, como algum tipo de transmissão linguística irregular.

Couto (2009, p. 106), retomando os conceitos outrora discutidos por Siegel, sugere que, em vez de nativização, seja usado **comunitarização** – “um meio de comunicação específico da nova comunidade”. A partir do momento em que as estratégias individuais de comunicação passam a ser utilizadas por uma coletividade, nota-se que surge uma gramática independente das gramáticas das línguas que se amalgamaram, cuja principal característica é a simplificação.

É pertinente comentar que os processos históricos de um contato de línguas são variáveis, levando em consideração os aspectos sociodemográficos e etnolinguísticos. Sendo

assim, pode-se deduzir que, durante algum momento da expansão de uma nova variedade linguística (de um pidgin e/ou de um crioulo), pode haver uma competição entre dispositivos gramaticais dessas “línguas” com modelos da língua superstrato, que, normalmente, é prestigiada, influente, determinante etc. (LUCCHESI; BAXTER, 2009, p. 106). A partir disso, é importante pensar o contato de línguas em sentidos mais amplos, como por exemplo, de um processo de **transmissão linguística irregular**, cujo resultado, segundo Couto (2009, p. 56) seria um **crioulo** e/ou uma **língua levemente reestruturada**. Sobre o processo de transmissão linguística irregular, Lucchesi e Baxter (2009, p. 101) dizem que

Nas diversas situações de dominação que se constituíram nesse contexto histórico (colonialismo europeu na África, Ásia, América e Oceania), a língua do grupo dominante, denominada língua superstrato ou língua-alvo, se impõe, de modo que os falantes das outras línguas, em sua maioria adultos, são forçados a adquiri-la em condições bastante adversas de aprendizado, em função de sua sujeição e marginalização. As variedades de segunda língua que se formam nessas condições, mais ou menos defectivas consoante as especificidades de cada contexto histórico, acabam por fornecer os modelos para aquisição da língua materna para as novas gerações de falantes, na medida em que os grupos dominados vão abandonando as suas línguas nativas.

Segundo Lucchesi e Baxter (2009, p. 107), durante o processo de aquisição de uma segunda língua, o fato de os falantes de primeira língua (L1) terem dificuldades de acessar os padrões linguísticos de L2 faz com que a variedade linguística internalizada por eles seja imperfeita, fazendo com que essa L2 apreendida imperfeitamente seja para os novos falantes que ingressam na comunidade de fala a língua alvo (LA).

Dessa forma, Lucchesi e Baxter, (2009, p. 107) concluem que “a expansão gramatical dessa variedade linguística que se forma na situação de contato decorre principalmente dos processos de reestruturação original da gramática e da transferência de estruturas provenientes das línguas do substrato”.

Ainda segundo esses autores, caso o acesso à LA seja amplo, os seus modelos estruturais tendem a sobrepor os processos de transferência gramaticais de outras línguas (L1) e/ou reestruturação original da gramática. A consequência desse contexto será o surgimento de uma variedade linguística que também pode apresentar alguns poucos traços de uma transmissão linguística irregular, isto é, em ambos os casos é notado esse processo de aquisição linguística, todavia poderá ser melhor avaliado, mensurado a partir da intensidade do acesso à língua alvo.

Lucchesi e Baxter (2009, p. 107) justificam a transmissão linguística irregular tomando como base a sócio-história que serviu como plano de fundo para que um contato

linguístico pudesse acontecer. Para o surgimento de um pidgin e/ou de um crioulo, por exemplo, é evidente, algumas vezes, um deslocamento forçado de um contingente para outro espaço bem diferente do seu. Normalmente esse tipo de deslocamento ocorre com propósitos bem específicos: trabalhar em minas ou em *plantations*, que foi muito comum acontecer durante a expansão colonial que marcou o período compreendido entre os séculos XIV e XIX.

Nesse período, os europeus encontraram no continente americano principalmente a forma de expandir seu poder a partir da conquista de terras de onde extraíam minerais e/ou bens agrícolas. Para tanto, eles necessitavam de mão de obra escrava, fazendo com que os ameríndios fossem os primeiros a lhes servirem. Entretanto esses povos resistiram à sua dominação, restando aos colonialistas importar escravizados da África, pois era um meio eficaz e lucrativo.

A fim de que pudessem acelerar o escoamento dos bens da terra hospedeira, os colonialistas não tiveram controle com o número de africanos importados. Cabe lembrar que esses africanos escravizados não falavam a mesma língua e nem possuíam a mesma cultura, fazendo com que usassem de um meio de comunicação emergencial para que pudessem interagir com os capatazes, seus senhores etc. Lucchesi e Baxter (2009, p. 108) estimam um número entre 9 e 15 milhões de africanos importados para a América durante os séculos XIV e XIX, dados fundamentais para a compreensão da formação de uma língua, pois a proporção entre a população de escravizados e a população dominante desempenha um papel crucial, nesse processo. Esses autores ainda afirmam que

[...] Nas situações em que a proporção de escravos e seus descendentes crioulos fosse muito alta (em muitos casos, esses segmentos chegavam a construir mais de 90% do total da população envolvida na situação de contato), o acesso aos modelos da língua dos segmentos dominantes seria bastante reduzido, favorecendo a ocorrência de processos de transferência de estruturas das outras línguas e de processos de reestruturação original da gramática na socialização/nativização de LA. Já nos casos em que a proporção de falantes de LA era maior, esses processos seriam mais raros e marginais. (LUCCHESI; BAXTER, 2009, p. 108)

Para Lucchesi e Baxter (2009, p. 108), outro fator de suma importância para analisar o resultado de um contato linguístico seria a homogeneidade e/ou a heterogeneidade linguística do contingente escravizado. Nos contextos mais homogêneos, a tendência seria uma transferência linguística mais eficaz das línguas dos dominados; já nos casos de heterogeneidade, a língua dominadora recobriria os aspectos do contato. Com isso, “as línguas nativas tenderiam a ser progressivamente abandonadas, à medida que a população de

escravizados adquiria a língua do grupo dominante, mais viável do novo contexto social” (LUCCHESI; BAXTER, 2009, p. 108).

Além desses resultados do contato de línguas, é pertinente comentar neste estudo o que acontece em um contato de dialetos, tendo em vista que, língua e dialeto, por vezes, apresentam características distintas. No caso do contato interdialeto, o que pode acontecer é um nivelamento dialetal, ou como muitos preferem chamar, uma **coineização**. Esse tipo de resultado é comum ocorrer quando há um fluxo de imigração para determinada região. Couto (2009, p. 141-146) exemplifica uma coineização, além de contextos em diversas regiões do Brasil, com o caso de São Paulo, que, devido a forte imigração para esta cidade, possui um tipo de linguagem própria diferenciando-se das demais cidades interioranas.

Outro estudo que aborda claramente o resultado de um contato de dialetos, mais precisamente o contato rural-urbano, é o *continuum* traçado por Bortoni-Ricardo (2011 [1985]), realizado em Brazilândia, localizada a 43 Km de Brasília, onde ela pôde observar a tendência evolutiva do dialeto dos imigrantes através da análise da vocalização do fonema alveopalatal lateral /ʎ/ em posição intervocálica, como em “filha” e “trabalho”; a redução dos ditongos crescentes em finais de palavras, como em “polícia” e “gêmeo”; e a regra de concordância verbal na 1ª e na 3ª pessoas do plural, como em “nós fazemos” e “eles fazem”.

1.1.4.1 Um olhar para as preposições locativas ‘na/ni’ em situações de contato de línguas

Conforme Givón (2012, p. 292), os pidgins são destituídos de uma sintaxe estável; conseqüentemente, neles poderá não haver a presença de preposições que contribuam para que algumas regras gramaticais possam ser estabelecidas como, por exemplo, regências, complementos adverbiais etc. Entretanto, durante a formação de um crioulo, nota-se que a língua passa a incorporar elementos gramaticais da língua-alvo (a do colonizador) ou elementos gramaticais da língua de substrato.

A incorporação de elementos gramaticais inclui também a aquisição de algumas poucas preposições, sendo que, em alguns casos, elas desempenham múltiplas funções, como é o caso da preposição do crioulo guineense *na* (em + a) (COUTO, 2007, p. 80-111) e/ou da preposição *ni* presente nos crioulos de São Tomé (Santomé, por exemplo) (ARAÚJO; AGOSTINHO, 2010, p. 61) e no português dos Tongas (BAXTER; LOPES, 2006), que apresenta diversos valores semânticos, a saber, **lugar-onde**, **lugar-para-onde** etc.

Com base na notável existência de preposições multifuncionais em línguas crioulas, como é o caso da preposição multifuncional *na*, presente no crioulo guineense, e da

preposição multifuncional *ni*, no crioulo Santomé e no português dos Tongas, pretende-se, nesta subseção, discutir os principais contextos linguísticos em que ocorre o uso desses conectores.

No entanto, a fim de analisar o comportamento dessas preposições em situações de contato, esta pequena abordagem cuidará de descrever apenas a preposição *na* no crioulo guineense (COUTO, 2007, p. 80-111) e a preposição *ni* no português do Tongas (BAXTER; LOPES, 2006), uma vez que a aquisição desta última língua ocorreu através da transmissão linguística irregular, ou seja, os falantes tiveram como língua alvo um crioulo e não a língua estruturada do colonizador.

A Guiné-Bissau é um país de 36 125 km², localizado na costa ocidental africana, entre o Senegal (norte) e a República da Guiné (sul), e banhado pelo oceano Atlântico. Com uma população estimada em 1 416 027 habitantes no ano de 2005 (EMBALÓ, 2008, p. 101-102), esse país foi a primeira das colônias africanas de Portugal a declarar independência, após cinco séculos de presença portuguesa.

Assim como aconteceu com as ex-colônias portuguesas, a Guiné-Bissau tem como idioma oficial o português, embora não seja a língua de comunicação nacional, pois apenas 13% da população guineense a falam. E esse percentual de falantes tem-na como segunda, terceira e até quarta língua, tendo em vista a grande quantidade de línguas africanas da família nigero-congolesa (EMBALÓ, 2008, p. 101-102).

O *Kriol*, como também é chamado o crioulo guineense, é um crioulo de base portuguesa e tem uma gramática e um léxico próprios e serve de língua franca, devido à existência de várias línguas e culturas naquele país. Segundo Embaló (2008, p. 102), o *Kriol* “surgiu do contacto do português com as línguas africanas, facilitando a comunicação não só entre os europeus, mas também entre estes próprios, dada a diversidade linguística da região”.

O local do seu surgimento, contudo, varia a partir de diversas opiniões de pesquisadores diferentes. Para Naro (1978 apud EMBALÓ, 2008, p. 102), por exemplo, o pidgin guineense teria surgido em Portugal com a ida de escravizados para lá ainda no século XV e de lá teria emigrado para a África. Peck (1988 apud EMBALÓ, 2008, p. 102) e Kihm (1994 apud EMBALÓ, 2008, p. 102) afirmam que o *Kriol* surgiu em Cabo Verde e teria se expandido. Já Rougé (1986 apud EMBALÓ, 2008, p. 102) afirma que o crioulo se formou em Guiné mesmo.

Sobre essa língua crioula, Kihm (1994, p. 67 apud COUTO, 2007, p. 92) diz que há preposições simples (1a) e preposições complexas (1b).

(1)

- (a) a ‘a’, entremetadi ‘entre’, Kontra ‘contra’, ku ‘com’, na ‘em’, pa ‘a, para’, sin ‘sem’, suma ‘como’, te ‘até’
- (b) antis di ‘antes de’, (na) banda di ‘próximo a’, bas di ‘sob’, dentru di ‘em, dentro de’, dianti di ‘antes de’, dipus di ‘após’, disna di ‘desde’, filadu di ‘defronte a’, fora di ‘fora de’, juntú di ‘perto de’, lungu di ‘ao longo de’, lunju di ‘longe de’, na metadi di ‘entre’, na roda di ‘próximo, por’, PA bia di ‘por causa de’, riba di ‘sobre’, pertu di ‘perto de’, te ‘até’, trás di ‘atrás de’.

Há preposições que são claramente empréstimos recentes ao português (2).

(2)

entri ‘entre’, anti ‘antes de’, sugundu ‘segundo’, cunformu ‘de acordo com’

Há também locuções prepositivas (3).

(3)

- (a) Maria *bai na si tras* ‘Maria foi no seu traseiro = Maria foi atrás dele’
- (b) Jon *sta na si dianti* ‘João estão no seu dianteiro = João está na frente dele’
- (c) Jugude bua *na si ladu* ‘o abutre voou no seu flanco = o abutre voou ao seu lado’

Segundo Kihm (1994, p. 67 apud Couto 2007, p. 83), de todas as preposições do crioulo guineense, o *na* (‘em, dentre de’), que apresenta os significados de “estar-no-interior”, “estar-na-superfície-de”, “estar em uma localização” (4) é considerada uma preposição por excelência.

(4)

- (a) i *sta na* kuartu ‘ele/a está no quarto’⁴
- (b) i *sta na* mesa ‘ele está na mesa’
- (c) i *sta na* fera ‘ele/a está no mercado’

Claire Lefebvre (1998, 93-150 apud COUTO, 2007, p. 94) afirma que *na*, no haitiano, é uma partícula multifuncional, tendo em vista que ela pode desempenhar o papel de morfema verbal, que indica aspecto não-pontual (na terminologia de Bickerton (1981 apud COUTO, 2007, p. 94)), e de preposição. “As duas vêm da combinação da preposição portuguesa “em”

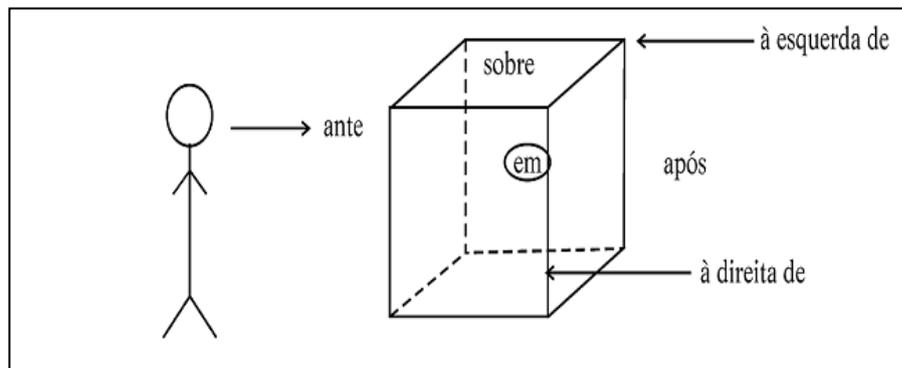
⁴ Exemplos de Couto (2007, p. 93).

mais o artigo feminino “a”. Assim, uma seria preposição com nomes, a outra “preposição” com verbos” (COUTO, 2007, p. 94).

[...] *na* não é apenas um lexema monomorfêmico, mas também um monossílabo. Todas as demais são preposições complexas. Todas consistem de um advérbio ou um nome seguido pela preposição *di*. Isso é um argumento adicional a favor da asserção de que *na* é a preposição por excelência. Ela existe em praticamente todos os crioulos de base lexical portuguesa e espanhola, bem como em variedades não crioulas dessas línguas, tais como o espanhol portorriquenho e o cubano. Ela foi constatada até mesmo em crioulos de outras bases lexicais, como o sranan, o st. Lucian, o trinidadiano e, talvez, no crioulo holandês das Ilhas Virgens, no jamaicano e no kriol. (THOMPSON, 1961, p.112 apud COUTO, 2007, p. 95)

Para Couto (2007, p. 96), em algumas variedades do português brasileiro, principalmente as coloquiais, a forma *ni* pode ocorrer no lugar de *em*. Segundo ele, o *ni* pode possuir alguma relação com a preposição multifuncional das línguas crioulas *na*. Couto (2007, p. 96) justifica a excelência da preposição *na* a partir do preenchimento das posições espaciais da Figura 3 com os exemplos de (5).

Figura 3: Modelo tridimensional das relações espaciais proposto por Couto (2007, p. 91)



(5)

- (a) lebri sta *na* si koba ‘o coelho está *em* (dentro de) seu buraco’⁵
- (b) lebri sai *na* si koba ‘o coelho saiu *de* seu buraco’
- (c) libru sta *na* mesa ‘o livro está *na* (em cima de) mesa’
- (d) Jon sta *na* bu trás ‘João está atrás *de* (depois de) você’
- (e) Mininu *na* kuri na bu dianti ‘o menino corre *na* sua (de você) frente’
- (f) Jon bai *na* bu kasa ‘João foi *a* sua casa’

⁵ Exemplos de Couto (2007, p. 96).

Sobre as posições “à direita/esquerda de”, Couto (2007, p. 96) afirma ter encontrado um sentido equivalente a *na ladu di* (ao lado de), bem próximo ao sentido externado no exemplo (3c) supracitado.

(3c) Jugude bua *na si ladu* ‘o abutre voou no seu flanco = o abutre voou ao seu lado’

Além do sentido espacial, a preposição do crioulo guineense *na* pode ser encontrada com o valor semântico de tempo. Contudo, segundo Couto (2007, p. 100), para que ela tivesse esse sentido, ela deveria estar acompanhada de outras palavras como, por exemplo, *tempu* (tempo), *dia* (dia), *anu* (ano) e *mis* (mês) (6).

(6)

(a) ñ pape ku bu pape *na si tempu* BA ‘meu pai e seu pai no tempo deles’

(b) *na tempu* di cuba ‘no tempo de chuva’

De acordo com Couto (2007, p. 100), há preposições espaciais que também desempenham o valor de tempo, todavia, no crioulo, há pelo menos uma com esse sentido: *disna* (*di*) (desde + na) (7). Segundo esse mesmo autor, há, no português brasileiro, a forma *desna*, que apresenta um valor semelhante a *disna*.

(7)

(a) N sta li *disna* k’u bai ‘eu estou aqui desde que você se foi’

(b) N kA kume nada *disna di* parmaña ‘eu não comi nada desde a manhã’

Segundo Pottier (1962 apud COUTO, 2007, p. 101), em princípio, todas as preposições podem ser usadas indicando tempo, espaço e noção. Com este último sentido, todavia, equivale às preposições puras, isto é, aquelas que não são frutos de gramaticalizações. Para ele, a ideia de “noção é redutível a tempo, que é redutível a espaço” (COUTO, 2007, p. 101) (8).

(8)

(a) Kila kA sta *na si plano* ‘aquilo não está em seus planos’

No contexto acima, *na* é utilizada com um sentido abstrato. Não há indicativo nem de tempo, nem de espacialidade (concreta). Contudo observa-se que sua interpretação denota uma localização abstrata (nocional), “algo que está dentro de seus planos”.

Couto (2007, p. 102-106) descreve a excelência da preposição *na* no crioulo guineense apresentando também contextos atípicos do uso dessa preposição. Um deles seria o uso do *na* no lugar de “de”, que possui um significado estático (9).

(9)

(a) I sai *na* si koba ‘ele saiu em sua toca, i.e., de sua toca’

(b) Bo sai *na* matu ‘você saiu no mato, i.e., do mato’

Um caso semelhante ao uso da preposição multifuncional *na* do crioulo de Guiné-Bissau é a presença da preposição multifuncional *ni* no português do Tongas, uma língua que não se constituiu crioulo, mas que foi adquirida a partir um processo de transmissão linguística irregular (BAXTER; LOPES, 2006).

Sobre o português dos Tongas, é pertinente considerar o contexto sócio-histórico que favoreceu o surgimento dessa língua. Assim, de acordo com Rougé (2009, p. 63-65), com a descoberta da ilha de São Tomé no fim do século XV e povoada no início do século XVI pelos portugueses surgiram dois crioulos ainda falados nos dias de hoje: a *lungwa Santomé* ou *forro* e *lunga ngola* ou *angolar*. Contudo, em meados do século XIX, um novo contexto linguístico aparece mediante algumas mudanças socioeconômicas.

Conforme Rougé (2009, p. 64), assim que os portugueses introduziram o cacau e o café em São Tomé e Príncipe, a escravidão chegou ao fim, fazendo com que os escravizados abandonassem os proprietários de terra. A fim de que a escassez da mão de obra fosse suprida, os portugueses recrutaram indivíduos no próprio continente (Camarões, Gana, Libéria, Angola, Moçambique e Cabo Verde) e os fizeram assinar um contrato que previa o retorno às suas “origens”, coisa que pouco acontecia.

Pouco tempo depois, explodiram diversas guerras que conduziram à colonização de alguns territórios, sendo mais frequente o recrutamento desses trabalhadores ‘contratados’ pelo menos até a independência do país. Outro dado importante é que, depois do boicote do cacau feito pelos ingleses devido ao fato de os portugueses terem reestabelecido a escravidão, os filhos de serviçais moçambicanos ou angolanos, ‘imigrantes de segunda geração’, chamados de *tongas*, permaneceram no local e os *roceiros* os consideravam suas propriedades (ROUGÉ, 2009, p. 64). Para esse autor,

Até a independência, as roças funcionaram como sistemas fechados, estados dentro do estado, como seu porto, seu hospital, seu armazém, sua justiça... A plantação era organizada com base no modelo brasileiro, com a casa grande para o mestre e seus contramestres e as “senzalas” para os trabalhadores. A alimentação era fornecida pelo empregador. As jornadas, iniciadas com a chamada matinal e finalizadas com a da noite, eram dedicadas ao trabalho os campos. Com a modernização, certos puderam receber uma formação para ter ocupações mais técnicas como ajudantes de mecânico. De maneira geral, as condições eram extremamente duras e as relações hierárquicas violentas. (ROUGÉ, 2009, p. 64-65)

De acordo com Rougé (2009, p. 65), eram faladas duas línguas pelos Tongas: variedades de português não padrão, resultado de um processo de transmissão linguística irregular, e as variedades de línguas do grupo bantu (principalmente o quimbundo, o umbundo), ressaltando que cada plantação tinha (tem) a sua língua africana. Alguns estudos descrevem o português dos Tongas, a saber, Rougé (2009) e Baxter (2002 e 2004 apud ROUGÉ, 2009, p. 65), destacando os aspectos fonéticos, lexicais e morfossintáticos, principalmente.

Entre as características linguísticas que possibilitam o português dos Tongas ser resultado de um processo de transmissão linguística irregular, há a presença da preposição *ni* substituindo a preposição portuguesa *em* para indicar **lugar**.

(10)

- (a) nō pode entra **NI** empresa não⁶.
- (b) eu vive aqui **NI** sede.

Baxter e Lopes (2006), fazendo uma análise dos paralelos estruturais entre o português dos Tongas, o de Helvécia (comunidade remanescente de quilombo do sul da Bahia) e o português popular não escolarizado de Salvador, elegeram como elemento simbólico de análise a preposição *ni*, recorrente nessas variedades do português, com o intuito de descrever os contextos (extra)linguísticos que favorecem o seu uso em relação à preposição *em*. Contudo a referida investigação ficou, por hora, apenas no vernáculo dos Tongas.

Baxter e Lopes (2006), ao analisarem a preposição *ni* no português dos tongas, chegaram à conclusão⁷, com base nos dados coletados e a partir dos resultados obtidos através de uma pesquisa laboviana, de que, em épocas mais remotas de aquisição desse dialeto, o uso

⁶ Exemplos de Baxter e Lopes (2006).

⁷ Foram apresentados apenas os resultados pertinentes para este estudo.

dessa preposição foi quase geral, mas foi, pouco a pouco, perdendo espaço para a preposição do português europeu *em*, conforme os valores da Tabela 1 abaixo.

Tabela 1: Influência da idade do falante no uso do *ni* (BAXTER; LOPES, 2006)

Faixa 1	2/224	1%	P.R. 0,02
Faixa 2	146/336	43%	P.R. 0,61
Faixa 3	293/418	70%	P.R. 0,86

Outra análise que chama a atenção no estudo de Baxter e Lopes (2006) diz respeito à variável gênero do falante, conforme a Tabela 2. Os dados obtidos apontam que o uso do *ni* é mais recorrente no desempenho linguístico das mulheres do que no dos homens. Segundo esses autores, os resultados são previsíveis, tendo em vista que a função da mulher, naquele contexto, resumia-se ao trabalho da roça ou ao serviço de casa, fazendo com que os aspectos linguísticos de uma aquisição imperfeita se mantivessem. Já os homens, que têm uma rede social diversificada, tiveram a oportunidade de adquirir a preposição padrão *em*.

Tabela 2: Relação entre gênero do falante e o uso do *ni* – Análise geral (BAXTER; LOPES, 2006)

Gênero Masculino	229/587	39%	P.R. 0,43
Gênero Feminino	212/381	54%	P.R. 0,61

Além desses resultados sociais, Baxter e Lopes (2006) apontaram dados que indicam os contextos linguísticos que favorecem o uso da preposição *ni* no português dos tongas. Dentre as variáveis endógenas analisadas, destacou-se, neste estudo, apenas a que apresenta forte característica de um contato: <definitude do SN>.

Os valores da variável <definitude do SN> encontrados por Baxter e Lopes (2006) apresentaram pouca diferença entre um item definido do indefinido. Em sua pesquisa, notaram que esta variável aduziu pesos bastante uniformes ao longo da análise (quase neutro), e o traço definido do sintagma nominal (SN) tende a ser menos forte. Entretanto, ao fazerem uma observação pormenorizada entre as faixas 2 e 3, Baxter e Lopes (2006) notaram que havia uma pequena diferença entre ambas, mas que dizia muito sobre o contexto de uso do *ni* no português dos Tongas.

Assim, na faixa 2, o traço definido do SN foi selecionado, o que não aconteceu com a faixa 3, que apresentou um resultado oposto. A partir disso, Baxter e Lopes (2006) explicaram

essa pequena discrepância, tomando por base o período de aquisição do artigo definido por parte dos falantes da faixa 3 que ainda não tinham plenamente internalizado esse aspecto morfológico. Para esses investigadores, esse dado é muito interessante, pois esses Tongas descendem de uma primeira geração nascida em São Tomé no final do século XIX/início do século XX, de falantes do umbundo.

De acordo com Baxter e Lopes (2006), o fato de os falantes da faixa 2 e 3 serem bilíngues pode ter contribuído para que essa diferença pudesse ser evidenciada. Além disso, esses autores conjecturam que a comunidade poderia ter tido algum contato com o crioulo Santomé, que tem *ni* como única preposição para expressar <para/em>. Segundo Baxter e Lopes (2006), o bantu e o crioulo Santomé contribuiriam para a estruturação de padrões de uma preposição de lugar indiferente à definitude.

Como se pôde observar, em línguas crioulas, como o *kriol*, e/ou reestruturadas, como o português dos Tongas, há a presença de uma preposição multifuncional que indica, na maioria das vezes, lugar (dentro) e ou lugar (destino). Contudo o que chamou a atenção nas análises supracitadas é que ambas as línguas são resultados de um contato entre o português europeu com línguas africanas, principalmente as do grupo bantu no caso do português dos Tongas.

1.1.4.2 Descrição dos locativos em algumas línguas do grupo bantu

A partir desse fato, é pertinente descrever os aspectos morfológicos que dizem respeito à locativização de algumas línguas do grupo bantu a fim de perceber a influência dessas línguas no processo de aquisição do português como L2. Ngunga (2004), ao escrever a *Introdução à Linguística Bantu*, buscou responder a necessidades gerais de ensino e investigação em Moçambique. Nesta pesquisa, ele descreveu, entre outros aspectos de línguas do grupo bantu, os aspectos morfológicos que servem para indicar lugar, seja ele com o valor de interioridade ou de destino.

No português, a ideia de lugar é designada por advérbios e/ou locuções adverbiais. No entanto, nas línguas bantu, a noção de lugar é indicada a partir da utilização de prefixos ou sufixos nos nomes e/ou através de afixação simultânea de prefixos e sufixos (NGUNGA, 2004, p. 122).

Ngunga (2004, p. 120-124) analisou treze línguas do grupo bantu e concluiu que todas elas possuem morfemas locativos. Nas línguas Yao, Makonde, Makhuwa, Chuwabu, Nyanja, Nyungwe, Sena e Shona, por exemplo, os locativos são marcados essencialmente por

prefixos. Nessas línguas, observa-se que as ideias de lugar e de tempo não são marcadas por um certo número de palavras que servem para designá-las, mas essas noções podem ser representadas por qualquer nome, de qualquer classe, desde que prefixado por *ku-*, *pa-* ou *mu-*.

Contudo Ngunga (2004, p. 130-141) chama a atenção para o fato de que as situações de locativização nas línguas bantu podem ser expressas, em algumas línguas desse grupo, como, por exemplo, o Changana, Ronga, Copi e Tonga⁸, com apenas sufixos e/ou prefixo e sufixo simultaneamente, porque nessas línguas os prefixos locativos (*pa-*, *ku-* e *mu-* e seus alomorfes) podem fazer parte das palavras das quais não seria possível a sua dissociação.

De acordo com Ngunga (2004, p. 132-133), nos contextos em que os prefixos locativos se assemelham aos morfemas nominais de classe, há a presença do sufixo *-ini/ -ni* para indicar lugar. A fim de esclarecer essa percepção, Ngunga (2004, p.134) descreve as circunstâncias locativas situacional, direcional e de interioridade, chamando a atenção para o fato de que apenas a aglutinação dos morfemas (principalmente de prefixos) não é suficiente.

(i) Locativo situacional (*ha*)

Para Ngunga (2004, p. 134), na língua Copi, um nome que indica lugar prefixado pelo morfema *ha* é, geralmente, afixado pelo sufixo *-ni*. Nesse contexto, portanto, a ideia de lugar é mais marcada pelo sufixo, tendo em vista que o prefixo marca parcialmente esse valor semântico, conforme os exemplos de (11)⁹.

(11)

- | | |
|----------------------------------|------------------------------|
| (a) dibuku di <u>ha</u> cituluni | ‘o livro está na cadeira’ |
| (b) mabuku ma <u>ha</u> cituluni | ‘os livros estão na cadeira’ |
| (c) imesa i <u>hamesani</u> | ‘as catanas estão na mesa’ |

(ii) Locativo direcional

De acordo com Ngunga (2004, p.134), quando um verbo de movimento constitui uma frase, o nome que indica o lugar para onde ou de onde não é afixado pelo prefixo *ku-*, mas

⁸ Esta língua não é a mesma dos Tongas de São Tomé.

⁹ Exemplos de Ngunga (2004, p. 134).

pode ser sufixado por *-ni* (12 a)¹⁰, salvo quando o lugar for designado por um nome próprio (12 b).

(12)

- | | |
|-----------------------------|-----------------------------|
| (a) ene atsula govani. | ‘ele vai à lagoa’. |
| (b) vona vatoya kuNyambane. | ‘eles foram para Inhambane’ |

(iii) Locativo de interioridade

Conforme Ngunga (2004, p. 135), esta ideia de locativo é expressa a partir do morfema *-ni* (13 a) que sufixa o nome que serviu para designar o lugar e/ou, em alguns contextos, o morfema *mu-* (13 b) ou seu alomorfe pode desempenhar essa função. Há ainda a possibilidade de o falante usar a expressão *ndani* (13 c) para fazer referência a ‘dentro’ (para todos os nomes que têm a parte interna).

(13)

- | | |
|-------------------------------|-------------------------------|
| (a) Male i pakitini | ‘o dinheiro está no bolso’ |
| (b) Inenge i mucifambo | ‘o pé está no sapato’ |
| (c) dibuku di ndani ka govani | ‘o livro está dentro do lago’ |

Segundo Ngunga (2004, p. 137- 141), em algumas línguas do grupo bantu, como, por exemplo, a Changana e o Tonga, os prefixos locativos (*ba-*, *gu-* e *mu-*) perderam a semântica indicativa de lugar, restando, na maioria das vezes, para desempenhar tal função, alguns sufixos entre os quais o *-ni*, indicando os valores semânticos locativos de situação, de direcionalidade e interioridade.

Cabe ressaltar que, de acordo com Ngunga (2004, p.142), a locativização por sufixação é algo mais recente do que por prefixação. Este autor afirma que

[...] como se viu em Changana e outras línguas de locativização por sufixação, ainda existem formas de prefixos locativos cujo estado precário revela que elas estão em vias de desaparecimento a favor dos sufixos. Um aspecto interessante que revela o caráter inovador da locativização por sufixação é a convergência do marcador dos três tipos de locativos num só. No caso apreço, temos a convergência no sufixo, mas

¹⁰ Exemplos de Ngunga (2004, p. 134).

os prefixos continuam distintos, o que também sugere que o sufixo é o locativo do futuro. (NGUNGA, 2004, p. 142)

Observa-se, na análise de Ngunga (2004, p. 142) supracitada, que há uma preponderância da locativização por sufixação, uma vez que os sufixos tendem a marcar os três tipos de locativos (situacional, direcional e de interioridade) em um único morfema, contribuindo para que no futuro, possivelmente, seja a forma mais usada para indicar um lugar. Com base no exposto sobre as línguas africanas do grupo bantu, nota-se as semelhanças semânticas entre esses morfemas (principalmente o *-ni*) e a preposição *ni* do português dos Tongas.

A semelhança semântica entre o *-ni* (de algumas línguas bantu) e a preposição *em* do português europeu pode ter contribuído para a substituição da preposição *a* por *em* no português de Moçambique (GONÇALVES; CHIMBUTANE, 2004). Todavia a presença do *ni*, no português dos Tongas, pode não ter sido influência de um substrato, tendo em vista que a língua africana contatante com o português foi o de origem angolana, especificamente, o *umbundo*, que não tem o *-ni* como locativo (CHATELAIN, 1889, p. 14-15).

1.2 A preposição ‘ni’ no Brasil: uma influência das línguas africanas?

Há poucos escritos sobre o comportamento linguístico dos africanos no período colonial do Brasil, como por exemplo, **A arte da língua de Angola** (1697 apud ROSA, 2013), de Pedro Dias. Outras possibilidades têm permitido desvendar/descrever alguns aspectos que servem como hipóteses para justificar que a língua do Brasil sofreu fortemente a influência das diversas línguas africanas: (i) pesquisas sobre o português rural em comunidades remanescentes de quilombo, especificamente as que por muito tempo ficaram isoladas de comunidades “mais desenvolvidas” e que guardam em seu vernáculo resquícios de uma aquisição imperfeita – como as que Lucchesi e Baxter (2009) realizaram em Helvécia, na Bahia; (ii) estudos comparativos com variedades do português da África, como os que Baxter e Lopes (2006) fizeram em São Tomé e Príncipe – países que foram colonizados por europeus e têm o português como L1 e L2).

Uma vez que, por si só, as pesquisas em comunidades afrodescendentes brasileiras, consideradas isoladas, não respondem a alguns questionamentos sobre as contribuições das LAs no PB, o método mais pertinente para explicar determinados fenômenos linguísticos é a comparação de variedades do português, neste caso, ocorrências de variedades do PB, com algumas do português de países africanos que apresentam históricos de contato entre línguas.

Um bom exemplo para isso é a análise das contribuições das línguas bantu (LBs) na formação do português de Moçambique (PM).

Entender o processo de aquisição do português em Moçambique pode ser um dos fatores determinantes para explicar o aprendizado do português por falantes não nativos no Brasil no período colonial, que marcou linguisticamente essa nação com suas peculiaridades, fazendo com que ela se distanciasse dos padrões gramaticais europeus. Em Moçambique, o português foi declarado língua oficial em 1975, quando o país se tornou independente. Segundo Gonçalves e Chimbutane (2004, p. 1), o português é falado por menos da metade da população de Moçambique (39%), compondo a língua materna (L1) de uma minoria (cerca de 6%).

Embora o português europeu (PE) tenha atuado em Moçambique desde o início de sua colonização, foi com a sua independência que a língua sofreu mais variação porque então passou a haver um motivo oficial para que todos os falantes aprendessem o português. Mesmo assim, ainda são notados indivíduos que ora produzem estruturas baseadas nas normas europeias, ora tendem a usar estruturas de uma gramática influenciada por sua língua materna (L1) (GONÇALVES; CHIMBUTANE, 2004).

No entanto o que chama a atenção no PM é que ele é adquirido durante a infância na interação com o meio em que vivem e, principalmente, na escola onde o *input* é significativamente estruturado. Este último fator foi crucial para impedir o desencadeamento de um processo de crioulização nessa língua. Segundo esses pesquisadores,

A distribuição e frequência dos traços não-padrão no discurso dos falantes não é idêntica para todos os membros desta comunidade (Moçambique). Com efeito, à semelhança do que acontece com outras línguas ex-coloniais, o PM apresenta um amplo espectro de variação que inclui desde as subvariedades “basilectais”, mais distantes do padrão europeu, dos falantes com pouco contato com a língua-alvo, até às subvariedades mais próximas deste padrão, dos falantes mais instruídos. (GONÇALVES; CHIMBUTANE, 2004, p. 2)

Dessa forma, não restam dúvidas de que um estudo acurado de fenômenos linguísticos que acontecem no PM¹¹ e no Português de Angola¹² a partir da influência das línguas bantu, o

¹¹ Embora não se tenha encontrado exemplos disponíveis para análises do *ni* (desempenhando o papel de morfema ou de preposição) no português de Moçambique em estudos publicados, Oliveira (2005) conjectura a possibilidade de os aprendentes do português (L2) em Moçambique recuperem o *ni* (enquanto morfema locativo/direcional de L1) e o associe à preposição *em* do português europeu, bloqueando o uso da preposição *a* nos contextos cujo SN indique direção. Além do mais, Lucchesi e Baxter (2009, p. 115) afirmam que o *ni* está presente, além do português dos Tongas, em variedades L2 de Angola e Moçambique.

¹² Nas recolhas pessoais da professora Eliana Pitombo (UEFS) feitas em Angola, foi encontrado o seguinte caso de *ni/ne*: *Ai! O que aconteceu ne minha infância a primeira coisa e... quando tinha os meus doze anos fomos na*

uso da preposição *em* no lugar de *a* com o sentido de direção e/ou a substituição do *em* por *ni*, por exemplo, podem explicar contextos semelhantes no português do Brasil.

Entretanto o objetivo aqui não é descrever as nuances do português de Moçambique ou de línguas que apresentem traços crioulos, mas contrastar os seus aspectos linguísticos com o PB, tomando-os como ponto de partida para tentar explicar alguns casos estruturais dessa língua, como, por exemplo, a preposição *ni*.

Gonçalves e Chimbutane (2004) consideram o uso da preposição *em* com sintagmas nominais (SNs) referentes a lugar-onde e lugar-para-onde um traço sintático diferente do português europeu (PE), uma vez que nesta variedade do português deveriam ser utilizadas as preposições *de* e *a/para*, respectivamente. Esta substituição pode ter como explicação a interferência das L1s (as LBs) no processo de aquisição da L2, neste caso o português, gerando, assim, uma mudança gramatical que ocorre a partir da reanálise da preposição *em* “do PE como marcador morfológico de caso semântico locativo (a) e (b), e não como núcleo de um sintagma preposicional (SP)” (GONÇALVES; CHIMBUTANE 2004, p. 6).

(a) Levaram **para lá na igreja** (=... (para) lá para a igreja)¹³

(b) Voltou **para no Maputo** (=... para Maputo)

Não sendo possível descrever as características gramaticais de todas as LBs faladas em Moçambique, Gonçalves e Chimbutane (2004) escolhem a língua Changana como referência para explicar a reanálise da preposição *em* no PM. É pertinente comentar que, em variedades do português, os termos referentes a lugar são normalmente realizados por sintagmas preposicionais (SPs) ou sintagmas adverbiais (SADVs). Nas LBs, entretanto, esses termos são realizados como SNs, podendo ocupar posições sintáticas de sujeito e objeto direto, além das posições de oblíquo e adjunto.

Em Changana, o constituinte locativo é um SN que pode ser apresentado em quatro formas: o sufixo locativo *-eni/-ini*; o prefixo *ka-*; a marca locativa independente *Ka*; e um nome locativo inerente. Exemplo¹⁴:

província da Lunda-Norte isso foi em mil novecentos e setenta e, setenta e que? (L. C. C., falante masculino de 41 anos, possui ensino superior e tem como língua nativa Cokwe / Umbundu).

¹³ Exemplos de Gonçalves e Chimbutane (2004, p. 3).

¹⁴ Exemplos de Gonçalves e Chimbutane (2004, p. 11). Em nota de rodapé, esses autores apresentam o significado dos códigos utilizados no exemplo. “Nas glosas, os números antes dos nomes ou das marcas de concordância nas palavras dependentes indicam a respectiva classe nominal. Assim, por exemplo, o nome *tintombhi* pertence à classe 10 (10-rapariga); a forma verbal *ti-y-e*, por seu lado, exibe a marca de sujeito da classe 10 *ti-*”. Outros símbolos: MS – marca de sujeito; OS – passado; Loc – Locativo.

(c) **Tin-tombhi ti-y-e kerenk-eni / ka-Gaza / Ka kokwani/ bazara.**

10-rapariga 10MS-ir-PS 9igreja-Loc/ Loc-Gaza/ Loc Ivovó/ 5mercado

‘As raparigas foram à igreja/ a Gaza/ à (casa da) vovó/ ao mercado.’

A justificativa dada por Gonçalves e Chimbutane (2004, p. 20) para a interferência das LBs no PM é que a possível escolha da preposição *em* como marcador morfológico esteja relacionada com a ambiguidade de estruturas morfossintáticas do PE com as LBs. Assim,

Pode-se admitir que, em termos de aquisição do Português como L2, este fenómeno decorre da ambiguidade do input para aprendentes com L1/LBs, resultando do facto de os sintagmas *em*-SN do PE poderem ser analisados pelos aprendentes desta língua como uma estratégia de codificação de constituintes locativos, equiparável às que estão disponíveis nas L1s/LBs. [...] Certas estruturas geradas pela gramática de uma dada língua podem ser ambíguas apenas para os aprendentes dessa língua como L2, devido à influência do conhecimento que já têm da gramática da sua L1, i.e., a ambiguidade da L2 resulta da possibilidade de as evidências geradas pela gramática poderem ser analisadas na base de propriedades gramaticais das L1s dos aprendentes. (GONÇALVES; CHIMBUTANE, 2004, p. 21)

Para Gonçalves (2004 apud OLIVEIRA, 2005), “a semelhança fônica entre o afixo –*eni/-ni* das LBs e a preposição *em* (e suas formas articuladas) pode ter favorecido a escolha de *em* ao invés da preposição *a*”. Além disso, os verbos nas LBs guardam a informação sobre “direção”, justificando, dessa forma, a co-ocorrência com o locativo –*eni*.

Cabe chamar atenção que no latim e no português arcaico houve também a variação entre as preposições *a/para* ~ *em*, indicado direção (POGGIO, 2002, p. 195). Para a análise do PM, portanto, dever-se-ia averiguar se, na estrutura do *input* da L2, houve o prestígio de *em* em relação às preposições *a/para* nos SPs/SNs, podendo, assim, conjecturar que a influência das LBs acelerou a variação entre essas preposições, uma vez que era um fenómeno presente na língua portuguesa desde outrora.

Segundo Gonçalves e Chimbutane (2004), durante a história da colonização de Moçambique, as condições sociais e linguísticas não ocasionaram o surgimento de um pidgin/crioulo por causa da escolarização e do *input* que era relativamente homogêneo, fazendo com que os aprendentes do português como L2 tivessem pleno acesso à língua alvo, o PE padrão, diferentemente das condições sociais/linguísticas encontradas no Brasil no período da colonização, que apresenta traços crioulistas e/ou línguas crioulas.

Em outras línguas africanas de grupos diferentes do bantu, como o Yorubá, do grupo Benue-Kwa, percebe-se a existência de uma preposição multifuncional que serve para indicar **repouso**, **tempo** e **em volta de** (ALMEIDA; BARAÚNA, 2001, p. 82).

(d) **Repouso**¹⁵:

Ni ilú wa.

Em nosso país.

(e) **Tempo**:

On olo s'ilé mi *ni* ojó kéjì ose.

Ele está indo para minha casa na segunda-feira.

(f) **Em volta de**:

On no egba *ni* apa.

Ela tinha a pulseira no braço.

Em seus estudos sobre pidgins e crioulos, Holm (1988, p. 207) comenta que uma das contribuições de Boretzky (1983 apud HOLM, 1988) é o estudo comparativo de preposições em línguas crioulas e línguas africanas. Segundo Holm (1988), naqueles crioulos mais influenciados por seus superstratos parece que há uma evolução da forma verbal para a forma preposicional, dependendo do grau de variação. Boretzky (1983, p. 194 apud HOLM, 1988, p. 207) levantam a hipótese de que as preposições da língua **Igbo** /ná ~ nà ~ n' / e da **Yorubá** /ni ~ n' ~ l' / são multifuncionais, desempenhando os valores semânticos de [lugar-onde] e [lugar para onde], embora o seu significado esteja estritamente ligado ao verbo que a preposição acompanha.

Ao comparar as funções semânticas descritas por Almeida e Baraúna (2005) com as hipóteses de Boretzky (1983 apud HOLM, 1988) sobre as preposições multifuncionais *na/ni*, nota-se que, no crioulo analisado por Holm (1988), essas preposições possuem semelhanças com as funções *-eni/ -ini* de línguas bantu [lugar] e [direção], coincidindo com a preposição Yorubá apenas no valor de lugar-repouso.

Baxter e Lopes (2006), a partir do *corpus* constituído do vernáculo dos Tongas de São Tomé, quantificam o uso da preposição *em ~ ni* e chegam à conclusão, com base nos resultados da variável social faixa etária, de que, em períodos mais remotos do português dos Tongas, o *ni* foi de uso quase geral e vem, pouco a pouco, perdendo espaço para a forma padrão *em*. Entretanto além do sentido de [lugar] e [direção], esses pesquisadores quantificaram a preposição com o valor semântico de tempo.

¹⁵ Exemplos de Almeida e Baraúna (2001).

Nota-se que, nessas três variedades do Português (possivelmente com a de Moçambique, de Angola e o português dos Tongas), a preposição/afixo *ni* interfere diretamente no desempenho linguístico de seus falantes, variando com a preposição *em*¹⁶. Onde o *input* da língua alvo é bem estruturado, devido ao acesso formal das normas gramaticais europeias, os afixos *-eni/-ni* (e seus alomorfes) favorecem o uso da preposição *em*, por causa das semelhanças fônicas e das ambiguidades semânticas, em detrimento das preposições *a/para*, contudo, onde o português foi apreendido de maneira irregular, o *em* é que deu espaço para a preposição *ni*, conquanto, conforme Baxter e Lopes (2006), a medida que os jovens foram recebendo o *input* mais estruturado a partir da escolarização e/ou do meio social, essa preposição apresentou-se em menor número de ocorrências.

Essas comparações foram feitas a fim de estabelecer um paralelo linguístico entre as variedades do português da África e o português brasileiro. Alguns estudos têm discutido o aparecimento da preposição *ni/ne*¹⁷ no Brasil (SOUZA (2012), (PAES, 2013) entre outros).

Dos registros mais antigos sobre as preposições africanas no Brasil, há a descrição de Pedro Dias na **Arte da língua de Angola** (1697 apud ROSA, 2013). Nela, Dias (1697, p. 43 apud ROSA, 2013) afirma que, no Quimundo, as preposições *Bo*, *Co*, *Mo* são usadas em lugar das palavras, uma vez que perguntavam **onde? de onde? para onde? per que parte?** Mas ele chama atenção, dizendo que “as mesmas preposições se acomodam à resposta das perguntas, conforme o significado do verbo, v.g.: com os verbos de quietação significam *in* (em)”. Exemplos¹⁸:

Fúla üacâla *bo* bata riae.

Pedro está em sua casa.

Üabichile *mo* Luanda.

Passou por Luanda.

Üatundu *co* nzo.

Saiu de casa.

Üay *co* bata.

Foi para casa.

¹⁶ A preposição *ni*, desempenhando o valor direcional, varia com a preposição *a*, uma vez que antes essa varia com a preposição *em*. Nesta pesquisa, portanto, não foi considerada a variação *a ~ ni*, mas *em ~ ni* (e suas contrações).

¹⁷ A forma *ne /ni/* pode ser encontrada em *corpus* escrito (SOUZA, 2012) e em transcrições de entrevistas (ALMEIDA; CARNEIRO, 2008) etc.

¹⁸ Exemplos de Dias (1697, p 44 apud ROSA, 2013).

Dias (1697 apud ROSA, 2013) descreve ainda que, no Quimbundo, para se explicar que uma pessoa vai em companhia de outra, junta-se a preposição *ne*¹⁹, que vale o mesmo que *cum* (com).

Eme guia *ne* Petolo.

Eu vou com Pedro.

Mais adiante, ele expõe a preposição *ne* como conjunção, substituindo as conjunções latinas. O que se observa é que o *ne* desempenha um papel multifuncional de conector ora de preposição, ora de conjunção, caracterizando uma certa instabilidade no quadro preposicional dos falantes de quimbundo no período da colonização que pode ter sido ocasionada por contato com outras línguas africanas já no Brasil, iniciado talvez no traslado da África para este país. Outro fator que deve ser levado em consideração é que Dias descreve apenas uma língua africana, deixando as demais de lado.

Mugina

riâ Petolo

ne ria Paulo,

ne ria Manino

Em nome

de Pedro

e de Paulo,

e de Manoel.

Apesar de haver o registro de uma preposição semelhante ao *ni* na gramática escrita por Dias (1697), muitos aspectos linguísticos que definem com exatidão a influência das LAs no PB se perderam ao longo da história de colonização, deixando a tarefa árdua de reconstrução para os sócios-historiadores.

Devido a essa perda, os linguistas usam uma **doutrina uniformitarista** – que explica que os fatores que motivam a variação/mudança linguística de hoje podem ser os mesmos que as motivaram em tempos passados (LABOV, 2008 [1972], p. 192) – na tentativa de levantar hipóteses sobre a constituição do PB.

Tendo por base esse princípio, estudos mais recentes (SOUZA, 2012 e PAES, 2013) mostraram o uso da preposição *ni* por falantes de comunidades na Bahia com os mesmos valores semânticos descritos por Baxter e Lopes (2006) nas recolhas do português dos Tongas, diferenciando-se apenas dos sentidos apresentados por Dias (1697). Assim, a partir das semelhanças sócio-históricas brasileiras, no tocante ao processo de colonização, com

¹⁹ É pertinente comentar que foneticamente o *ne*, descrito por Dias (1697 apud ROSA, 2013) apresenta diferença do *ni*, objeto de estudo dessa pesquisa. Contudo o que se deseja expor é a instabilidade do quadro preposicional brasileiro no início da colonização.

alguns países da África, pode-se dizer que essa preposição, usada também no Brasil, seria um empréstimo ocasionado através do contato de línguas.

A possível instabilidade do quadro preposicional apresentada por Dias (1697 apud ROSA, 2013) já é um indício de que algumas lacunas morfológicas precisavam ser ordenadas, necessidade que, quanto mais aumentava o contato dos africanos com a língua portuguesa, tornava-se ainda maior a estabilização de uma sintaxe.

Para Givón (2012, p. 292), em um pidgin não há como se observar uma ordenação gramatical, pois há pouco ou nenhum uso da morfologia gramatical. “As orações verbais são pequenas, normalmente exibindo uma proporção de um-para-um de substantivos para verbos. [...] As orações verbais são frouxamente conectadas, geralmente separadas por pausas consideráveis”.

Corroborando a ideia de Givón (2012), Lucchesi e Baxter (2009, p. 114) afirmam que, em casos de pidginização e crioulização com uso intenso da língua emergente, há a necessidade do apoio da(s) gramática (s) da(s) L1(s). Nesse contexto, pode haver incorporação de material morfológico da(s) L1(s), ou pode haver o uso de recursos lexicais da L2 em funções morfológicas presentes (parcialmente ou plenamente) na(s) L1(s). Bickerton (1977 apud OLIVEIRA, 2005) diz que até que o falante alcance níveis avançados de uso da L2, ele precisa passar pelo estágio de substituição do léxico da L1 pelo léxico da L2, mantendo, entretanto, a gramática de L1, até que tanto a gramática quanto o léxico sejam apreendidos plenamente pelos falantes.

Dessa forma, de maneira pretensiosa, poderia conjecturar que a preposição *ni*, na primeira fase de contato²⁰, que aconteceu entre uma leva de africanos falantes das LBs com europeus no Brasil, sofreu uma reanálise gramatical, passando de afixo para preposição, devido ao acesso ao *input* padrão ser quase inexistente, fenômeno contrário ao que aconteceu no português de Moçambique. Todavia as LBs que vieram para o Brasil (kimbundo e umbundo, principalmente) são diferentes das que influenciaram o PM e não possuem o locativo *-ni* (CHATELAIN, 1889, p. 15).

Para Parkvall (2012, 216-217), a preposição */na/* presente no crioulo atlântico está mais relacionada à sobreposição semântica do que a interferência de algum substrato. Consequentemente o uso do *ni* no Brasil também não seria resultado da influência de um substrato, mas de uma sobreposição semântica ocorrida entre elementos mórficos locativos

²⁰ Não foi descartada a hipótese de a preposição *ni* ser uma influência também das línguas indígenas, todavia Rocha e Araújo (2011, p. 326-337), ao estudarem as línguas karitiana (pertencente à família Arikém) e wayoró (da família Tupari) ambas do troco Tupi, descrevem que as expressões de localização, origem e destino de um percurso nessas línguas são feitas através das preposições *pirip*, *pip*, *piri*, *eri* ou *mõ*.

das línguas contatantes: *em* (português europeu), a regularização analógica ocorrida no kimbundo e umbundo com o processo de pré-nasalização das oclusivas (CHATELAIN, 1888-1889) que transforma o /di/ (preposição também locativa) em /ndi/ e a preposição *ni* (do Yorubá).

Independentemente de como o *ni* teria se inserido no português brasileiro, é fato que a regularização morfológica dessa preposição, segundo Castilho (2010, p. 590), acaba originando uma forma neutra das contrações da preposição *em*. Corroborando essa ideia, Celso Cunha (1970, 223-230) restringe o uso do *ni* à variação *ni (em) ~ em casa de* e explica que essa preposição é “uma forma analógica, abstraída de *no / na*, pelo modelo da preposição *de* (pron. *di*) / *do / da*”. Dessa forma, teríamos *do / da / de (di) – no / na / ne (ni)*.

2 A SÓCIO-HISTÓRIA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO: EVIDÊNCIAS DO CONTATO DE LÍNGUAS

[...] A história de uma língua realmente se esclarece pela história social e política do povo que usa essa língua. (MATTOS E SILVA, 2004, p. 91)

As palavras de Mattos e Silva (2004, p. 91) acima já justificam este capítulo. Para entender como se constituiu o português do Brasil, é necessário fazer uma trajetória histórica e perceber os motivos pelos quais essa língua apresenta aspectos diferentes da língua que foi instituída como oficial na época da colonização: o português europeu. Das inúmeras diferenças morfossintáticas existentes entre o PE e o PB, há a substituição da preposição *em* por *ni*, que tem gerado algumas discussões sociolinguísticas a fim de explicar o motivo dessa variação.

Numa tentativa de esclarecer o uso do *ni* no lugar da preposição canônica *em* no Brasil, neste capítulo é apresentada uma abordagem panorâmica sobre os contatos linguísticos ocorridos nesse país no início da colonização, com o propósito de desvendar de qual língua esse fenômeno variável pudesse ter sido influenciado. Além dessa forma de investigação, é feito neste capítulo uma comparação entre o PB e outras variedades do português cujas nações tiveram os contextos de colonização semelhantes ao do Brasil.

Dessa forma, na seção 2.1, discute-se sobre as origens do português brasileiro a partir de algumas reflexões feitas com base na perspectiva do contato linguístico e da deriva secular. Para tanto, são exibidos dados demográficos do Brasil colônia divulgados por Mussa (1991); explicações sobre aquisição de uma segunda língua com base em Mattos e Silva (2004) e Lucchesi e Baxter (2009); e questionamentos sobre a criouliização feitos por Guy (2005) e Naro e Scherre (2007).

Na seção 2.2, retoma-se Ribeiro (2010 [1995]), que faz um percurso histórico sobre a divisão da sociedade brasileira em rural e urbano, levando a compreender que esses territórios são marcados por identidades linguísticas diferentes entre si, mas que, embora sejam consideradas distintas, fazem parte de um todo (RAJAGOPALAN, 2001). Essa heterogeneidade é sistematizada por Lucchesi (2004) a partir da ideia da polarização linguística, que justifica os movimentos de influência mútua entre as variedades que a compõem.

Na seção 2.3, analisam-se dois estudos de variedades do português da África realizados por Gonçalves e Chimbutane (2004) e Baxter e Lopes (2006) a fim de que se possa

elucidar o *ni* a partir do contato de línguas. Além disso, discutem-se alguns fenômenos intralinguísticos que contribuem para que uma mudança no sistema da língua possa acontecer, segundo as ideias de Holm (1988), Mattos e Silva (2006) e Noll (2008).

2.1 E assim surgiu o português do Brasil

Eram pardos, todos nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. Nas mãos traziam arcos com suas setas. Vinham todos rijos sobre o batel; e Nicolau Coelho lhes fez sinal que pousassem os arcos. E eles os pousaram. [...]

O Capitão, quando eles vieram, estava sentado em uma cadeira, bem vestido, com um colar de ouro mui grande ao pescoço, e aos pés uma alcatifa por estrado. Sancho de Tovar, Simão de Miranda, Nicolau Coelho, Aires Correia, e nós outros que aqui na nau com ele vamos, sentados no chão, pela alcatifa. Acenderam-se tochas. Entraram. Mas não fizeram sinal de cortesia, nem de falar com o Capitão nem a ninguém. Porém um deles pôs olho no colar do Capitão e começou de acenar com a mão para a terra e depois para o colar, como que nos dizendo que ali havia ouro. Também olhou para um castiçal de prata e assim mesmo acenava para a terra e novamente para o castiçal como se lá também houvesse prata.

Mostraram-lhe um papagaio pardo que o Capitão traz consigo; tomaram-no logo na mão e acenaram para a terra, como quem diz que os havia ali. Mostraram-lhes um carneiro; não fizeram caso. Mostraram uma galinha, quase tiveram medo dela: não lhe queriam pôr a mão; e depois tomaram como espantados. (Pero Vaz de Caminha)

A **Carta de Caminha**, documento de achamento ou de “invasão” do Brasil, é um excelente registro histórico que, além de descrever o trajeto percorrido pelos portugueses de seu país até as terras do além-mar, delinea as primeiras situações de contato linguístico entre os desbravadores portugueses e os índios que habitavam o litoral brasileiro. Nota-se, a partir do relato do escrivão português, que, inicialmente, esses povos distintos valeram-se da mímica para que a comunicação se efetivasse. O apontar dos autóctones para os adornos utilizados pelos navegantes e, em seguida, direcionar para a terra, evidenciava que, naquele lugar, havia coisas semelhantes.

Couto (2009, p. 100) nomeia essa situação inicial de contato linguístico de **Estratégias Individuais de Comunicação** e afirma que tudo é válido para que a comunicação possa acontecer. Segundo Couto (2009, p. 101), no momento da interação, o colonizador se dirige ao povo hospedeiro, que, por sua vez, responde ao forasteiro. O explorador lança outra pergunta e obtém a resposta do subordinado, um processo que vai até o surgimento de uma língua emergencial denominada **pidgin**. No caso da interação entre os europeus e os indígenas, depois que aqueles notaram as comparações feitas por estes, os colonizadores começaram a questioná-los sobre os animais que eles haviam trazido com o intuito de saber se naquele lugar havia as mesmas espécies.

Toda essa situação interlinguística foi o ponto de partida para que uma língua surgisse: o **português brasileiro**. Entretanto esse idioma não se originou apenas do contato entre os portugueses e os indígenas, mas houve/há outras relações linguísticas que desenharam/desenam o PB. Esse caminho percorrido pelo PB, contudo, está intrinsecamente relacionado à sócio-história do Brasil, cujas características devem ser analisadas a fim de saber como ele se constituiu.

Quando os europeus invadiram a terra dos papagaios, encontraram comunidades linguisticamente estruturadas, cujas línguas, mais de 1.000 (MATTOS E SILVA, 2004, p. 76), pertenciam ao tronco tupi. O fato de pertencerem ao mesmo tronco linguístico facilitou o surgimento das línguas gerais que serviam como um idioma de intercâmbio entre os gentios de diferentes tribos e com os colonizadores. Contudo as línguas gerais se intensificaram com a chegada dos jesuítas, que tinham o papel de “salvar” aqueles que ainda eram considerados pagãos e as utilizavam para catequizá-los.

O salvacionismo – projeto que tinha a intenção de ensinar a fé cristã aos pagãos daquela comunidade colonial – contribuiu para que os nativos tivessem acesso ao português europeu, uma vez que, segundo Ribeiro (2010 [1995], p. 55), a tarefa dos missionários era “recriar aqui o humano, desenvolvendo suas melhores potencialidades, para implantar, afinal, uma sociedade solidária, igualitária, orante e pia, nas bases sonhadas pelos profetas”. Para tanto, os evangelizadores necessitaram aprender a(s) língua(s) local(is), contribuindo, inclusive para o surgimento, em 1595, da *Arte de grammatica da lingua mais usada na costa do Brasil*, de José de Anchieta.

[...] com a larga difusão documentada do uso do que se chama língua geral, se seguindo, num primeiro momento, a frente da colonização dos padres catequistas, corporificada nos aldeamentos indígenas e nos Colégios da Companhia de Jesus e depois ultrapassando esses limites para vir a ser, como se costuma a afirmar, a língua da colonização dos interiores brasileiros pelos bandeirantes partidos de São Paulo, essa língua geral ter-se-ia transmitido pela oralidade, sem controle de escolarização sistemática e em situações de aquisição imperfeita, no sentido de que nesse contexto de aquisição estariam indivíduos pertencentes a situações bilíngues (português/língua geral) ou multilíngues (português/língua, geral/línguas, indígenas e/ou línguas africanas). (MATTOS E SILVA, 2004, p. 78)

Para Mussa (1991, p. 153), a língua geral favorecia aos missionários, garantindo o controle de uma preciosa frente de colonização. Nessa perspectiva, essa língua não serviu apenas como intercâmbio, mas foi a língua materna de muitas famílias luso-indígenas, tendo em vista que o português era o idioma da sociedade dos senhores de engenho. Todavia, à medida que aconteceram mudanças no quadro social e populacional da colônia brasileira, as

línguas gerais, principalmente a da costa, entraram em declínio, restringindo-se a alguns lugares do interior do Brasil, como na Amazônia, onde a língua geral, mais tarde, evoluiria para o *nheengatu*.

Entre algumas das mudanças ocorridas na sociedade colonial do século XVII, quando a língua geral da costa começa a “perder forças”, há a distribuição populacional dessa época. Os índios, quando os europeus chegaram à sua terra, eram maioria, no entanto foram dizimados devido às doenças trazidas por esses invasores e/ou assassinados por se recusarem a trabalhar como escravos, entre outras situações. Mussa (1991, p. 154) ressalta que os gentios decaíram em 40% por volta de 1700; em contrapartida, houve o aumento de brancos e do fluxo de africanos que foram trazidos para trabalharem como escravos.

Outros fatores foram determinantes para que as línguas gerais decaíssem, como, por exemplo, a escassez das atividades dos bandeirantes, que eram responsáveis também por sua propagação, mais especificamente a língua geral paulista; as ordenações do Marquês de Pombal, que, como salienta Mussa (1991, p. 158), instituiu oficialmente o português como língua do Brasil, expulsando os jesuítas em 1757, e o aumento de imigrantes portugueses devido à corrida do ouro nas Minas Gerais. Todos esses motivos sócio-históricos contribuíram para que houvesse a reformulação do quadro linguístico brasileiro.

Quadro 1: População do Brasil em 1700
(HASENBALG, 1979 apud MUSSA, 1991, p. 154)

Branços	100.000
Negros	170.000
Índios	30.000
Total	300.000

Os dados demográficos apresentados por Mussa (1991) apontam para uma mudança no quadro populacional brasileiro e, conseqüentemente, linguístico. Os brancos e os negros tiveram um aumento de contingente em detrimento dos indígenas. O que chama mais atenção nesses valores é que há um aumento significativo dos africanos desfavorecendo as outras etnias. Dessa forma, levando em consideração essas alterações sociais, questiona-se sobre a realidade linguística daquela época no Brasil, tendo em vista que foram trazidos para esse país falantes de diversas línguas africanas.

Com a escassez da mão de obra escrava indígena, os colonizadores europeus sentiram a necessidade de importar escravizados da África, com quem já possuía relações comerciais

desde o século XV. Assim, pelo fato de estarem estabelecidos na costa da África principalmente, os portugueses levaram para o Brasil indivíduos de etnias que habitavam aquela região, muito embora, segundo Mussa (1991, p. 138), tenham sido levados também, mas em menor número, escravizados da Contra-Costa africana.

Quadro 2: Percentual dos povos africanos trazidos para o Brasil (MUSSA, 1991, p. 141)

	XVI (1538-160)	XVII	XVIII	XIX (1801-1850)
Zona da Guiné (Senegal – Costa do Marfim)	35	20	3	10
Zona Costa do Ouro-Benin (Gana-Nigéria)	5	10	30	30
Zona Equatorial (Camarões- Gabão)	5	5	3	10
Zona Congo- Angola (Congo- Angola)	35	60	60	40
Zona da Contra-Costa (Moçambique)	--	5	4	10

O Quadro 2, proposto por Mussa (1991, p. 141), apresenta dados importantes para compreender as contribuições dos povos africanos na formação da colônia brasileira e, conseqüentemente, no que diz respeito à constituição do português do Brasil. Nota-se que os colonizadores não trouxeram escravizados de apenas uma região, mas de áreas diferentes, tendo em vista que cada uma delas possuía falantes de línguas muitas vezes ininteligíveis,

impedindo-os de, quando fossem distribuídos na nova terra, formarem “núcleos solidários que retivessem o patrimônio cultural africano” (RIBEIRO, 2010 [1995], p. 103).

O Quadro 2 destaca, essencialmente, os percentuais dos indivíduos que foram trazidos para o Brasil. Nela, observam-se os contingentes que foram mais significativos na formação do quadro populacional brasileiro do século XVI ao século XIX, neste caso, os povos da zona Congo-Angola, da Costa do Ouro-Benin, da Guiné, da zona Equatorial e da Contra-Costa respectivamente. Do ponto de vista linguístico, esses dados indicam quais as principais línguas africanas que chegaram às terras brasileiras no período colonial e que, de certa forma, influenciaram o PB.

Mussa (1991, p. 145) faz uma distribuição, por século, dos grupos linguísticos africanos importados para o Brasil e aponta que, do século XVI ao século XIX, o grupo bantu foi quem mais esteve presente nas levas de africanos, seguido do grupo benue-kwa (não bantu), que teve um percentual significativo comparado ao grupo bantu principalmente no século XIX, nos “últimos” momentos antes da proibição do tráfico negreiro.

O percentual de falantes bantu foi sempre superior, e quase sempre maciçamente, em todo o período do tráfico. Isso nos possibilita entender de forma bastante clara porque são precisamente os itens lexicais de origem bantu os que registram com mais interioridade, com maior grau de integração morfológica e em maior número de campos semânticos no português do Brasil, como se pode verificar em Castro (1976) e Mussa (1990). A posição relativamente proeminente do grupo benue-kwa (não bantu) nos últimos séculos também explica o grande número de itens lexicais emprestados por essas línguas, embora não tão integradas e particularmente restritos aos campos semânticos ligados à atividade ritual. (MUSSA, 1991, p. 145-146)

Essas informações abrem possibilidades de investigação para compreender as características atuais do PB, uma vez que, conforme relatou Hasenbalg (1979 apud MUSSA, 1991, p. 154), em 1700, o número de falantes africanos (incluindo os crioulos) já era superior ao contingente europeu e indígena. A tendência, com o passar do tempo, foi de essa taxa populacional crescer rapidamente, uma vez que no século XVIII houve a descoberta do ouro, fazendo com que a mão de obra escrava fosse bastante procurada pelos portugueses que também começaram a imigrar para o Brasil devido a esse fato, como mostra o Quadro 3 a seguir.

Quadro 3: Censo extra-oficial do Brasil no ano de 1798
(HASENBALG, 1979, p. 140 apud MUSSA, 1991, p. 156-157)

Branços	1.010.000
Mestiços livres	406.000
Índios	250.00
Mestiços escravos	221.000
Escravos negros	1.361.000
Total	3.248.00

Apesar de haver um pequeno percentual de africanos falantes do português (os ladinos), percebe-se que a colônia portuguesa, nos primeiros séculos, vivia uma verdadeira ‘Torre de Babel’ por causa da quantidade de línguas africanas ininteligíveis que passaram a conviver num mesmo espaço a menos que houvesse uma língua geral que servisse como intermediária. Contudo, segundo Mussa (1991, p. 151), não é confiável conjecturar sobre a existência de línguas gerais africanas no século XVI, como aconteceu com os indígenas. A única certeza que se pode ter é de que os africanos tiveram que aprender abruptamente o português.

Para Mussa (1991, p.151-152), a posição dos escravizados no quadro social interferia em diferentes graus de aprendizagem do português. Assim os ladinos, os escravizados domésticos e os urbanos eram propensos a abandonarem as suas línguas maternas e internalizarem o português como segunda língua, fazendo com que essa língua se expandisse entre os próprios africanos, porque muitos deles transmitiam o português que aprendiam.

Encontrando-se dispersos na terra nova, ao lado de outros escravos, seus iguais na cor e na condição servil, mas diferentes na língua, na identificação tribal e frequentemente hostis pelos referidos conflitos de origem, os negros foram compelidos a incorporar-se passivamente no universo cultural da nova sociedade. Dão, apesar de circunstâncias tão adversas, um passo adiante dos outros povoadores ao aprender o português com que os capatazes lhes gritavam e que, mais tarde, utilizariam para comunicar-se entre si. Acabaram conseguindo aportuguesar o Brasil, além de influenciar de múltiplas maneiras as áreas culturais onde mais se concentraram, que foram o nordeste açucareiro e as zonas de mineração do centro do país. (RIBEIRO, 2010 [1995], p. 103)

Os escravizados africanos, marcados pelo preconceito contra sua cor, eram muitas vezes desconsiderados humanos, passando a ser vistos como “animais” e/ou apenas criaturas feitas por Deus. O fato de serem assim considerados fez com que esses indivíduos ficassem à margem da sociedade, privando-os de uma vida cultural, letrada e até religiosa, salvo aqueles

que, por terem o ‘privilégio’ de servir à casa grande necessitavam ter certo domínio da língua portuguesa a fim de não corromperem a aquisição linguística dos seus pequenos senhores (as crianças); ou aqueles que moravam nos centros urbanos onde as condições para a aquisição de uma linguagem próxima à dos colonizadores era maior (SILVA NETO, 1986, p. 91-100).

Todavia a leva de africanos importados para o Brasil não era essencialmente para o trabalho nas casas grandes e/ou nos centros urbanos, que ainda começavam a se desenvolver, mas o grande contingente era destinado ao trabalho nas lavouras da cana-de-açúcar, fumo e outros produtos agrícolas, lugares que não eram agraciados com as mesmas possibilidades de se adquirir uma segunda língua com um pouco de destreza.

Dessa forma, os relegados, que não encontravam em seu local de trabalho outros do seu grupo, aprendiam o português de maneira rudimentar, cabendo ao senhor, mais precisamente ao feitor, a tarefa de ensinar ao recém-desembarcado o que apenas eles precisavam saber, o necessário para que eles pudessem obedecer às ordens e desempenhar as suas tarefas. O aprendizado ocorria também com aqueles que já estavam na colônia há mais tempo e, às vezes, com o capelão que visitava as fazendas (MATTOS E SILVA, 2004, p. 98).

Com base nos fatos sócio-históricos supracitados, nota-se que o contato de línguas ocorrido no Brasil, na era colonial, caracteriza um dos tipos de contato linguístico proposto por Couto (2009, p. 52), o de que um povo forte que se desloca para o território de um povo fraco com o propósito de explorar as terras deles. Nesse contexto, por haver um povo politicamente forte, a língua dos invasores foi imposta de maneira que ela fosse apreendida de forma irregular, isto é, sem a sistematização escolar.

A perspectiva de uma aquisição da segunda língua de maneira irregular, leva a crer que, possivelmente, uma língua crioula pudesse ter surgido no Brasil. No entanto as características linguísticas que indicam que o português brasileiro seja fruto de um crioulo podem ser resultados, conforme Guy (2005, p. 18), de três possibilidades: “mudança espontânea interna, traços retidos dos dialetos originais e contato”.

Alguns linguistas divergem sobre as origens do português brasileiro. Naro e Scherre (2007), por exemplo, defendem a tese de que os traços morfológicos simplificados dessa língua são resultados de uma mudança interna do sistema linguístico, mais conhecida como **deriva secular**. Lucchesi e Baxter (2009), por sua vez, sustentam a ideia de que o PB teria surgido com a expansão de uma língua com traços crioulos a partir da **transmissão linguística irregular**.

Essas são as hipóteses mais coerentes que tentam explicar o surgimento do português do Brasil. Todavia Guy (2005, p. 20) afirma que houve muitas mudanças no PB em

pouquíssimo tempo para que se possa considerar fruto da deriva secular. A explicação dada para justificar o aceleração de mudanças linguísticas, em tão pouco tempo, é a presença maciça dos falantes africanos, que não conseguiram formar núcleos com pessoas de sua própria etnia a fim de prolongarem o uso da sua língua materna, tendo como única opção abandonar o seu idioma nativo e, obrigatoriamente, a aprender o português ou, em alguns casos, ser bilíngues.

A ideia de o PB ser um crioulo é descartada (GUY, 2005; LUCCHESI e BAXTER, 2009; NARO e SCHERRE, 2007) devido a outros fatores sociais, como, por exemplo, a quantidade de falantes africanos (falantes de L1), que não se manteve alta ao longo da colonização, e a intensidade do contato, levando em consideração que houve uma alta taxa de imigrantes europeus em meados do século XIX (GUY, 2005, p. 31-32). O que Guy (2005, p. 36-37) propõe é que o português brasileiro, mais especificamente o **português popular brasileiro**, seja considerado como uma língua ‘semi-crioulizada’ ou um ‘crioulóide’.

2.2 Das comunidades tribais igualitárias à civilização colonial brasileira

Depois da instalação europeia no Brasil no século XVI, era evidente a estratificação da comunidade colonial brasileira: de um lado as etnias tribais que trabalhavam, em sua maioria, como escravos; do outro uma sociedade que tinha acabado de nascer e que “engatinhava” rumo aos moldes dos povos dominantes, embora fosse muito precária comparada às sociedades ultramarinas europeias.

Era já uma sociedade bipartida em uma condição rural e a outra urbana, estratificada em classes, servida por uma cultura erudita e letrada, e integrada na economia de âmbito internacional que a navegação possibilitara.

Essa posição evolutiva mais alta não representava, obviamente, uma ascensão das sociedades indígenas originais da sua condição tribal à de uma civilização urbana e estratificada. Era uma simples projeção dos avanços civilizatórios alcançados pelos europeus, ao saírem da Idade Média, sobre os remanescentes da formação aborígine procedente e dos negros aliciados na África como força de trabalho escravo [grifo nosso]. (RIBEIRO, 2010 [1995], p. 66)

De acordo com Ribeiro (2010 [1995]), era óbvio que o fato de a comunidade colonial brasileira ser bipartida em rural e urbana não garantia que os povos marginalizados (índios e negros) ascendessem socialmente, pois, por muito tempo, foram considerados inferiores ao branco europeu.

Além do mais, no que diz respeito aos modos de organização social e econômica, a “civilização colonial” se implantou, entre diversos fatores, graças à substituição de uma

comunidade igualitária – característica dos povos tribais – por formas de estruturação social, que “bipartiu a sociedade em componentes rurais e urbanos e a estratificou em classes antagonicamente opostas umas às outras, ainda que interdependentes pela complementaridade de seus respectivos papéis” (RIBEIRO, 2010 [1995], p. 68).

Quanto à cultura das comunidades neobrasileiras, nota-se que as formas de comunicação estavam pautadas, entre diversos elementos, à lenta difusão da língua portuguesa, que, com o passar dos tempos, se tornou o único veículo de comunicação entre as comunidades brasileiras e a pequena parcela letrada que ensinava as tarefas mais complexas e difundia as crenças e os valores morais. Essas características fizeram com que a sociedade e a cultura brasileiras apresentassem mais traços europeus, embora se percebesse a incorporação de poucos aspectos culturais de origem indígena e africana, explicando, assim, a não existência de uma classe dominante nativa.

As primeiras cidades e vilas, na era colonial, correspondiam à civilização agrária comandada pela Coroa que exercia a função de comércio (importação e contrabando), agências de cobranças de impostos e outras ações relacionadas à concessão de terras. Embora as principais funções sociais estivessem restritas aos centros urbanos e, por essa razão, devesse concentrar o índice populacional mais elevado, notava-se que a zona rural apresentava o maior número de habitantes.

Aglomerados menores surgiram no interior de cada área produtiva para exercer funções especiais, à medida que a população aumentava e se concentrava. Tais são os vilarejos estradeiros, que serviam de pouso nas longas viagens entre os núcleos ocupados do interior, ou que apareciam onde se impusesse a necessidade de baldear cargas de uma estrada a um rio navegável, ou para a travessia deste. É o caso, também, das feiras de gado de todo o mediterrâneo interior, algumas das quais alcançariam grande expressão, como as de Campina Grande, Sorocaba, Feira de Santana, Campo Grande e outras. Contam-se, também, as feiras de algodão, como as de Itapicuru-mirim, Caxias, Oeiras, Crato etc. (RIBEIRO, 2010 [1995], p. 180)

A necessidade de expansão social fez com que novos espaços surgissem. A partir do processo de industrialização, esses espaços foram pontos de concentração de indivíduos que buscavam melhores condições de vida. Essa “corrida” para os novos espaços foi feita pelas pessoas que transitavam pelos interiores do Brasil, pelos ex-escravizados, pelos (i)migrantes e, principalmente, pelas pessoas que viviam na zona rural, que levaram consigo os aspectos linguísticos de sua cultura, fazendo com que, mais uma vez, houvesse um contato de língua/dialeto.

Pensar nos espaços urbanos e rurais do período da colonização é também deduzir as formas de uso da língua nesses diferentes contextos. No urbano, havia a probabilidade de

apreender uma variedade linguística de prestígio, uma vez que uma camada considerável de falantes era letrada. Já no rural, pelo fato de ser um espaço anacrônico, a possibilidade de aquisição de uma linguagem mais formal se limitava àqueles que podiam pagar por ela, neste caso, os filhos dos senhores de terra.

É de se supor que, pelo menos nos contextos das cidades e vilas, por menores que fossem os sítios urbanos, o processo de aculturação tenha favorecido, pouco a pouco, de uma geração a outra, a opção pela língua portuguesa, em detrimento da identidade linguística original. *Nesse sentido, diante do quadro quantitativo de aloglotas, impossível não deduzir que quão maior a interação com a parcela branca, maior o incremento desse processo.* Nesse quadro histórico-social, situam-se inúmeras discussões sobre as origens do português brasileiro [grifo nosso]. (CALLOU et al., 2006, p. 263)

É de se imaginar que quando os migrantes da zona rural passaram a morar nos centros urbanos e/ou mantiveram contato com falantes destes espaços incorporaram ao seu repertório linguístico algumas poucas características do português culto da época a partir do processo de aculturação e do *input* culto disponível nessas localidades. Em contrapartida, não se pode desconsiderar, ainda, a influência da variedade rural na variedade urbana, uma vez que o processo migratório de pessoas rurais para os centros urbanos, no período da industrialização (meados do século XX), foi muito grande, sobrepondo-se em muitos contextos, à densidade demográfica das cidades hospedeiras.

Portanto, no decorrer do século XX, enquanto no português popular se verifica uma tendência de mudança “para cima”, não em direção aos padrões normativos, mas em direção ao padrão urbano culto (ou semiculto), no português culto, assiste-se a uma tendência de mudança de afastamento do padrão normativo de matiz europeu, uma mudança que se pode definir como “para baixo”. Se é clara a influência “de cima para baixo” sobre as camadas populares, pode-se postular também uma influência “de baixo para cima” sobre as camadas médias e altas. Para além da intensificação do contato dessas camadas com dialetos populares rurais em função do êxodo do campo para a cidade, que se intensifica sobremaneira a partir da década de 1940, há um fato da história socioeconômica e demográfica do país que parece ser, nesse aspecto, decisivo. (LUCCHESI, 2004, p. 80)

Assim, não é errado afirmar que a identidade linguística brasileira passou (passa) por várias fases até se constituir como produto de uma cultura amalgamada, pois já não são formas distintivamente marcadas pela segregação dos espaços geográficos de seus falantes, mas pela mistura de todas as variedades que constituem o português do Brasil.

[...] as línguas vivem em constante contato uma com a outra e se “contaminam” mutuamente, constantemente criando possibilidades novas e nunca sonhadas. Como se ressaltou anteriormente, essas possibilidades radicalmente novas pedem uma

reconsideração radical da própria noção de identidade. (RAJAGOPALAN, 2001, p. 39)

Mediante os diversos contextos de contatos linguísticos ocorridos entre falantes de diversas etnias e/ou da mesma, mas de diversas localidades do Brasil, não se pode pensar em uma língua portuguesa uniforme, caracterizada apenas por uma de suas variedades, porém deve-se pensar em uma língua multifacetada que representa um todo, o povo brasileiro. “Em outras palavras, as identidades da língua e do indivíduo têm implicações mútuas” (RAJAGOPALAN, 2001, p. 41).

3 ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA QUANTITATIVA

Ao delimitar a tarefa da Linguística, Saussure (2006 [1916], p. 13-14) apresenta a relação dessa ciência com outras áreas do conhecimento. Segundo ele, a Linguística deve ser diferenciada da Etnografia e da Pré-História uma vez que, para elas, a língua tem apenas o papel documental. Saussure (2006 [1916] p. 14) ainda a distingue da Antropologia afirmando que essa ciência “estuda o homem somente do ponto de vista da espécie”, enquanto a Linguística estuda a linguagem enquanto fato social. Com essa última distinção, esse linguista assina a “certidão de nascimento” de uma das subáreas da macrociência Linguística, a **Sociolinguística**.

Saussure (2006 [1916], p. 17), ao descrever o objeto da Linguística, conceitua a língua e a linguagem e coloca a primeira como objeto de estudo dessa ciência, uma vez que os estruturalistas achavam impossível analisar a fala pelo fato de ela ser heterogênea. Cabe lembrar que, por muito tempo, o conceito de língua esteve restrito apenas à estrutura linguística homogênea (a *langue*), enquanto a linguagem (a *parole*) a uma atividade individual e social. Apesar dessa “separação”, Saussure (2006[1916] p.21) deixa muito bem claro que uma depende da outra, neste caso, a *parole* influenciaria a *langue*.

A proposta inicial da Linguística era descrever a história das línguas e achar os universais da linguagem, comparando as mudanças ocorridas na língua ao longo das sincronias. Essa comparação era feita com base em textos escritos e quando a mudança já havia se concretizado. Entretanto por muito tempo foi uma tarefa impossível relatar as mudanças linguísticas no momento de uso da linguagem, isto é, comparar os níveis de mudança a partir do uso das variantes inovadoras em detrimento das formas arcaicas em uma certa comunidade e numa dada sincronia.

Inconformado com os princípios das teorias estruturalistas e gerativistas que analisavam a língua a partir de seus próprios idioletos e que não consideravam o componente social como um fator importante para mudança linguística, William Labov (2008 [1972], p. 215), na década de 60, propôs um modelo teórico-metodológico que passaria a analisar a língua “tal como usada na vida diária por membros da ordem social, este veículo de comunicação com que as pessoas discutem com seus cônjuges, brincam com seus amigos e ludibriam seus inimigos”.

A linguagem, como propunha Saussure (2006 [1916], p. 14), é um fato social, pois ela revela o comportamento do indivíduo na sociedade em que está inserido. Logo a linguagem pode ser considerada como um instrumento que serve para descrever e interpretar tanto o

interior do ser humano, quanto as coisas que o cercam. Com base nessa premissa, é que surge a Sociolinguística: “uma subárea da Linguística e estuda a língua em uso no seio das comunidades de fala, voltando a atenção para um tipo de investigação que correlaciona aspectos linguísticos e sociais” (MOLLICA, 2007, p. 9).

Essa vertente da Linguística tem como objeto de estudo a variação, já que é sistemática. Entretanto Labov (2008 [1972]) delimita faixas de percentuais para que se possa classificar determinado uso linguístico como variação. Segundo ele, a quantidade de dados abaixo de 94% de uso de determinado fenômeno linguístico é classificado como variação, entre 95% e 99% é visto como um uso semi-categórico e 100% como categórico.

Esse estudo, por conseguinte, parte do pressuposto de que a variação é influenciada por fatores estruturais (internos à língua) e sociais (externos à língua). Com base nessa ideia, Mollica (2007, p. 10) afirma que

O linguista deve compreender como se caracteriza uma determinada variação de acordo com as propriedades da língua, verificar seu *status* social positivo ou negativo, entender o grau de comprometimento do fenômeno variável no sistema e determinar se as variantes em competição acham-se em progresso de mudança, seja no sentido de avanço, seja no recuo da inovação.

A fim de atender os objetivos desta linha de pesquisa, o norte-americano, William Labov (2008 [1972]), baseado na **Antropologia da Linguagem** (idealizada por F. Boas (1911), Edward Sapir (1921) e Benjamin L. Whorf (1941)), desenvolveu o modelo teórico-metodológico que analisa a relação dos fatores sociais como **idade, sexo, origem étnica, atitude** e outros ao comportamento linguístico, ficando conhecido mais tarde como **Sociolinguística Variacionista** ou **Teoria da Variação**. Essa teoria tem como pressuposto fundamental o princípio do **uniformitarismo**, a saber, “a afirmação de que os mesmos mecanismos (variáveis) que operaram para produzir as mudanças em larga escala no passado podem ser observados em ação nas mudanças que presentemente ocorrem à nossa volta” (LABOV, 2008 [1972], p. 192).

Entretanto as características que denotam a mudança linguística só podem ser discutidas através da comparação do comportamento variável em diversos pontos do tempo. Nesse caso, a fim de perceber a transição da variante inovadora na comunidade de fala, recomenda-se fazer um estudo sobre a mudança linguística em **tempo aparente** e/ou em **tempo real**.

[...] *tempo aparente* – isto é, ao longo das dimensões formadas por faixas etárias da população atual. Tal análise é possível somente porque a descrição simples original da mudança em *tempo real* nos permite distinguir entre a gradação etária da população atual e os efeitos da mudança linguística. (LABOV, 2008 [1968], p. 194)

A partir desse tipo de pesquisa, há a possibilidade também de analisar a interferência de dialetos/línguas em situações de contato. Nesse tipo de análise, pode-se, por exemplo, contrastar as semelhanças fônicas, lexicais etc. de diferentes localidades, seja dentro de um espaço geográfico ou de nações diferentes, como fez Labov (2008 [1972]) em sua dissertação de mestrado ao estudar a ilha de Martha's Vineyard, no estado de Massachusetts (Estados Unidos), em 1963, e na sua tese de doutorado ao fazer a estratificação social do inglês falado na cidade de Nova Iorque (1962).

Em sua pesquisa, Labov (2008 [1972], p. 19) analisou a frequência e distribuição da alteração na posição fonética dos primeiros elementos dos ditongos /ay/ e /aw/ nas diversas regiões, faixa etária, grupos profissionais e étnicos daquela comunidade. Para tanto, ele conjecturou que a explicação para a mudança linguística envolveria três problemas distintos: “a origem das variações linguísticas; a difusão e propagação das mudanças linguísticas; e a regularidade da mudança linguística”. Além do mais, ele explica que

Essas variações podem ser induzidas pelos processos de assimilação, dissimilação, por analogia, empréstimo, fusão, contaminação, variação aleatória ou quaisquer outros processos em que o sistema linguístico interaja com as características fisiológicas e psicológicas do indivíduo. (LABOV, 2008 [1972], p. 19-20)

A proposta aqui não é discutir os resultados obtidos por Labov nas comunidades de Martha's Vineyard e de Nova Iorque²¹, mas saber quais os caminhos utilizados por ele para que pudesse obter os resultados e explicasse as mudanças linguísticas daquelas localidades. Adotando o modelo metodológico postulado por William Labov, pretendeu-se, nesta seção, descrever o passo-a-passo utilizado durante a pesquisa.

Esta pesquisa teve como pontapé inicial três estudos realizados em comunidades diferentes. O primeiro deles foi realizado por Baxter e Lopes (2006) que estudaram a variação *ni ~ em* na fala dos Tongas de São Tomé (África), descendentes de trabalhadores africanos que aprenderam o português via contato (ROUGÉ, 2009).

A segunda pesquisa foi realizada por Baxter e Lucchesi (2009) em Helvécia (Bahia), uma comunidade rural remanescente de quilombo, onde os falantes apresentavam em seu

²¹ Os resultados obtidos por Labov (2008 [1972]), por hora, não serão explanados, salvo quando algum dado desta pesquisa possuir alguma relação com os seus resultados.

vernáculo características de uma transmissão linguística irregular, como aconteceu com os Tongas em São Tomé. Nessa pesquisa, além de outros elementos linguísticos que justificariam a hipótese da origem do PB a partir do contato, os pesquisadores apontaram a presença da forma *ni*, variando também com a preposição *em*.

O último estudo foi efetivado por Souza (2012) que analisou redações escolares de uma escola particular do interior da Bahia, em cujas observações, ele notou a presença da forma *ni* também em variação com a preposição *em*. Assim, com base nesses estudos, notou-se que as pesquisas realizadas com os *corpora* do Brasil são caracterizadas por dois extremos. De um lado, uma comunidade rural (LUCCHESI; BAXTER, 2009) que usa a forma *ni* no lugar da preposição canônica *em*; do outro, uma comunidade urbana (SOUZA, 2012) que também apresenta o mesmo tipo de variação. A análise de ambas as comunidades poderia explicar a origem e os motivos da difusão da substituição do *em* pelo *ni*. Foi pensando nessa problemática que o escopo dessa pesquisa surgiu: traçar um *continuum* rural-urbano, tendo como elemento linguístico simbólico a variante *ni*.

3.1 As comunidades observadas

Com o propósito de buscar as explicações para o uso do *ni* no desempenho linguístico de falantes de comunidades baianas, inicialmente foi analisado o vernáculo da comunidade de Matinha²², da zona rural de Feira de Santana, por ser uma das mais próximas da zona urbana dessa cidade e que tem características sociais semelhantes às comunidades afrodescendentes declaradas. Em seguida, foi estudado o português popular e culto²³ do centro urbano de Feira de Santana, localizado na região de Paraguaçu (Figura 4), traçando assim o ***continuum rural-urbano dessas comunidades baianas***.

Uma vez que esta pesquisa almejou contribuir para com o **projeto A língua portuguesa no semiárido baiano**, os *corpora* utilizados fazem parte das **Amostras da língua falada no semiárido baiano**, organizadas pelas professoras Dra. Norma Lucia Fernandes de Almeida e Dra. Zenaide de Oliveira Novais Carneiro (2008), ambas docentes da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. Além das comunidades supracitadas, fazem parte das amostras as comunidades da zona rural de Anselino da Fonseca e de

²² Não há registros oficiais que comprovam que Matinha seja uma comunidade afrodescendente, há apenas memórias contadas pelos seus moradores que essa comunidade foi originada a partir de um quilombo.

²³ Embora o *corpus* esteja nomeado como culto, cabe ressaltar que alguns informantes (principalmente da faixa D) ainda não haviam concluído o Ensino Superior, critério muitas vezes utilizado por alguns linguistas para classificar uma fala pertencente ao português culto.

Jeremoabo que não foram consideradas nesta pesquisa. A escolha das comunidades foi feito com base nos aspectos sócio-histórico-demográficos que contribuíram para responder às hipóteses sugeridas neste estudo, conforme a descrição abaixo:

a) Matinha

Comunidade da zona rural de Feira de Santana, cuja formação sócio-histórico-demográfica apresenta características similares às comunidades afrodescendentes declaradas, por exemplo, Bananal/Barra dos Negros. Contudo o principal motivo para a escolha desta comunidade foi o da sua origem que, segundo moradores, teria surgido de um quilombo.

b) Feira de Santana

Este município, antes do seu surgimento, foi pouso para vaqueiros e suas boiadas. No entanto nas últimas décadas do século XIX e no início do XX, fora muito procurado porque a sua economia estava em ascensão. Mais tarde, por volta de 1950, com a expansão industrial, a cidade passou a receber pessoas da sua zona rural, bem como de outras regiões do estado e do Nordeste.

Figura 4: Mapa da região econômica de Paraguaçu



3.2 Constituição dos *corpora*

Os *corpora* que constituem as **Amostras da língua falada no semiárido baiano** foram formados a partir dos princípios labovianos. As entrevistas são caracterizadas como um diálogo entre documentador e informante, entretanto como elas foram realizadas nos domicílios dos informantes, não houve como evitar a presença de circunstanciadores que, de certa forma, fizeram com que o diálogo se tornasse mais espontâneo, embora, nesta análise, seus desempenhos linguísticos tivessem sido desconsiderados.

A título de estruturação, os *corpora* analisados nesta pesquisa estão distribuídos em três faixas etárias: faixa I (18-38 anos), faixa II (39-58), faixa III (a partir de 59). Cada uma delas, por sua vez, é constituída por 8 (oito) informantes, 4 (quatro) do sexo masculino e 4 (quatro) do sexo feminino, conforme as Tabelas 3 e 4 abaixo.

Quadro 4: Informantes da comunidade rural

Comunidade Rural	Faixa I (18-38 anos)		Faixa II (39-58 anos)		Faixa III (a partir de 59 anos)	
	Sexo					
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
Matinha	2	2	2	2	2	2

Quadro 5: Informantes da comunidade urbana

Comunidade Urbana	Faixa I (18-38 anos)		Faixa II (39-58 anos)		Faixa III (a partir de 59 anos)	
	Sexo					
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
Feira de Santana (Port. Popular)	2	2	2	2	2	2
Feira de Santana (Port. Culto)	2	2	2	2	2	2

Os dados obtidos dos *corpora* foram tratados conforme as instruções da pesquisa sociolinguística (LABOV, 2008 [1972] e GUY; ZILLES, 2007). Contudo cabe ressaltar que, por se tratar de uma análise de preposições (*ni ~ em*), havia algumas delas, principalmente algumas locuções prepositivas que apresentavam formas mais gramaticalizadas e, por isso, não foram contabilizadas, como, por exemplo: *no mais, em matéria de, em termo(s) de, na verdade, na base de, em reação a, em compensação, em relação a, em vez de, em parte, em geral, no caso, no máximo, em processo de, em função de, no sentido de, no entanto, na questão de, em consequência de, na maioria de, no que abrange, na realidade* entre outros.

Os dados foram rodados no programa GoldVarb – um dos programas estatísticos utilizado para cruzar os dados na pesquisa sociolinguística – através do qual foram encontrados os valores percentuais de cada variável, bem como os pesos relativos atribuídos a cada variante, que estão apresentados no **Capítulo 4** deste estudo.

É tarefa do sociolinguista investigar como ocorre determinada variação. Contudo, para que ele possa observar esse processo, é necessário que o pesquisador aponte as variáveis independentes, ou seja, grupo de fatores de natureza interna ou externa à língua que “podem exercer pressão sobre os usos, aumentando ou diminuindo sua frequência de ocorrência” (MOLLICA, 2007, p. 11).

Dessa forma, pelo fato de o escopo deste estudo ser a avaliação da hipótese da existência de um *continuum* social, tendo como elemento linguístico a variação da preposição *ni ~ em*, tomou-se como base para a escolha das variáveis linguísticas, as regras/descrições de gramáticas normativas (BECHARA, 2005 [1961] e CUNHA, 1985 [1972]) e descritivas do Português (PERINI, 2006), assim como pesquisas relacionadas ao objeto de estudo (BAXTER; LOPES, 2006; SOUZA, 2012 e CASTILHO, 2004). Para escolha das variáveis sociais, consideraram-se os aspectos sócio-histórico-demográficos das comunidades analisadas, estudos relacionados à variação *ni ~ em* (BAXTER; LOPES, 2006; SOUZA, 2012 e PAES, 2013).

Ao perceber a presença da preposição *ni* em redes sociais e em músicas, conjecturou-se que expressões, como “*vem ni mim*”, estivessem passando por um processo de gramaticalização. Dado que poderia interferir nas falas dos informantes a partir do momento que eles fizessem uso dessas expressões nas suas páginas de relacionamento e/ou utilizassem músicas nas quais o *ni* estivesse presente. Pensando nisso, montou-se também um *corpus* dessas expressões a partir de uma pesquisa na internet, principalmente no *facebook*, que foram analisadas apenas de maneira qualitativa e a partir dos princípios da gramaticalização.

3.3 As variáveis linguísticas e suas hipóteses

3.3.1 Definitude do SN

Baxter e Lopes (2006), na pesquisa realizada com os Tongas, observaram que o uso do *ni* estaria relacionado à definitude do SN: definido ou indefinido. Contudo, mesmo que essa variável tenha sido rejeitada pelo programa estatístico Varbrul, durante as rodadas, notou-se que os valores apresentavam diferenciados resultados quanto ao cruzamento com a variável faixa etária.

Ao perceber essa diferença, sugeriram que, em investigações futuras, os pesquisadores tentassem estabelecer graus de referência definida, diferenciando o não específico do específico. Em (1), nota-se que o núcleo do SN *panela* apresenta uma característica específica,

não é uma panela qualquer, mas uma de alumínio batido, ao contrário de (2), em que não fica claro o lugar específico nas cidades. (3) apresenta uma característica indefinida a partir do pronome indefinido *nenhum*. Com base nos resultados variáveis de Baxter e Lopes (2006), poder-se-ia imaginar que também nessa comunidade linguística haveria uma frequência maior do *ni* nos SNs definidos + específicos.

Definido + específico

(1) Coloca dentro e deixa lá de panela de barro ou **ne panela de alumínio batido**.

Definido – específico

(2) Não. Tenho uma... uma **ne Mina**, outa **ne Livramento** e a outa tá em Rio de Contas.

Indefinido

(3) Doc: E aqui a senhora já andou em que lugares aqui?

Inf: **Ne canto nenhum** não.

3.3.2 Posição no espaço

Segundo Castilho (2004), as preposições, além de outras categorias, correspondem à categoria semântico-cognitiva de posição no espaço. Castilho (2004) classifica as preposições quanto à posição no espaço a partir do (i) eixo horizontal (origem (5) e meta (destino) (4)), (ii) eixo vertical (inferior (6) e superior (7)), (iii) eixo transversal (anterior e posterior), (iv) continente/conteúdo (dentro (8) e fora).

Entretanto pelo fato de o *em* e talvez o *ni* muitas vezes não se encaixarem em algumas dessas posições, foram escolhidas para a análise apenas as posições referentes a (i), (ii) e (iv). Assim, pôde-se conjecturar que o *ni* variaria mais com o *em* em SNs cuja posição espacial fosse referente à posição plena dessa preposição: “superação de um limite de interioridade; alcance de uma situação dentro de” (CUNHA, 1985 [1972], p. 524).

(4) Vou **ni Maria**.

(5) Tudo começou **ni um lugar**.

(6) Moro **ni casa** de baixo.

(7) Meu pai mora ali **ni cima**.

(8) Ele está **ni um carro**.

(9) Meu irmão foi até **ni Livramento**.

3.3.3 *Deslocamento no espaço*

Outra categoria semântico-cognitiva das preposições descrita por Castilho (2004) é o deslocamento no espaço, podendo indicar [+ movimento] (10) e/ou [- movimento] (10). Essa variável, segundo Baxter e Lopes (2006), pode ser um dos fatores que favorecem as ocorrências do *ni*. A gramática normativa estabelece o valor semântico pleno de movimento para as preposições *a/para* e *até*. Todavia, de acordo com Diório Júnior (2002), a preposição *a* está sendo substituída pela preposição *em*.

A partir disso, nesta análise, não foi considerada a variação *ni ~ a/para (até)*, uma vez que tem se notado antes a variação *em ~ a/para*, indicando movimento para um lugar. Baxter e Lopes (2006) também chamam a atenção para o movimento dentro de um lugar, tendo em vista que o valor semântico pleno do *em* é indicar lugar dentro. Com base nessa afirmativa, pôde-se hipotetizar que o *ni* seria mais recorrente nos SNs que indicam [- movimento] do que os que indicam [+ movimento].

(10) Vou **ni Livramento**.

(11) Minha irmã mora **ni Barra**.

3.3.4 *Traço de animacidade do SN*

Ainda na análise do Português dos Tongas, Baxter e Lopes (2006) averiguaram questões léxico-semânticas relativas ao núcleo do SN. Além dos valores semânticos inerentes às preposições, eles observaram que o uso do *ni* introduzia sintagmas referentes a partes do corpo (12), implicando, talvez, que o uso dessa preposição estivesse relacionado ao grau de animacidade do SN. Dessa forma, conjecturou-se que, nestes *corpora*, o uso do *ni* também apresentaria uma frequência maior nesse contexto. Contudo, a fim de fazer uma investigação mais detalhada, o traço de animacidade foi analisado com base em três aspectos: inanimado (13), animado [+ humano] (14) e animado [- humano] (15).

(12) Vai já papara assim **ni mão**.

(13) Vou **ni Barra**.

(14) Para que colocar anel **ni dedo?**

(15) O vaqueiro está **ni um boi**.

3.3.5 Grau de concretude do SN

Ao perceber o *ni* com o valor locativo e/ou outros, como o de tempo, por exemplo, presumiu-se que a variante inovadora estaria relacionada com o grau de concretude do sintagma, presumindo que, quando mais concreto o SN representar, maior seria o número de ocorrências do *ni*. Pensando nessa possibilidade, foram constatados também a presença e/ou ausência de concretude do SN, isto é, se ele apresentaria uma característica [concreta] (16) ou [Abstrata] (17).

(16) Ele foi **ni Livramento**.

(17) **Ni um certo dia**, meu pai chegou de surpresa.

3.3.6 Traço semântico do SN

Outros aspectos semânticos do SN controlados foram os significados intrínsecos à preposição *em*. Souza (2012) examinou, em sua pesquisa, a natureza sintático-semântica do *em/ni* apenas classificando os complementos adverbiais (neste caso, indicando lugar, como, por exemplo, “vou **ni Pombal**”) e os sentidos para os adjuntos adverbiais (assunto, modo etc.). Baxter e Lopes (2006), nesse tocante, mensuraram além do SN com valor locativo (16), o SN com valor de tempo (17).

Baxter e Lopes (2006) averiguaram o *ni* com valor locativo, mas, nesta pesquisa, levou-se em consideração se o SN apresentaria uma característica [locativo] ou [não-locativo]. Entretanto, com o intuito de verificar se o *ni* havia ganhado outros contextos linguísticos, foram observados, além das situações apresentadas por Baxter e Lopes (2006), os sentidos de modo (18), assunto (19) e de causa (20). A partir desses contextos escolhidos, presumiu-se que o *ni* poderia ser utilizado em outra posição sintática, mas não superaria o valor de locativo.

(18) O cachorro entrou **ni uma velocidade**.

(19) Pense **ni um cara chato**.

(20) André está feliz **ni ter você aqui**.

3.3.7 Natureza sintática do SN

Perini (2006, p. 164) afirma que comumente as preposições são definidas de maneira muito vaga, podendo se confundir com o conceito de conjunção. Por esta razão, ele prefere dizer que as preposições têm o papel de promover mudanças de classe, ou, como ele mesmo diz, “a preposição é um **reclassificador**”. A preposição *em*, segundo as gramáticas normativas, é introdutora de objeto indireto (21), complemento adverbial (22) e complemento nominal (23), dessa forma, presumiu-se que o *ni* ocuparia esses mesmos espaços nas estruturas linguísticas, havendo talvez uma certa tendência para os adjuntos adverbiais, tendo em vista que nas pesquisas realizadas por Souza (2012), Baxter e Lopes (2006) a variante inovadora apresentou valores significativos referentes a lugar.

(21) O menino pegou **ni** você.

(22) Minha mãe mora **ni** Livramento.

(23) Ricardo é perito **ni** cirurgia.

3.4 As variáveis sociais e suas hipóteses

3.4.1 Faixa etária

Examinar o desempenho linguístico a partir da faixa etária permite ao pesquisador perceber o nível de variação/mudança linguística, uma vez que as inovações da língua tendem a ser propagadas pelos mais jovens em detrimento dos mais velhos que tendem a ser mais conservadores no que se refere ao uso da língua. Sobre a variação *ni* ~ *em*, Baxter e Lopes (2006) constataram que a frequência de uso do *ni* era maior na faixa III em relação à faixa II e I, evidenciando que essa variante estava passando pelo processo de descrioulização.

Souza (2012), ao analisar as redações, observou que a idade dos falantes interferia no uso dessa preposição, embora essa variável estivesse fortemente relacionada à escolarização. Com base nessa perspectiva, presumiu-se que, durante a avaliação da existência de um *continuum*, as ocorrências de *ni* fossem mais recorrentes também na fala dos indivíduos que ocupam a faixa III do que no desempenho linguístico dos que ocupam a faixa I.

3.4.2 Sexo

No estudo realizado por Baxter e Lopes (2006), no português dos Tongas, os resultados apontaram que o uso do *ni* era mais recorrente no desempenho linguístico das mulheres do que dos homens. Para esses autores, o fato de a variante inovadora ser mais recorrente na fala das mulheres ocorreu devido o papel social desempenhado por elas naquela comunidade.

Por ser uma comunidade rural, as mulheres exerciam atividades domésticas e/ou relacionadas à lavoura, fazendo com que os traços linguísticos da L1 fossem mantidos. Essa manutenção não aconteceu com os homens porque, conforme Baxter e Lopes (2006), normalmente, eles apresentam redes sociais mais abertas em situações de trabalho, contribuindo para que eles apreendessem as regras gramaticais da L2.

A partir disso, conjecturou-se que, na possível existência de um *continuum* rural-urbano, os dados obtidos das comunidades rurais seriam iguais e/ou próximos aos dados da comunidade dos Tongas, todavia, na comunidade urbana os dados poderiam ser diferentes uma vez que tanto homens e mulheres, por vezes, possuem um número semelhante de redes sociais.

3.4.3 Comunidade linguística do informante

Com a migração de pessoas dos ambientes rurais para os centros urbanos, houve a possibilidade de ocorrer uma expansão dialetal, fazendo com que alguns traços linguísticos daquelas comunidades passem a ser usados também por falantes das comunidades urbanas, dependendo do grau de aceitabilidade. O fato de haver elementos que sejam intersecções linguísticas entre essas comunidades sustenta a ideia de que a mudança linguística pode ocorrer a partir do contato entre línguas/dialetos.

No tocante a essa pesquisa, desejou-se aferir os níveis de ocorrências da preposição *ni* entre as comunidades analisadas. Para tanto, tomou-se por base a comunidade rural estudada por Baxter e Lopes (2006) e presumiu-se que a frequência de uso dessa variante nas comunidades rurais baianas fosse semelhante ao vernáculo dos Tongas. Em relação à comunidade urbana observada, conjecturou-se que, devido ao fato de ela apresentar um contexto através dos qual os falantes recebessem um *input* próximo ao padrão, a frequência de ocorrências do *ni* seria menor comparada à comunidade rural.

No entanto, foi considerado o fato de a zona urbana possuir comunidades linguísticas diferentes: uma falante do português popular e outra do português culto. A separação da zona urbana nessas duas comunidades linguísticas fez presumir que o português popular (PP) apresentaria mais traços linguísticos semelhantes ao português rural (PR) do que ao português culto (PC), uma vez que, possivelmente, o *input* padrão favoreceria aos falantes do português culto.

3.4.4 Nível de escolaridade

É papel de a escola ensinar o português padrão ou pelo menos criar meios para que os estudantes possam aprendê-lo. Mediante essa premissa, observa-se que as instituições educacionais desempenham o importante papel de manter o legado da norma gramatical. Souza (2012), ao observar o *corpus* escrito, notou que, a medida que os alunos avançavam de série, o uso do *ni* se extinguiria, fazendo com que a preposição *em* atingisse quase 100 % de uso.

O fato de haver nesse *corpus* indício de apagamento da preposição *ni*, não garante que na análise de um *corpus* constituído de falas, o acesso à língua alvo (português padrão) fosse igual, a não ser mediante um índice elevado escolaridade. Pensando nessa possibilidade, previu-se que o *ni* fosse mais recorrente na fala de pessoas analfabetas do que no desempenho linguístico de pessoas com o nível de escolaridade elevado. Ao avaliar a hipótese da existência de um *continuum*, presumiu-se ainda que os resultados apresentariam uma progressão tendo como meta a língua alvo (o padrão), isto é, quanto maior o nível de escolaridade, menor a presença do *ni*.

4 A PREPOSIÇÃO ‘NI’ EM COMUNIDADES BAIANAS

As gramáticas normativas, como a de Bechara (2005) e a de Cunha (1985), por exemplo, não apresentam o *ni* como preposição do português, salvo a *Nova gramática do português brasileiro*, de Ataliba de Castilho (2010), que tem como principal função descrever os usos linguísticos do PB. Segundo Ferrari (1997), os estudos dialetológicos da primeira metade do século XX foram omissos ao *ni*, exceto Nascentes (1922 apud FERRARI, 1997), que o cita casualmente a fim de ilustrar o emprego do verbo *chamar* “Você me chamou de feio/ eu não sou tão feio assim/ lá em casa tinha um feio/ que pegou feio *ni* mim”. Apenas Teixeira (1944 apud FERRARI, 1997) registra, posteriormente, o uso dessa preposição em cidades goianas.

No Brasil, o *ni* não se restringe às falas dos indivíduos da zona rural, pois, com base nos estudos de Souza (2012) e Paes (2013), nota-se que essa preposição está presente também na fala e na escrita de indivíduos que residem em centros urbanos. Acredita-se que, devido ao processo de globalização e ao êxodo rural, esse conectivo tenha chegado às cidades.

Além disso, percebe-se que é uma variante presente em diversas regiões do Brasil: em Sergipe, conforme pesquisas realizadas por Albuquerque e Nascimento (2013); na Bahia, segundo estudos feitos em comunidades remanescentes de quilombo (LUCCHESI; BAXTER, 2009), em análises de um *corpus* constituído de redações de uma escola particular do semiárido baiano (SOUZA, 2012), na pesquisa realizada na zona urbana de Vitória da Conquista (PAES, 2013); em Minas Gerais (CUNHA, 1970) e no Rio de Janeiro (PONTES, 1992 e FERRARI, 1997), recorrente tanto na fala de pessoas menos escolarizadas (da zona rural e urbana), quanto no vernáculo de universitários.

É fato que essa variante se popularizou também através da música, fazendo com que, muitas vezes, o *ni* fosse “aceito” por todas as classes sociais. Quem, por exemplo, nunca ouviu *Pinga ni mim*, de Sérgio Reis, ou *Mamãe passou açúcar ni mim*, de Wilson Simonal? Talvez essas músicas não tenham influenciado tanto os ouvintes, pois, normalmente, eram/são pessoas contemporâneas a esses cantores, mas, na atualidade, na era do *Funk*, com as músicas *Quica ni mim, perereca/ Pula ni mim, perereca*, de MC’s BW, e *Senta ni mim, Xerecão*, de MC Magrinho; da MPB, com a música de Caetano Veloso *Tarado ni você*; e do Sertanejo Universitário de Marco Polo com a música *Chega vem ni mim* e *Ninguém manda ni mim*, de Pedro Paulo, essa variante se tornou mais conhecida.

Entretanto foi com a música *Vem ni mim Dodge Ram*, um Sertanejo universitário, de Israel Novais, que os falantes tomaram mais consciência dessa preposição e fizeram com que

ela, talvez, se expandisse mais rapidamente na fala e na escrita (normalmente em sites de relacionamentos) a partir da expressão *vem ni mim*, que se tornou “febre” por conta de a *hashtag* ser compartilhada com rapidez na Internet, tornando o termo um *meme* (quando copiamos e repetimos falas, imagens, frases de outrem).

Assim, ao perceber o *ni* em diferentes contextos de comunicação, deseja-se nesta seção descrever as suas formas de uso na fala de comunidades baianas. Para tanto, estão apresentados os resultados percentuais e os pesos relativos obtidos a partir das rodadas dos dados no GoldVarb, assim como uma análise qualitativa de algumas ocorrências. Primeiro, são apresentados os resultados de uma rodada envolvendo as três comunidades linguísticas pesquisadas (Matinha, português popular e culto de Feira de Santana). Depois são expostos os dados obtidos de cada comunidade linguística individualmente e é avaliada a hipótese da existência de um *continuum*, comparando os aspectos linguísticos em comum das comunidades analisadas.

Em seguida, estão exibidos textos veiculados na Internet (principalmente no *facebook*) em que expressões com o *ni* assumem formas gramaticalizadas. As análises desses textos são justificadas tomando como base os princípios da gramaticalização discutidos por Gonçalves et al. (2007), Castilho (1997) e Martellota (2011).

4.1 Resultados obtidos das três comunidades observadas

A primeira análise está relacionada aos resultados obtidos das três comunidades linguísticas pesquisadas, neste caso, Matinha (português rural) e a área urbana de Feira de Santana (português popular e culto). Os dados perfazem um total de 4059 ocorrências, sendo que **2%** referem-se ao uso do *ni* e **98%** ao da preposição *em*, conforme descrito na Tabela 3, abaixo.

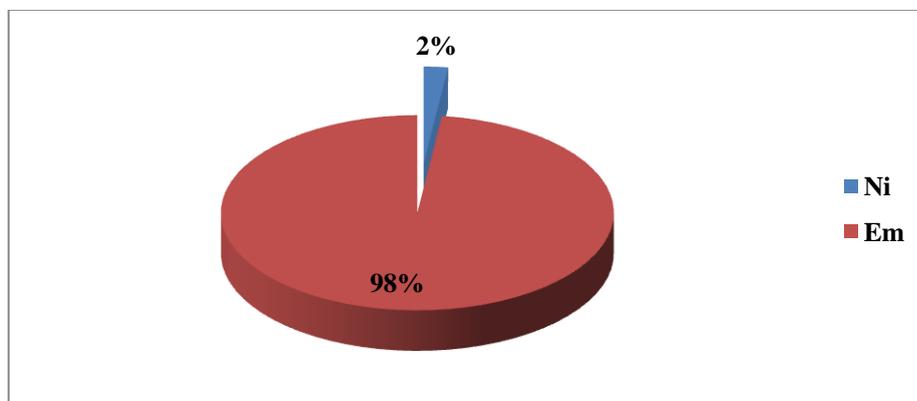
Tabela 3: O ‘ni’ nas três comunidades observadas

Variantes	Total	%
Ni	83/4059	2%
Em	3976/4059	98%

A partir dessa proporção, observa-se que os dados de *ni* são poucos comparados aos da preposição *em*, caracterizando assim uma frequência marginal, isto é, a sua aplicação se

restringe apenas a contextos bem específicos. Expõe-se no Gráfico 1 a distribuição dessas variantes.

Gráfico 1: O 'ni' nas três comunidades observadas



Com esse valor percentual de *ni*, não há como classificar o seu emprego em uma regra variável. Trata-se de um uso **semi-categórico** da preposição *em*. Mas os 2% de *ni* indicam a presença de um elemento linguístico que assume o lugar de outro em algumas poucas situações, denominados neste estudo como ‘resquícios’²⁴. Embora tenha apresentado um valor bem discrepante, quase sem significado, comparado ao uso da preposição *em*, não se pode deixar de analisar o *ni*, porque, de acordo com Guy e Zilles (2007, p. 214), a falta de significância também é importante para responder aos questionamentos do pesquisador.

Assim, durante a primeira rodada envolvendo as três comunidades, o GoldVarb apontou regra categórica para o uso do *em* (*knockouts*) em três grupos de variáveis: **posição no espaço**, **animacidade do SN** e **traço semântico do SN**. No primeiro grupo, houve *knockouts* nos fatores **superior**, **inferior** e **fora**. No segundo, houve *knockouts* no fator **animado [- humano]** e no terceiro no fator **dúvida**.

Para uma segunda rodada, foi necessário recontextualizar cada um desses *knockouts* a fim de que se percebessem quais grupos de fatores seriam os motivadores para o aparecimento do *ni*. Dessa forma, no grupo **posição no espaço**, todos os que não indicavam interioridade (meta, superior, inferior e fora) foram amalgamados no fator denominada de **fora**, fazendo oposição ao fator **dentro**. No grupo **animacidade do SN**, o fator **animado [- humano]** foi incorporado ao **animado [+ humano]**, passando a ser considerado como **animado** em oposição a **inanimado**. Por fim, no grupo **traço semântico do SN**, **assunto** foi

²⁴ O termo ‘resquícios’ neste estudo se refere a alguns traços linguísticos que podem ter sido incorporados ao português do Brasil via contato linguístico.

agregado aos valores semânticos de **tempo** e **modo**, formando a dicotomia **lugar** e **não-lugar**. Depois que os *knockouts* foram ressignificados, fez-se uma segunda rodada no programa de estatística e, em seguida, obtiveram-se os pesos relativos.

O programa selecionou três grupos de variáveis como significativos para o emprego do *ni*: **definitude do SN**, **traço semântico do SN** e **comunidade linguística do falante**. A rodada teve o *input* inicial de 0,020 e o final de 0,013, o *log likelihood* foi de -373,864, a *significance* do *step up* foi de 0,000.

4.1.1 Definitude do SN

O primeiro grupo selecionado teve como fatores o sintagma **indefinido**, que apresentou 26/932 (3%) casos de *ni* e o peso relativo de .70; o sintagma **definido [-específico]** ocorreu em 46/1778 (3%) dados com esse conectivo e o peso relativo de .53, e o **definido [+específico]** teve 11/1349 (1%) dados com peso relativo de .30, conforme a Tabela 4, abaixo.

Tabela 4: Definitude do SN introduzido por '*ni*'
Análise geral

Fatores	Nº de Ocor.	Valor %	Pesos Rel.
Indefinido	26/932	3	.70
Definido [-específico]	46/1778	3	.53
Definido [+específico]	11/1349	1	.30

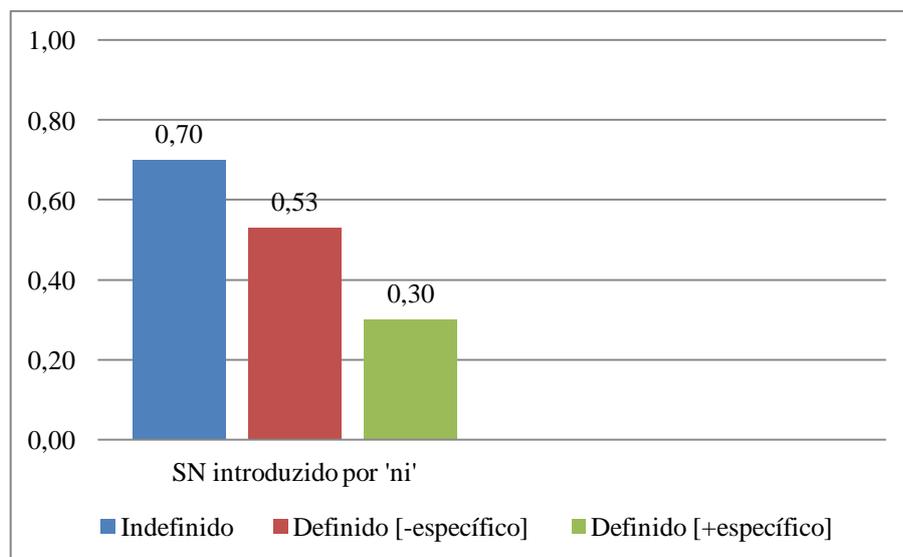
Apesar de haver duas hipóteses que tentam explicar o uso no *ni* no português do Brasil – (i) ser cópia do morfema das línguas bantu *-ni* (indicativo de lugar e destino), que teria sofrido reanálise e se transformado em preposição; e (ii) ser resultado de um processo de mudança interna da língua gerado pela deriva secular –, esta pesquisa se baseou principalmente na primeira para responder aos questionamentos deste estudo, por haver certas semelhanças entre o *ni* das comunidades aqui analisadas, algumas línguas africanas e outras variedades do português.

No estudo do *ni* no português dos Tongas feito por Baxter e Lopes (2006), por exemplo, os pesos relativos do fator **definitude do SN** foram neutros, apenas com um ligeiro favorecimento para o sintagma **definido**. A explicação dada por eles para que isso pudesse ter acontecido é de os falantes das faixas II e III ainda serem bilíngues e não terem internalizado

plenamente o artigo definido. Com isso, esses pesquisadores propuseram que, para futuras análises, fossem considerados graus de definitude, **indefinido**, **definido [-específico]** e **definido [+específico]**.

Os resultados dessa mesma variável obtidos da análise dos *corpora* utilizados nesta pesquisa apontaram o oposto dos dados do português dos Tongas. Seguindo a sugestão de Baxter e Lopes (2006) de estipular graus de definitude, os valores extraídos da análise com as três comunidades baianas evidenciaram que quanto mais definido o sintagma for, menor será a probabilidade de ocorrer o *ni*. Os valores dos pesos relativos são excelentes para explicar essa premissa: o sintagma **indefinido** favorece o *ni* com .70, o **definido [-específico]** influencia ligeiramente essa preposição com o peso relativo de .53 e o **definido [+específico]**, que teve .30, desfavorece a presença dessa variante, conforme são demonstrados no Gráfico 2.

Gráfico 2: Definitude do SN introduzido por '*ni*'
Análise geral



Nota-se no Gráfico acima que o sintagma nominal introduzido por *ni* é mais recorrente quando faz referência a algo com sentido indefinido ou menos definido. Talvez o fato de essa preposição ser mais recorrente em contextos indefinidos seja porque os artigos definidos são bastante utilizados pelos falantes, em muitos casos até são usados antes de topônimos (Vou *na* Feira de Santana) e/ou antropônimos (Estive *no* Pedro – *Na casa de* Pedro). Outra explicação para que esses resultados sejam diferentes das análises do português do Tongas é que nessa

variedade do português havia falantes bilíngues (português e outras línguas africanas), situação que não há nas comunidades aqui observadas. Vejam-se algumas ocorrências.

- (1) Saber das coisa. Um rapaz esperto tem que ser estudado, saber as coisa, saber onde anda, saber onde vai, com quem se anda, não andar **ne tudo** quanto é bagunceira, sem saber onde se mete. (Homem da faixa I PR)
- (2) Novena mehmo eu num fui **ne nenhuma**. (Mulher da faixa II do PR)
- (3) Já trabalhei **ni outros** setores e hoje estou... (Homem da faixa I do PC)
- (4) Doc: E o que é que você acha dos feirenses?
 Inf: Eu acho os feirenses um pouco...um pouco...não, são boas pessoas, mas acho que o feirense é um pouco fechado, pra você ter amizade in Feira é complicado.
 Doc: Hum.
 Inf: O pessoal aqui é meio pé atrás. Você chega **ni um outro** lugar, **ni um Salvador**, até no Rio que a gente passou pouco tempo, o pessoal se dá mais. (Homem da faixa I do PC)
- (5) Lavo roupa, passo pano **nim casa**, faço alguma coisa. Não paro não. (Mulher da faixa II do PP)
- (6) Aí morei um tempinho **ni Irecê**²⁵, Xique-xique e...fora do estado eu só conheço...Aracajú, né, e o Rio de Janeiro. (Homem da faixa I do PC)
- (7) **Ne meu tempo**, eu ia panhar a parmatora pa minha vó me bater e meus filho também era assim, hoje a coisa é diferente, hoje você vê menino... Olha, uma vez eu achei um cruzado, antigamente era uma moeda des'tamã. (Mulher da faixa III do PR)
- (8) Agora, a brincadeira mais desse... dos adolescente agora... da infância mais é montar mais **ne bicicleta** já desde pequeno. (Homem da faixa I do PR)

Os exemplos (1), (2), (3) e (4) apresentam o principal contexto linguístico que favorece o uso do *ni*. Observa-se que os sintagmas introduzidos por essa preposição são também acompanhados de palavras de sentido genérico e/ou indefinido como, por exemplo, *tudo*, *nenhum*, *um* e *outro(s)*.

Desses contextos, o segundo caso de *ni* em (4) merece um destaque porque o falante, ao mencionar 'você chega ni um outro lugar, *ni um Salvador* [...]', não deixa específico ser Salvador (a capital da Bahia), mas há a intenção de fazer uma comparação entre Feira de Santana (lugar onde ele reside) e outra cidade, 'você chega ni um lugar como Salvador [...]', ou 'você chega a uma cidade do porte de Salvador' e é bem recebido.

²⁵ Os nomes de cidades foram considerados como lugares definidos [-específicos], tomando por base o estudo de Ferrari (1997), que afirma ser uma metonímia, isto é, quando um falante diz que mora em Feira de Santana, ele, na verdade, mora em algum lugar de Feira de Santana.

Em (5), (6) e (7), observa-se que, apesar de não haver nenhuma palavra de sentido indefinido e/ou genérico, o indivíduo não deixa bem especificada a situação que pratica ou em que está inserido. No exemplo (5), a informante diz que ‘passa pano nin casa’, mas ela não deixa claro de qual casa se trata, se dela ou de outra pessoa. O que se percebe apenas é que ela faz referência a uma atividade doméstica do seu dia-a-dia.

Em (6), embora o informante tenha mencionado o nome do município onde ele havia morado, ‘ni Irecê’, deduz-se que ele havia residido em algum lugar de Irecê. Dessa forma, ao apenas mencionar o nome da cidade, fica claro que ele faz referência a um lugar **definido [-específico]**, isto é, ele substitui a parte pelo todo, uma prática bastante comum usada pelas pessoas para dar informações de onde moram.

Essa falta de mais especificidade no sintagma introduzido por *ni* também acontece em (7), quando o falante deseja relatar fatos passados e cita a expressão ‘ne meu tempo’. Esse termo não é totalmente indefinido porque há o pronome possessivo ‘*meu*’, que já delimita um tempo a que o indivíduo faz referência (o dele), todavia esse período pode ter sido em qualquer época vivida por ele, seja na infância ou na adolescência.

Ao contrário dos exemplos anteriores, o emprego do *ni* em (8) apresenta uma ideia mais precisa. A mulher, ao falar que as crianças montam ‘ne bicicletas’ desde cedo, não necessita detalhar o objeto, uma vez que ele, por si só, já traz as principais informações de que precisa: o nome do objeto e a sua utilidade.

4.1.2 Traço semântico do SN

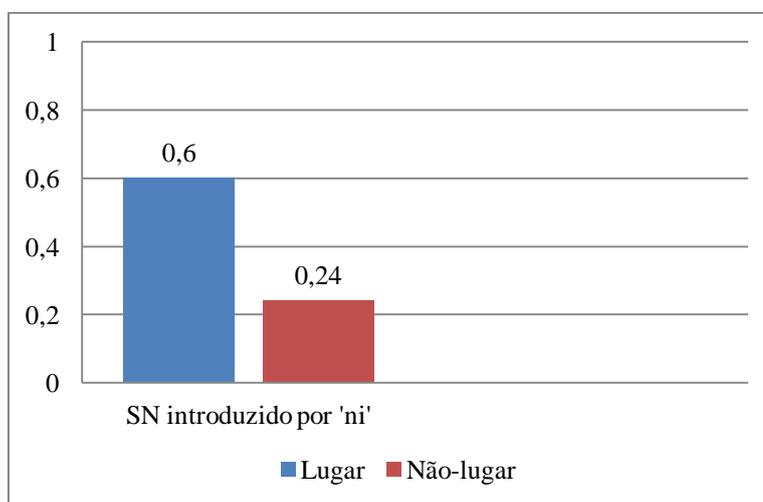
A segunda variável escolhida foi o **traço semântico do SN**. O fator **lugar** teve um total de 67/2838 ocorrências de *ni* (2%), enquanto o **não-lugar** apresentou um total de 9/1069 casos dessa preposição (1%). Dessa forma, mesmo que se perceba que a preposição canônica *em* seja mais utilizada do que o *ni*, registra-se que, entre esses dois fatores analisados, o *ni* é mais aplicável em contextos que denotam uma ideia de lugar do que em outras situações. Na Tabela 5, expõem-se detalhadamente os valores desse grupo.

Tabela 5: Traço semântico do SN introduzido por 'ni'
Análise geral

Fatores	Nº de Ocor.	Valor %	Pesos Rel.
Lugar	67/2838	2	.60
Não-lugar	09/1069	1	.24

O peso relativo de .60 do fator **lugar** sustenta a ideia de que o *ni* é mais recorrente em sintagmas com esse valor semântico do que em outros, conforme o peso relativo de .24 do fator **não-lugar**. O favorecimento da aplicação desse conectivo nos contextos locativos pode ser um indicativo de que essa preposição possua alguma relação com algumas línguas africanas, uma vez que o seu valor de sentido se assemelha com o sufixo das línguas bantu – *ni*, que serve para indicar lugar <interioridade> e lugar <destino> (NGUNGA, 2004, p. 134-137). Com o Gráfico 3, visualiza-se melhor essa proporção.

Gráfico 03: Traço semântico do SN introduzido por 'ni'
Análise geral



Cabe ressaltar que, nesses resultados, estão inseridos outros contextos linguísticos que não foram selecionados pelo programa GoldVarb, mas que estão estritamente ligados à noção de **lugar** e de **não-lugar**, como mostra a Tabela 6. Além do grau de definitude, já exposto na Tabela 4, há também outras características dos sintagmas que são introduzidos por *ni*: **traço de animacidade, ausência ou presença de concretude, lugar-onde e/ou lugar para onde, valores semânticos dos SNs que também indicam não-lugar**. Os exemplos a seguir evidenciam bem cada uma desses aspectos.

- (9) A metade. Minha mãe mora **ne Feira** e minha... minha irmã. A metade mora aqui. (Homem da faixa I do PR)
- (10) aquele que se mete **ne encrenca** e o outo vê e não pode largar só, tem de tá junto. Mas hoje ante a gente andar só do que acompanhado. E os amigo qu'eu tenho é da localidade mehmo, qu'eu praticamente fui nascido, criano junto, é os amigo. (Homem da faixa I do PR)
- (11) Ah, era bem forte ela. [Vá lá pegar minha sandáia lá **ne vovó**] L. era bem grandinha, depois de o pai dela saiu. (Mulher da faixa I do PR)
- (12) bateu **ne minha perna**. (Mulher da faixa III do PR)
- (13) fui **nim muitas praias**. (Mulher da faixa I do PP)
- (14) **ne setenta e sete** me casei. Quer dizer que nós estamos em... (Mulher da faixa III do PR)
- (15) DOC: E sua infância assim em São Jusé a sinhora lembra de alguma coisa?
 INF: Pôca coisa.
 DOC: É?
 INF: Pôca coisa pu que era a gente era criado, a criação de antigamente, num é a criação de hoj'im dia né? Que você sai, você passêa, você tem sua liberdade e a gent'era uns déiz irmão e naquele tempo quem tinha uma televisão era rico, e lá no São Jusé só ixtia duas casa que tinha televisão.
 DOC: Hã...
 INF: Aí pra gente assistir Ave Maria! Era a maior novela, se chegasse, pai chegasse, pu que ele trabalhah'o dia todo né? Chegasse um e dissesse bem assim, num c... num coisou, num incheu o filto de água ou num lavou os prato, ou isso, ou aquilo, o castigo era num ir pa televisão.
 DOC: Ô e... [ri]
 INF: Pense! **Nim morrer de chorar**. (Mulher faixa II do PP)

No exemplo (9), o sintagma 'ne Feira' possui alguns aspectos que caracterizam o lugar a que ele faz referência. Por exemplo, apresenta o traço inanimado, é concreto e indica lugar-onde (interioridade). Em (10), todavia, nota-se que 'ne encrenca', apesar de ser inanimado e indicar interioridade, é considerado abstrato.

O caso de (11) merece destaque porque pode ser considerado um início do processo de gramaticalização do sintagma em que o *ni* está presente. Isso ocorre porque o termo 'ne vovó' é animado [+humano], concreto e indica lugar-onde, substituindo o termo 'em casa de vovó'. Neste caso especificamente, o processo de gramaticalização desse item linguístico ainda está no plano do discurso, tendo em vista que a falante usa a expressão como uma metonímia.

Em (12) e (13), ambos os lugares são concretos e indicam alvo/destino (lugar-para-onde), entretanto outros pontos fazem com que eles sejam diferentes. No exemplo (12), ‘ne minha perna’ é um alvo com um traço animado [+humano], já (13) ‘nim muitas praias’ é um destino com característica inanimada.

Os que representam o fator **não-lugar** são marcados mais pelo valor de sentido que lhes é atribuído. O dado (14) ‘ne setenta e sete’, por exemplo, aduz uma ideia de tempo que, por natureza, já é abstrato e inanimado, e o (15) ‘ni morrer de chorar’ tem um sentido de modo, sendo concreto e inanimado.

A Tabela 6 exibe os resultados das variáveis não selecionadas como estatisticamente relevantes:

Tabela 6: Variáveis eliminadas da rodada geral

Variáveis		Nº de ocor.de ‘ni’	Valor em %
Nível de escolaridade	<i>Séries iniciais</i>	42/2375	2
	<i>Analfabeto</i>	22/414	5
	<i>Ens. Superior</i>	19/1270	2
	<i>Ad. / C. Adver.</i>	76/3905	2
Nat. sintática do SN	<i>Objeto indireto</i>	6/132	5
	<i>C. nominal</i>	1/22	5
Concretude do SN	<i>[concreto]</i>	72/3019	2
	<i>[Abstrato]</i>	11/1040	1
Animacidade do SN	<i>[Inanimado]</i>	75/3019	2
	<i>[Animado]</i>	8/237	3
Deslocamento no espaço	<i>[+ movimento]</i>	22/620	4
	<i>[- movimento]</i>	61/3439	2
Posição no espaço	<i>Dentro</i>	60/3405	2
	<i>Fora</i>	23/654	4
Faixa etária	<i>I</i>	33/1368	2
	<i>II</i>	30/1384	2
	<i>III</i>	20/1307	1
Sexo	<i>Masculino</i>	33/2044	2
	<i>Feminino</i>	50/2015	2

Na variável **nível de escolaridade**, notou-se que no fator séries iniciais ocorreram 42/2375 casos de *ni*, representando 2%. No fator analfabeto houve 22/414 usos dessa preposição, correspondendo a 5%, um valor bastante relevante para este estudo porque pode

responder uma das hipóteses aduzidas nesta pesquisa. No ensino superior, esse conectivo ocorreu 19/1270, perfazendo um total de 2%.

Na variável **natureza sintática do SN**, o fator adjunto/complemento adverbial exibiu 76/3905 empregos de *ni* (2%); no fator objeto direto ocorreram 6/132 casos desse conectivo, representando 5%; já o complemento nominal teve 1/22 uso de *ni*, correspondendo a 5%. No **grau de concretude do SN**, o fator [concreto] apresentou 72/3019 ocorrências de *ni* (2%); já no [abstrato] ocorreram 11/1040 casos dessa preposição (1%).

No **traço de animacidade do SN**, o fator [inanimado] exibiu 75/3019 aplicações de *ni* (2%), por sua vez; no [animado] esse conectivo apresentou um total de 8/237 usos (3%). No grupo **deslocamento no espaço**, no fator [+ movimento] houve 22/620 casos dessa preposição (4%) e no [- movimento] ocorreram 61/3439 usos de *ni* (2%).

Na variável **posição no espaço**, o fator dentro exibiu 60/3405 dessa preposição (2%) e fora um total de 23/654 empregos de *ni* (4%). No grupo **faixa etária**, a faixa I apresentou 33/1368 casos desse conectivo (2%); na faixa II houve um total de 30/1384 empregos dessa preposição (2%); já na faixa III o *ni* ocorreu em um total de 20/ 1307 casos (1%). No grupo **sexo do falante**, o fator masculino exibiu 33/2044 usos dessa preposição (2%) e no feminino houve 50/2015 casos de *ni* (2%).

4.1.3 Comunidade linguística do falante

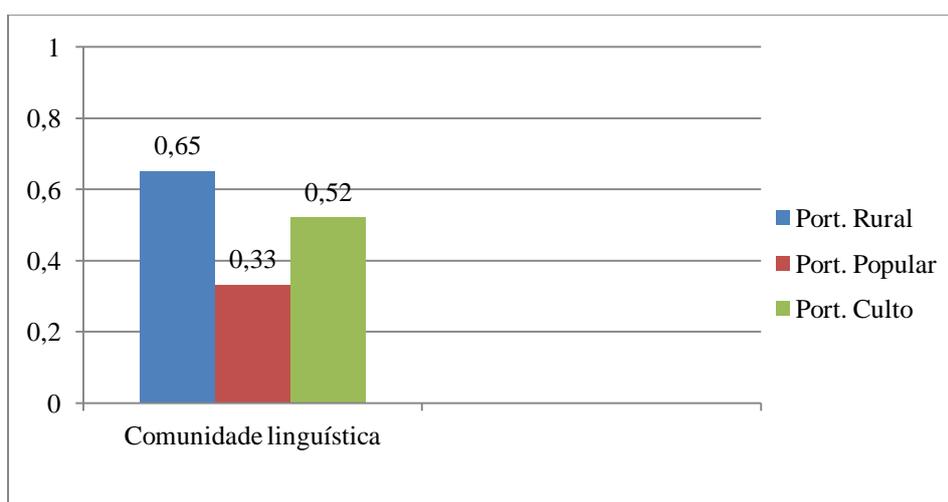
O terceiro e último grupo selecionado pelo GoldVarb na rodada geral foi a **comunidade linguística do falante** (português rural, popular e culto). A escolha desse grupo de fatores implica dizer que talvez alguma das comunidades favoreça mais a aplicação do *ni* do que outras e que, possivelmente, haja algumas circunstâncias linguísticas em que essas variedades façam intersecções com o *ni*, configurando, quiçá, um *continuum*. Os resultados desta rodada apontam que a quantidade de *ni* no português rural foi de 49/1317 ocorrências (4%), no português popular de 15/1472 (1%) e no português culto de 19/1270 (2%), conforme a Tabela 7, a seguir.

Tabela 7: Aplicação do 'ni' por comunidade
Análise geral

Fatores	Nº de Ocor.	Valor %	Pesos Rel.
Português rural (Matinha)	49/1317	4	.65
Português popular (F. de Santana)	15/1472	1	.33
Português culto (F. de Santana)	19/1270	2	.52

A baixa ocorrência desse conectivo em cada comunidade sustenta a ideia de que ela é uma variante marginal. Contudo a diferença dos valores obtidos de cada variedade linguística analisada pode explicar a possível inserção dessa preposição no português do Brasil. O peso relativo de .65 no **português rural** denota que este favorece a aplicação de *ni*. Os pesos relativos do **português popular** (.33) e do **português culto de Feira de Santana** (.52), entretanto, refutaram a hipótese de que o PP apresentaria um número de *ni* semelhante ao PR, tendo em vista que entre essas duas variedades há bastantes semelhanças gramaticais, diferenciando-se do PC. No Gráfico 4 são apresentados os pesos relativos de cada comunidade:

Gráfico 4: Aplicação do 'ni' por comunidade
Análise geral



O favorecimento do português rural no emprego do *ni*, com o peso relativo de .65 pode ser um indício de que essa preposição tenha relações semânticas com línguas africanas – mais especificamente a língua Yorubá – já que, boa parte das comunidades quilombolas,

como Matinha, guardam em seu vernáculo elementos linguísticos que são resultados do contato de línguas entre europeus e africanos.

Em meados do século XIX, a chegada de falantes de yorubá, língua do grupo *benue-kwa* à Bahia (MUSSA, 1991, p. 162), que usa a preposição *ni* para indicar tempo e lugar (ALMEIDA; BARAÚNA, 2001, p. 82), poderia ter contribuído para uma sobreposição semântica. Além disso, a ausência de um *input* padrão oferecido numa educação formal poderia ter cristalizado esse elemento linguístico no português rural e, quem sabe, na época, no português popular.

Outro dado histórico que explicaria o emprego do *ni* por falantes da zona rural seria que, depois de a Lei Áurea ter sido assinada, grande parte dos ex-escravizados permaneceu nas áreas rurais ou foi para as periferias das cidades. Tempos depois, com o processo de industrialização dos centros urbanos, muitos desses que moravam nas zonas rurais migraram para as cidades em busca de oportunidades de trabalho e melhores condições de vida.

Do ponto de vista linguístico, isso representa um novo tipo de contato, o interdialeto. O dialeto rural invadiria o espaço urbano fazendo com que houvesse trocas linguísticas mútuas e, quem sabe, fosse formado um *continuum*. Todavia a falta de oportunidade da escolarização até meados do século XX pode ter feito com que muitas características resultantes de uma transmissão linguística irregular e disseminadas pelos que migraram para a zona urbana tenham permanecido no vernáculo dos falantes da variedade popular.

Entretanto os resultados desta rodada mostraram que a variedade popular, com .33 de peso relativo, não contribuiu para que o *ni* fosse usado. A pouca presença dessa preposição no PP talvez seja uma consequência do ajustamento linguístico que os falantes, outrora migrados para as cidades, tiveram ao se depararem com a identidade do novo local. Segundo Labov (2008 [1972], p. 343),

Quando o falante rural chega na cidade, descobre em geral que sua fala caipira é ridicularizada. Mesmo sendo um marcador de identidade local, e uma fonte de prestígio em casa, ele já pode ter consciência do caráter provinciano de sua fala antes de chegar na cidade. Em consequência disso, vemos frequentemente uma rápida transformação dos traços mais salientes dos dialetos rurais à medida que os falantes se incorporam à vida urbana.

Possivelmente, o motivo de haver um baixo número de *ni* no PP pode ter sido devido à popularização da escola em meados do século XX, que disseminou o prestígio do português padrão. Por se tratar de uma variação entre conectivos (*ni ~ em*), a possibilidade de apreender

a forma canônica seria mais garantida, comparado à aprendizagem de uma regra de concordância verbal, por exemplo.

Já o português culto de Feira apresentou um peso relativo de .52, indicando que essa comunidade linguística contribui levemente na aplicação de *ni*. Era de se esperar que, no PC, houvesse um número mínimo ou quase inexistente dessa variante devido ao acesso ao *input* padrão. A inversão inesperada de valores entre o PP e o PC pode ser entendida através dos movimentos/interferências dialetais de cima para baixo e de baixo para cima, como propõem Labov (2008 [1972], p. 328) e Lucchesi (2004, p. 68).

[...] temos de um lado um padrão institucionalizado, que define as formas de prestígio e é imposto dentro da comunidade de cima para baixo no plano social e atua de forma mais notável no nível da consciência dos falantes (o que não quer dizer que seja sempre consciente). De outra parte, como um movimento de baixo para cima e de dentro para fora, temos um processo de difusão de uma determinada variante dentro de um ou mais de um grupo social. Ao se expandir, essa variante adquire um determinado significado social e os falantes desse ou desses grupos passam a utilizá-la, de forma mais ou menos consciente, para afirmar a sua identidade cultural. (LUCCHESI, 2004, p. 68)

O motivo de haver um favorecimento para o emprego do *ni* na variedade culta de Feira possivelmente está relacionado aos *memes* criados em *sites* de relacionamentos em que expressões como ‘*vem ni mim*’ (de inspiração nas letras de músicas) são bastante utilizadas. Os valores percentuais das faixas etárias (cf. Tabela 6) podem dizer muito sobre essa conjectura, pois há igualdade de frequência dessa variante nas faixas I e II (2%), pessoas que normalmente usam mais *sites* de relacionamentos do que os indivíduos da faixa III. Uma análise individual de cada uma das comunidades linguísticas envolvidas neste estudo talvez possa responder a algumas das hipóteses acima levantadas.

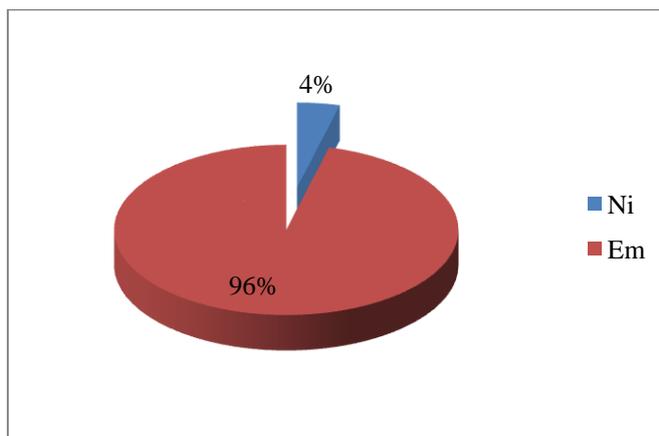
4.2 Resultados da análise do português rural – Matinha

Na análise do português rural (Matinha), de um total de 1317 ocorrências, **4%** são de *ni* e **96%** de *em*, conforme a Tabela 8, a seguir. Com esses valores, nota-se que a preposição europeia *em* é mais recorrente na fala, porém, com o resultado da aplicação de *ni*, percebe-se que se trata de uma regra **semi-categórica** da preposição canônica *em*.

Tabela 8: O 'ni' no português rural - Matinha

Variantes	Total	%
Ni	49/1317	4%
Em	1268/1317	96%

Durante a rodada, o GoldVarb apontou *knockouts* no grupo de fatores **posição no espaço** (**inferior, superior e fora**). Após amalgamação, os dados foram distribuídos por dois fatores: **dentro e fora**. No grupo **animacidade do SN**, houve *knockout* no fator **animado [-humano]**, que foi unido ao fator **animado [+humano]**, passando o grupo a ter os fatores **animado e inanimado**. Os fatores **modo e assunto** do grupo **traço semântico do SN** também tiveram *knockouts* e logo foram amalgamados ao fator **tempo**, formando o **não-lugar**, que fez oposição a **lugar**. O Gráfico 5 ajuda a melhor compreender a distribuição das variantes no português rural.

Gráfico 5: O 'ni' no português rural - Matinha

Depois de ter juntado os fatores a fim de resolver os *knockouts*, foi feita uma nova rodada através da qual os pesos relativos foram evidenciados. Dos grupos de fatores que participaram desse processo, o programa selecionou apenas dois: **Traço semântico do SN** e **Nível de escolaridade**. O tratamento dos dados teve um *input* inicial de 0,037 e final de 0,028. O *log likelihood* apresentou o valor de -199,481 com a *significance* de 0,013 no *step up*.

4.2.1 Traço semântico do SN

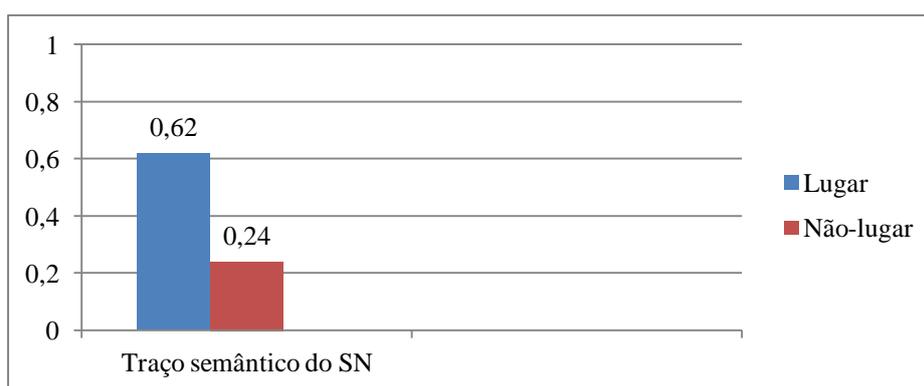
O primeiro grupo escolhido foi o **traço semântico do SN**. Nele, a quantidade de *ni* foi de 41/880 ocorrências (5%) para o fator **lugar**, com um peso relativo de .62 e 4/398 para **não-lugar** (1%), tendo .24 de peso relativo, como mostra a Tabela 9, a seguir.

Tabela 9: Traço semântico do SN introduzido por 'ni' - Matinha

Fatores	Nº de Ocor.	Valor %	Pesos Rel.
Lugar	41/880	5	.62
Não-lugar	4/398	1	.24

O favorecimento do fator **lugar** para o uso do *ni* mais uma vez confirma a ideia de que essa preposição talvez possua alguma relação com as línguas africanas. Percebe-se que, nesta comunidade em específico, considerada como remanescente de quilombo, a aplicação do *ni* foi superior ao valor percentual da rodada geral de 2% (cf. Tabela 5). Outras informações sobre o **lugar** e **não-lugar**, como, por exemplo o grau de concretude, a animacidade do SN, entre outros, se assemelham às que foram descritas na rodada com as três comunidades (cf. Tabela 11), por isso não foram exemplificadas. A diferença entre essas duas variáveis pode ser visualizada no Gráfico 6, abaixo.

Gráfico 6: Traço semântico do SN introduzido por 'ni' - Matinha



4.2.2 Nível de escolaridade

O **nível de escolaridade** foi o segundo grupo selecionado pelo programa estatístico. Os fatores desse grupo foram **analfabetos** e **séries iniciais**, conforme os níveis de escolaridade informados pelos entrevistados. Os informantes analfabetos apresentaram 22/414

ocorrências de *ni* (5%), já os que possuíam apenas as séries iniciais tiveram um total de 27/903 dados dessa posição (3%), como mostra a Tabela 10.

Tabela 10: Nível de escolaridade do falante - Matinha

Fatores	Nº de Ocor.	Valor %	Pesos Rel.
Analfabeto	22/414	5	.62
Séries iniciais	27/903	3	.44

Os resultados deste grupo de fatores são pertinentes para sustentar as hipóteses que foram mencionadas na análise geral envolvendo as três comunidades. O peso relativo de .62 para o fator **analfabeto** faz entender que, em épocas distantes, essa variante poderia ter sido mais recorrente na fala das pessoas devido à ausência de um *input* padrão. Esse dado pode estar relacionado à faixa etária do falante, que, embora tenha sido eliminada pelo programa, apresenta dados importantes, conforme a Tabela 11.

Tabela 11: Variáveis eliminadas - Matinha

Variáveis	Nº de ocor.de 'ni'	Valor em %	
Definitude do SN	<i>Indefinido</i>	11/336	3
	<i>Definido</i>	38/981	4
	<i>Adj. ou C.</i>		
Nat. sintática do SN	<i>Adver.</i>	45/1233	4
	<i>Objeto indireto</i>	4/36	11
Concretude do SN	<i>[concreto]</i>	42/933	5
	<i>[Abstrato]</i>	7/384	2
Animacidade do SN	<i>[Inanimado]</i>	42/1186	4
	<i>[Animado]</i>	7/131	5
Deslocamento no espaço	<i>[+ movimento]</i>	13/256	5
	<i>[- movimento]</i>	36/1061	3
Posição no espaço	<i>Dentro</i>	35/1056	3
	<i>Fora</i>	14/261	5
Faixa etária	<i>I</i>	12/363	3
	<i>II</i>	17/506	3
	<i>III</i>	20/448	4
Sexo	<i>Masculino</i>	14/509	3
	<i>Feminino</i>	35/808	4

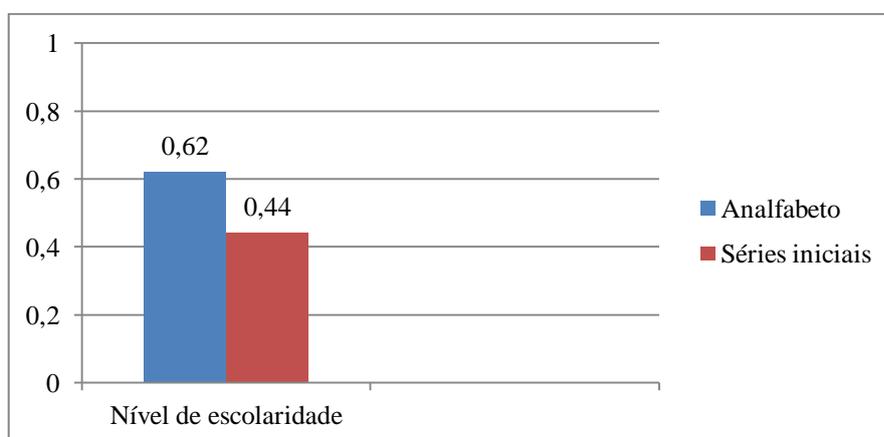
No grupo **definitude do SN**, por exemplo, o fator indefinido exibiu 11/336 casos de *ni* (3%) e no fator definido ocorreu 38/981 usos dessa preposição (4%), cabe lembrar que, provavelmente, o número de sintagmas definidos por *ni* tenham sido maior do que o indefinido porque houve a junção dos graus de definitudes [- específico] e [+ específico].

No grupo **natureza sintática do SN**, o fator adjunto/complemento adverbial apresentou 45/1233 casos de *ni* (4%) e o fator objeto indireto um total de 4/36 ocorrências dessa preposição (11%). No **grau de concretude do SN**, o fator [concreto] expôs 42/933 usos de *ni* (5%) e no [abstrato] ocorreram 7/384 casos desse conectivo (2%). No grupo **traço de animacidade do SN**, o fator [inanimado] apresentou 42/1186 casos dessa preposição (4%) e o [animado] um total de 7/131 usos de *ni* (5%).

No grupo **deslocamento no espaço**, o fator [+ movimento] exibiu 13/256 empregos dessa preposição (5%) e o [- movimento] o valor de 36/1061 ocorrências desse conectivo (3%). No grupo **posição no espaço**, no fator dentro ocorreram 35/1056 usos de *ni* (3%), já o fora expôs 14/261 casos dessa preposição (5%). No grupo **sexo do falante**, o fator masculino exibiu 14/509 ocorrências dessa variante (3%), enquanto o feminino um número de 35/808 usos de *ni* (4%).

As faixas etárias I e II tiveram o mesmo valor percentual (3%), mas a faixa III apresentou um ponto a mais que as outras duas (4%), confirmando que, no passado, o *ni* teria sido mais recorrente, mas, com o passar do tempo, fora perdendo espaço para a preposição *em* devido a outros fatores, como a escolarização, por exemplo. Veja-se o Gráfico 7.

Gráfico 7: Nível de escolaridade do falante - Matinha



O peso relativo de .44 do fator **séries iniciais** inibe essa preposição, mas os 3% de ocorrências levam a crer que existam outros fatores que contribuam para que o *ni* seja

mantido. Uma das possibilidades para que essa manutenção possa ter ocorrido é o uso recorrente de expressões cristalizadas com a variante *ni* (como '*vem ni mim*'), nas redes de relacionamento e/ou através de músicas que também fazem uso dessas formas fixas.

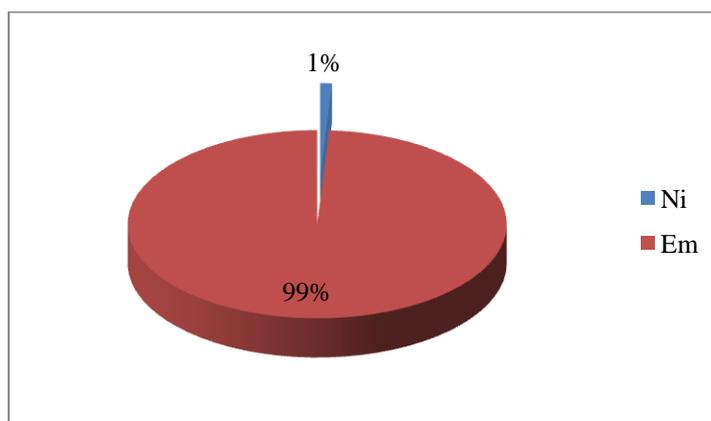
4.3 Resultados da análise do português popular de Feira de Santana

No português popular de Feira de Santana, de 1472 ocorrências, 15 são de *ni* (1%) e 1457 de *em* (99%), como evidencia a Tabela 12. O uso da preposição canônica nessa variedade da língua é praticamente categórico, demonstrando mais uma vez que o *ni* é uma variante marginal e, por isso, pode ser classificada como um 'resquício'. Veja-se o Gráfico 8. Essa rodada teve o *input* inicial de 0,010 e o final de 0,006. O *log likelihood* foi de -68,553 e o nível de significância no *step up* foi de 0,008.

Tabela 12: O '*ni*' no português popular de Feira de Santana

Variantes	Total	%
Ni	15/1472	1%
Em	1457/1472	99%

Gráfico 8: O '*ni*' no português popular de Feira de Santana



Nos primeiros resultados indicados pelo GoldVarb, houve *knockouts* em vários grupos de fatores. No grupo **definitude do SN**, houve *knockout* com o fator **definido [+específico]**, que logo foi amalgamado ao **definido [- específico]**, formando o par **definido e indefinido**. Na variável **posição no espaço**, os fatores **inferior** e **superior** foram amalgamados ao fator **meta**, formando a dicotomia **dentro e fora**. No grupo **animacidade do SN**, o fator **animado**

[- humano] foi associado ao **animado** [+ humano], constituindo os fatores **animado** e **inanimado**. Os fatores **tempo** e **assunto** do **traço semântico do SN** foram unidos ao fator **modo**, compondo o fator **não-lugar**, que fez oposição ao traço **lugar**.

O grupo **grau de concretude** foi excluído da segunda rodada porque um dos dois fatores apresentou *knockout*. O fator **complemento nominal** do grupo **natureza sintática do SN** foi eliminado da nova análise, restando apenas **adjunto/complemento adverbial** e **objeto indireto**. A **faixa III** do grupo **faixa etária do falante** foi excluída, ficando apenas as **faixas I** e **II**. Além disso, o grupo **nível de escolaridade** foi excluído por haver apenas informantes com as séries iniciais.

Com o segundo processamento de dados, o GoldVarb selecionou três conjuntos de variáveis como principais motivadores para o emprego do *ni* no português popular de Feira: **traço semântico do SN**, **faixa etária** e **sexo**.

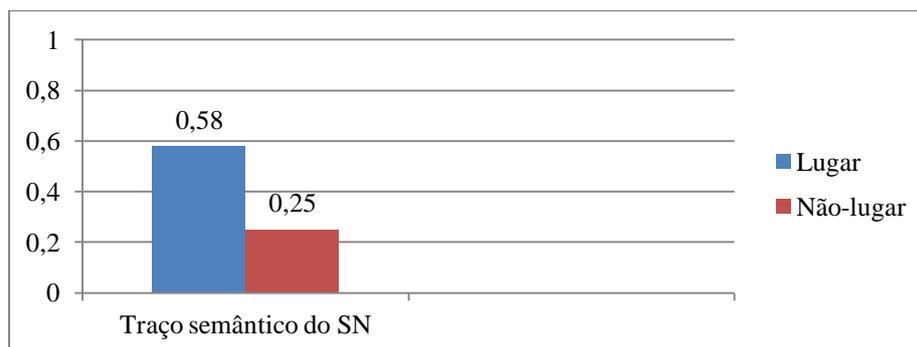
4.3.1 Traço semântico do SN

Quanto ao traço semântico do SN, o sentido de **lugar** apresentou 12/1053 ocorrências de *ni* (1%) e o de **não-lugar** 1/347 caso dessa preposição (menos de 1%), como mostra a Tabela 13.

Tabela 13: Traço semântico do SN introduzido por ‘ni’ - Português popular de Feira

Fatores	Nº de Ocor.	Valor %	Pesos Rel.
Lugar	12/1053	1	.58
Não-lugar	1/347	0,3	.25

A tabela acima demonstra que, embora os casos de *ni* tenham sido poucos nessa variedade linguística, o programa apontou, com o peso relativo de .58, que o sentido de **lugar** ainda favorece a aplicação dessa variante, ao contrário dos contextos de **não-lugar** (.25), que não contribuem para que ela seja utilizada. A partir dessa análise e das outras anteriores, nota-se que o *ni* é mais utilizado nas situações que denotam lugar, independentemente de seus aspectos (concreto/abstrato, animado/inanimado, dentro/fora e/ou qual função sintática ele desempenha (cf. Tabela 16)). O Gráfico 9, a seguir, demonstra a distribuição desse grupo de fatores.

Gráfico 9: Traço semântico do SN introduzido por ‘ni’ - Português popular de Feira

Ao comparar os resultados do PP com os do PR, no tocante a esse mesmo grupo de fatores, percebe-se que, tanto em uma variedade quanto na outra, o *ni* representa **lugar**, todavia do PR para o PP há um declínio de 4%, indicando que a preposição *em* nessa comunidade linguística é bastante utilizada nos contextos locativos. A diferença entre essas variedades talvez tenha alguma relação com a escolarização, já que os entrevistados do PP informaram possuir as séries iniciais, ao contrário do PR, que teve como informantes, além de pessoas que cursaram o Ensino Fundamental, analfabetos.

Com base nessa diferença entre o PP e o PR, atenta-se para o fato de que, apesar de levar em consideração que o português popular tenha sido originado do português rural, algumas marcas dessa variedade linguística se perdem, ao passo que os migrantes (ex-rurais) mantêm contato com o espaço urbano, onde há mais chances de eles internalizarem regras do português padrão, como propõe Labov (2008 [1972], p. 343).

4.3.2 Faixa etária

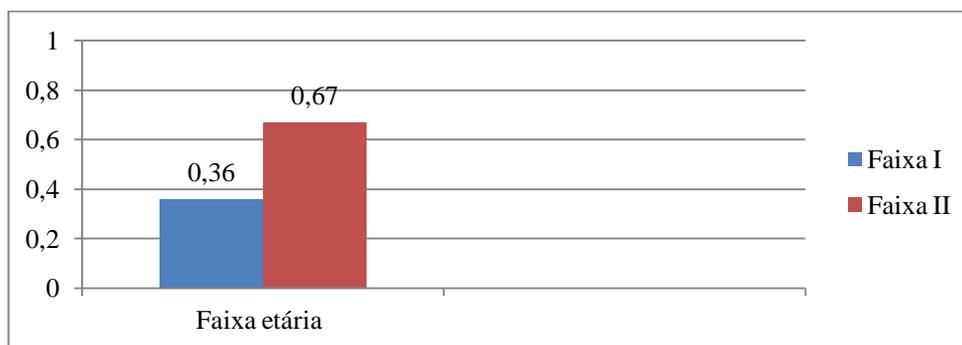
O segundo grupo de fatores selecionado foi a faixa etária. Cabe lembrar que a **faixa III** foi eliminada dessa rodada por não conter nenhum caso de *ni*. A **faixa I** exibiu 4/568 usos dessa preposição (0,7%), já a **faixa II** teve 11/416 ocorrências da mesma variante (3%), como ilustra a Tabela 14 a seguir.

Tabela 14: Faixa etária do falante - Português popular de Feira

Fatores	Nº de Ocor.	Valor %	Pesos Rel.
Faixa I	4/568	0,7	.36
Faixa II	11/416	3	.67

O peso relativo da **faixa I** de .36 indica que os mais jovens dessa comunidade inibem o *ni*, ao contrário da **faixa II** que, com .67 de peso relativo, favorece o emprego dessa preposição. A discrepância entre as três faixas etárias do português popular de Feira de Santana pode estar relacionada às redes sociais dos falantes. Assim, o valor baixo e/ou a inexistência de *ni* pode ter sido influenciado por instituições nas quais o *input* favorece o uso da preposição *em*, como, por exemplo, igrejas, associações etc. ou, como já fora conjecturado, ser resultante da escolarização. Acredita-se que uma futura análise, tendo como base a terceira onda da Sociolinguística proposta por Eckert (2012 apud FREITAG et al., 2012), seria ideal para responder a essas possibilidades. O Gráfico 10 ilustra os resultados desse grupo de fatores.

Gráfico 10: Faixa etária do falante - Português popular de Feira



Esses dados exemplificam a ideia de Labov (2008 [1972], p. 328-329) e Lucchesi (2004, p. 68) de que “o padrão institucionalizado, que define as formas de prestígio e é imposto dentro da comunidade de cima para baixo no plano social”, inibiria algumas formas estigmatizadas da língua popular. Ainda segundo Lucchesi (2004, p. 68), essa imposição de uma norma padronizada atingiria os falantes de forma (in)consciente. Esse nível de consciência pode estar relacionado à avaliação que os indivíduos fazem de determinada variante.

O motivo de o PP não apresentar um número considerável de *ni* como o PR talvez tenha a ver com a avaliação que os falantes fazem dessa preposição. Paes (2013, p. 70-76), ao estudar o *ni* em Vitória da Conquista – BA, aplicou testes de atitude nos quais os participantes expuseram as suas opiniões sobre esse conectivo. Para a análise, ela coletou a avaliação de pessoas de diferentes níveis de escolaridade (Ensino Fundamental, Médio e Superior).

Na sua pesquisa, Paes (2013, p. 70) percebeu que o emprego do *ni* na fala dos informantes do Ensino Fundamental chegou a 7%, do Ensino Médio a 5% e no Superior a 2%.

Contudo a avaliação que os falantes do Ensino Fundamental fizeram sobre essa variante foi de repúdio à mesma. Muitos deles disseram que era ‘horrorosa’, ‘de pessoas sem estudo’ e que a ‘desaprovavam’. No caso do PP de Feira de Santana, entretanto, caberá uma futura investigação²⁶ com falantes do PP sobre a avaliação do *ni* para confirmar ou não a hipótese de que o não uso dessa variante tenha a ver com a sua rejeição.

4.3.3 Sexo/gênero

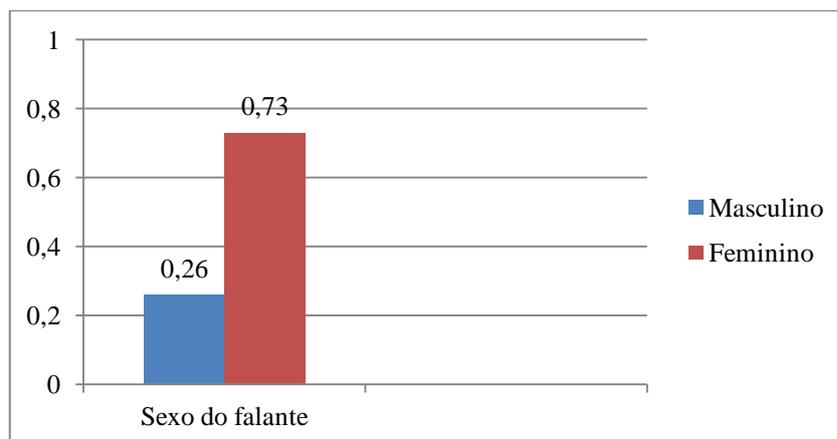
Os resultados obtidos para o terceiro grupo selecionado (sexo) apontam que a regra de aplicação da preposição *em* é semi-categórica na fala dos homens, pois tiveram apenas 2/737 casos de *ni* (0,3%). Por sua vez, as mulheres fizeram uso de 13/735 dados de *ni* (2%), como ilustra a Tabela 15.

Tabela 15: Sexo do falante - Português popular de Feira

Fatores	Nº de Ocor.	Valor %	Pesos Rel.
Masculino	2/737	0,3	.26
Feminino	13/735	2	.73

De acordo com a tabela acima, nota-se que o sexo feminino favorece o *ni* com o peso realtivo de .73, ao contrário do sexo masculino, que teve .26 (veja-se o Gráfico 11). Uma possível explicação para que as mulheres empreguem mais o *ni* do que os homens está imbricada no papel social que elas desempenham no dia-a-dia, pois, normalmente, são domésticas. Não que as domésticas sejam caracterizadas por usar uma língua estigmatizada, mas porque essa função possivelmente restringiria as suas interações com o meio social, já que, como afirma Labov (2008 [1972], p. 348), a diferença entre a fala de pessoas dos sexos opostos “depende claramente de padrões de interação social na vida diária”.

²⁶ Foi realizado um teste de atitude no *facebook* para saber a opinião das pessoas sobre o *ni*, mas, infelizmente, apenas pessoas com Nível Superior responderam aos questionamentos. Os resultados desse teste estão apresentados na próxima seção.

Gráfico 11: Sexo do falante - Português popular de Feira

A Tabela 16, a seguir, expõe as variáveis que foram eliminadas dessa rodada. A partir dela, percebe-se que o fenômeno estudado está relacionado mais à questão social do que à estrutura linguística. Com ela também, podem ser vistos os valores percentuais das variáveis que descrevem os traços dos sintagmas locativos e não-locativos.

Tabela 16: Variáveis eliminadas - Português popular de Feira

Variáveis		Nº de ocor.de 'ni'	Valor em %
Definitude do SN	<i>Indefinido</i>	5/364	1
	<i>Definido</i>	10/1108	1
	<i>Adj. ou C.</i>	13/1399	1
Nat. sintática do SN	<i>Adver.</i>		
	<i>Objeto indireto</i>	2/65	3
Animacidade do SN	<i>[Inanimado]</i>	14/1405	1
	<i>[Animado]</i>	1/67	1
Deslocamento no espaço	<i>[+ movimento]</i>	4/237	2
	<i>[- movimento]</i>	11/1235	1
Posição no espaço	<i>Dentro</i>	11/1209	1
	<i>Fora</i>	4/263	1

No grupo **definitude do SN**, o fator indefinido exibiu 5/364 casos de *ni* (1%) e o definido o valor de 10/1108 ocorrências dessa preposição (1%). Na **natureza sintática do SN**, o fator adjunto/complemento adverbial apresentou 13/1399 empregos desse conectivo (1%), já no objeto indireto ocorreram 2/65 usos de *ni* (3%).

Na variável **traço de animacidade do SN**, o fator inanimado expôs 14/1405 casos de *ni* e o animado apenas 1/67 caso dessa preposição. No grupo **deslocamento no espaço**, no fator [+ movimento] ocorreram 4/237 usos desse conectivo (2%) e no fator [- movimento] 11/1235 casos de *ni* (1%). No grupo **posição no espaço**, no fator dentro houve 11/1235 ocorrências dessa preposição (1%) e o fator fora apresentou 4/263 casos desse conectivo (1%).

4.4 Resultados da análise do português culto de Feira de Santana

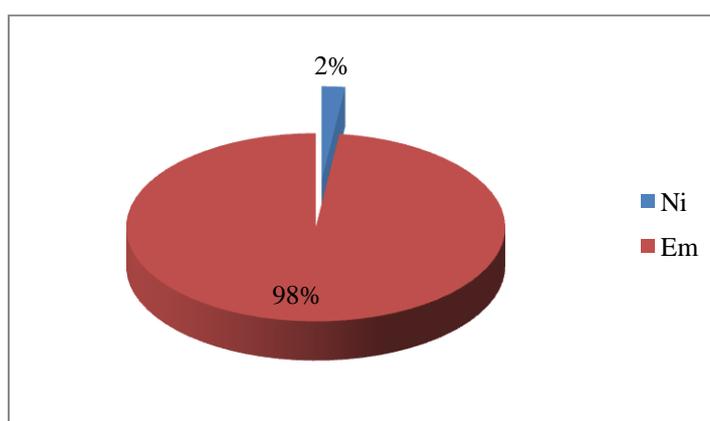
A última análise diz respeito ao português culto de Feira de Santana. No primeiro tratamento dos dados, o programa de estatística apontou que, de um total de 1270 ocorrências, 19 foram de *ni* (2%) e 1251 de *em* (98%), como mostra a Tabela 17.

Tabela 17: O '*ni*' no português culto de Feira de Santana

Variantes	Total	%
Ni	15/1472	2%
Em	1457/1472	98%

Comparando o português culto com o popular de Feira, nota-se que o emprego da preposição *ni* aumenta 1% naquela comunidade linguística, embora fosse esperado que nela a quantidade dessa variante fosse igual ou menor que 1% devido ao acesso ao *input* padrão proporcionado pelo nível de escolarização. Diante disso, entende-se que há fatores que contribuem para que o *ni* seja usado por falantes dessa variedade linguística. O Gráfico 12 ilustra os resultados das variantes analisadas.

Gráfico 12: O '*ni*' no português culto de Feira de Santana



Na primeira rodada, o programa revelou alguns usos categóricos do *em*, o que exigiu que alguns fatores fossem amalgamados ou excluídos. O grupo de fatores **definitude do SN** apresentou *knockout* no fator **definido** [+ **específico**], que foi associado ao **definido** [- **específico**], resultando na dicotomia **definido** e **indefinido**. Os fatores **inferior** e **superior** da **posição no espaço** foram incorporados à **meta** transformando-os no fator **fora**, fazendo oposição a **dentro**. Em **animacidade do SN**, os traços **animado** [- **humano**] e **animado** [+ **humano**] foram amalgamados, constituindo o par **animado** e **inanimado**.

Os traços semânticos **assunto** (que apresentou *knockout*), **modo** e **tempo** foram imbricados, formando o traço **não-lugar**, que fez oposição a **lugar**. No grupo **natureza sintática do SN**, o fator **objeto indireto** apresentou *knockout* e foi excluído da nova rodada. Na variável **faixa etária**, a **faixa III** foi categórica para o *em* e também foi excluída. O grupo **nível de escolaridade** foi eliminado por apresentar apenas um fator. Depois disso, uma segunda rodada foi realizada, mas o programa acusou *knockout* nos fatores do grupo **animacidade do SN**, que, por isso, foi excluído da nova rodada.

Depois que os *knockouts* foram solucionados, efetivou-se um novo processamento dos dados no qual o programa apontou os principais motivadores para a aplicação do *ni* e indicou os pesos relativos para cada um dos grupos de fatores selecionados. Essa rodada teve o *input* inicial de 0,015 e o final de 0,008. O *log likelihood* foi de -78,079, o nível de significância do *step up* foi de 0,004. Dos grupos que integraram a nova rodada, o GoldVarb selecionou como significativos para o uso do *ni* a **definitude do SN**, a **faixa etária** e o **sexo do falante**.

4.4.1 Definitude do SN

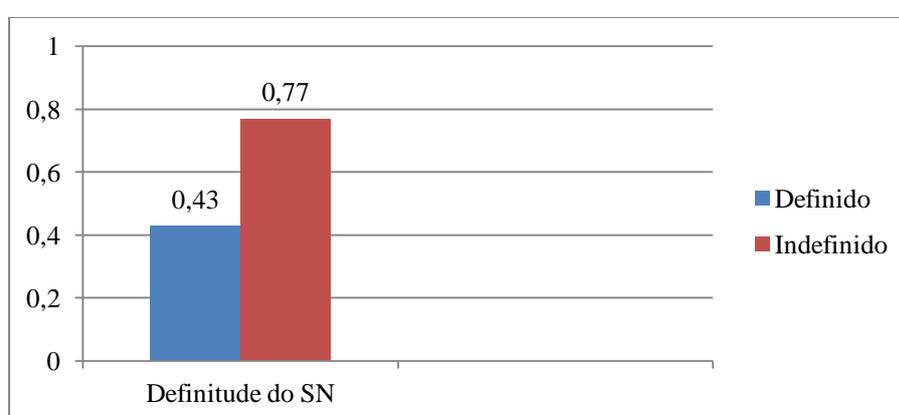
No primeiro grupo selecionado, o fator **definido** teve um total de 9/1038 casos de *ni* (1%) e o peso relativo de .43 e o fator **indefinido** apresentou 10/232 usos dessa preposição (4%) com o peso de .77, conforme a Tabela 18 a seguir.

Tabela 18: Definitude do SN introduzido por ‘ni’ - Português culto de Feira

Fatores	Nº de Ocor.	Valor %	Pesos Rel.
Definido	9/1038	1	.43
Indefinido	10/232	4	.77

O peso relativo .77 do fator indefinido corrobora a hipótese sugerida na análise das três comunidades de que quanto mais o sintagma apresentar um sentido genérico/indefinido, maior será a probabilidade do emprego do *ni*. O fato de o traço definido ter um peso de .43, próximo ao ponto neutro, está relacionado à questão dos graus de definitudes (+ ou – específico). Neste caso, esse peso representa os sintagmas **definidos [- específicos]**, uma vez que, na primeira análise, o programa acusou *knockout* no fator **definido [+ específico]**. O Gráfico 13 ilustra os resultados de cada um desses fatores.

Gráfico 13: Definitude do SN introduzido por ‘ni’ - Português culto de Feira



4.4.2 Faixa etária

O segundo grupo de fatores selecionado foi a faixa etária. Das três que foram investigadas, apenas as **faixas I e II** participaram dessa rodada, porque a **III** apresentou *knockout* e foi retirada. A **faixa I** evidenciou um número de 17/437 usos de *ni* (2%) e o peso relativo de .74, já a **faixa II** teve um total de 2/472 empregos dessa preposição (0,5%) com o peso de .26. A Tabela 19 apresenta esses dados detalhadamente.

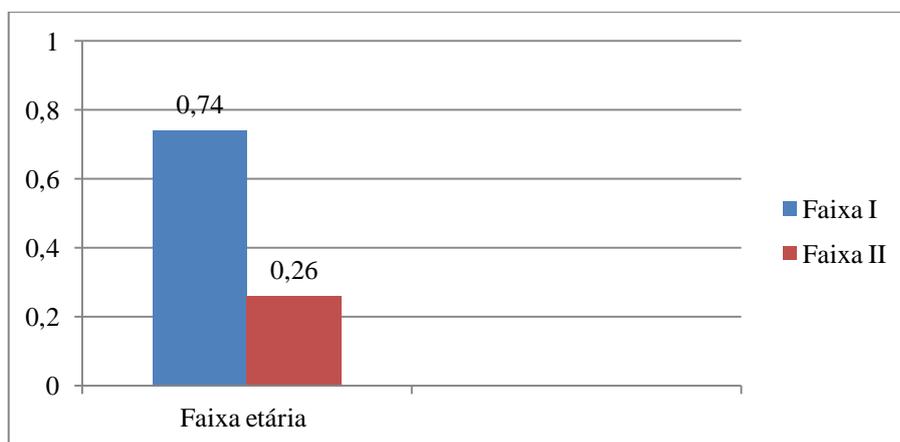
Tabela 19: Faixa etária do falante - Português culto de Feira

Fatores	Nº de Ocor.	Valor %	Pesos Rel.
Faixa I	17/781	2	.74
Faixa II	2/472	0,5	.26

Os resultados desse grupo de fatores foram opostos aos dos dados do português popular de Feira. Percebe-se que, na faixa II, o valor percentual é quase categórico para o uso do *em*, contendo apenas duas ocorrências de *ni*, como ilustra o Gráfico 14. Para que se possa

explicar essa diferença, faz-se necessário observar os aspectos sociais de cada falante e conjecturar os motivos pelos quais os indivíduos das faixas II e III desfavorecem o emprego dessa preposição.

Gráfico 14: Faixa etária do falante - Português culto de Feira



A causa de os falantes da faixa I usarem mais o *ni* do que os das faixas II e III talvez esteja relacionada aos papéis sociais que eles desempenham na sociedade. Dessa forma, analisando os indivíduos dessas duas faixas, vê-se que eles já haviam concluído os cursos superiores e exerciam as suas profissões há tempo. Cabe ressaltar que as suas funções, na maioria das vezes, exigiam certo domínio do português “padrão”, pois são professores universitários, contador, administrador, arquiteto, entre outros, muitos inclusive com pós-graduação. Entretanto o fato de existirem apenas duas ocorrências na faixa II poderia ser apenas uma questão de menor monitoramento da fala de quem as usou. Com isso, pode-se pensar que, em contextos menos monitorados, os falantes do português culto também empreguem o *ni*.

Os sujeitos da faixa I, contudo, ainda eram concluintes das suas graduações e exerciam funções que, muitas vezes, não estavam de acordo com o curso que faziam. Dessa forma, talvez a não participação desses falantes em outras redes sociais onde o *input* padrão fosse constante tenha favorecido o uso da preposição *ni*.

Por outro lado, pode ser que essa variante esteja sendo aceita e, conseqüentemente, utilizada pelos jovens falantes do português culto devido à influência da mídia, a Internet, por exemplo, que sempre utiliza *memes* com expressões com o *ni*. A aceitação de uma variante marginal por indivíduos considerados falantes cultos exemplifica a tese de Labov (2008

[1972], p. 328-329) e Lucchesi (2004, p. 68) de que há também uma difusão de variantes de baixo para cima, isto é, o PP influenciaria o PC.

Termos com a expressão cristalizada “*vem ni mim*” presente em *memes*, letras de músicas, propagandas, outdoor entre outros veículos de comunicação têm contribuído para que os mais jovens façam uso dessa preposição em outros contextos. Com essa suposição, todavia, esse fenômeno não seria resultado de um contato interdialetoal direto, mas indireto, tendo em vista que expressões como aquela surgiram em situações populares.

A fim de saber se essa suposição fazia sentido, foi lançado um questionamento na página do facebook deste pesquisador, desejando saber o que os internautas achavam das expressões “*vem ni mim, sexta-feira*”, “*vem ni mim, feriado*” etc. e o porquê de serem bastante utilizadas. Coincidentemente, a maioria das pessoas que participaram foram jovens graduandos e graduados, contribuindo, assim, para os resultados almejados. Abaixo, seguem alguns comentários feitos pelos participantes.

Informante 01: “*vem ni mim...entendo como uma tentativa de se aproximar das pessoas com baixo nível escolar que assim se pronunciam em sua grande maioria.*”

Informante 02: “*eu não sei como começou, mas de um jeito começou e virou febre, às vezes algumas pessoas nem sabem o porquê mas se todo mundo usa, usa tbm. Eu acho que nunca utilizei essa expressão e não sei se utilizaria...*”

Informante 03: “*Acho que a expressão viralizou por conta da hashtag ser compartilhada com rapidez na internet, tornando a expressão um meme (que é quando copiamos e repetimos falas, figuras, frases...Temos exemplos de Luiza que está no Canadá, para a nossa alegria, hoje é dia de rock, bebê). Essa expressão também é um nome de música do cantor de sertanejo universitário Israel Novaes, não sei te dizer de onde veio primeiro, se da música ou internet.*”

“*avalio como uma linguagem popular usada frequentemente por jovens nas suas timelines em momentos de descontração. Não é uma expressão que uso no meu cotidiano, mas, se algum dia mencionei foi como login de internauta.*”

Informante 04: “*Natural ao se pronunciar, porem estranha ao se escrever ou ler...*

“*Talvez o natural por convivência. Não sei mesmo explicar em que momento comecei a dizer, me policio. So que as vezes sai sem ao menos perceber.*”

A opinião do informante 01 evidencia que o emprego do “*vem ni mim*” está apenas para as pessoas com o nível de escolarização baixo, todavia ele deixa claro que os usuários desse termo têm a intenção de adequar a sua linguagem (talvez por considerarem a sua culta) a uma forma mais popular. Possivelmente, esta tenha sido a intenção de cantores famosos, como Israel Novaes, em usarem a forma “*vem ni mim*”: fazer com que as letras de suas músicas apresentassem características populares e se popularizassem.

Muito provavelmente, com o sucesso de músicas como esta, o termo “*vem ni mim*” tenha virado um *meme* e se tornado “febre” na Internet por conta de a *hashtag* ter sido compartilhada constantemente, como sugere o informante 03. Além dessa ideia, esse mesmo informante chama atenção para o fato de que a sua utilização remete a “uma linguagem popular usada frequentemente por jovens em suas timelines [...]”.

O informante 04 expõe um dado pertinente em relação à consciência do falante sobre o (não) uso de expressões com o *ni*. Primeiro, ele diz que considera natural ouvir esses termos, mas que é estranho escrevê-los e lê-los. Depois ele afirma ser usuário dessas expressões, mas que se policia para não usá-los, embora muitas vezes “saia sem querer”. A partir dessas percepções, depreende-se que a razão de os falantes da faixa I do português culto de Feira de Santana usarem o *ni* esteja ligada também à interferência da mídia.

4.4.3 Sexo/gênero

O terceiro grupo selecionado pelo GoldVarb foi o sexo do falante. O **sexo masculino** apresentou 17/798 casos de *ni* (2%) e peso relativo de .65; já o **sexo feminino** teve apenas 2/472 ocorrências dessa preposição (0,5%) e peso relativo de .24, como exposto na Tabela 20.

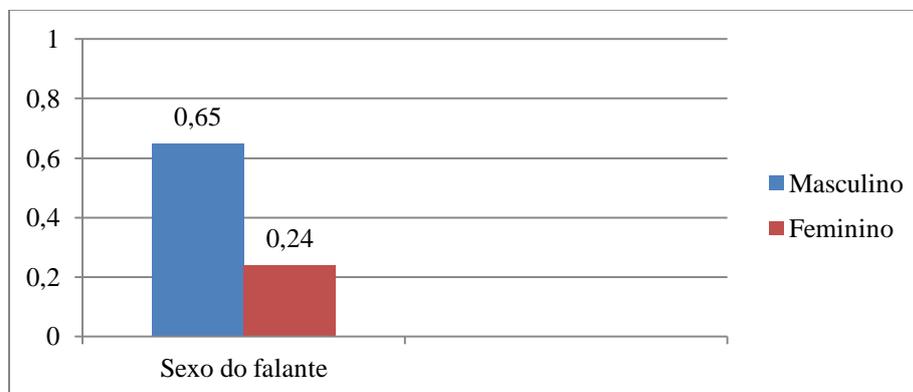
Tabela 20: Sexo do falante - Português culto de Feira

Fatores	Nº de Ocor.	Valor %	Pesos Rel.
Masculino	17/798	2	.65
Feminino	2/472	0,5	.24

O motivo de o sexo masculino favorecer o uso do *ni* nessa comunidade está diretamente associado à faixa etária do falante, tendo em vista que foi a faixa I quem mais contribuiu para que essa preposição fosse usada. O sexo feminino, por sua vez, não favoreceu a aplicação desse conectivo, talvez porque, nesta comunidade, as mulheres estivessem

monitorando a sua fala durante a entrevista. Os resultados dessa variável estão dispostos no Gráfico 15, a seguir.

Gráfico 15: Sexo do falante - Português culto de Feira



Assim como nas abordagens anteriores, compreende-se que a variante *ni* é favorecida principalmente por fatores sociais, embora seja necessário averiguar as estruturas linguísticas que também podem favorecer esse conectivo. Os grupos eliminados expostos na Tabela 21 indicam os contextos linguísticos em que preposição *ni* também foi utilizada.

Tabela 21: Variáveis eliminadas - Português culto de Feira

Variáveis		Nº de ocor.de 'ni'	Valor em %
Grau de concretude	[Concreto]	15/925	2
	[Abstrato]	4/345	1
	Adj. ou C.	18/1228	2
Nat. sintática do SN	Adver.		
	Complemento nominal	1/10	10
Traço semântico do SN	Lugar	14/905	2
	Não-lugar	4/324	1
Deslocamento no espaço	[+ movimento]	5/127	4
	[- movimento]	14/1143	1
Posição no espaço	Dentro	14/1140	1
	Fora	5/130	4

Na variável **grau de concretude**, o fator [concreto] exibiu 15/925 casos de *ni* (2%) e o [abstrato] o total de 4/345 usos dessa preposição (1%). No grupo **natureza sintática do SN**,

no fator adjunto/complemento adverbial ocorreram 18/1228 empregos desse conectivo (2%), já no fator complemento nominal houve 1/10 ocorrência de *ni* (10%). No grupo **traço semântico do SN**, o fator lugar apresentou 14/905 usos dessa preposição (2%) e o não-lugar o total de 4/324 de emprego desse conectivo (1%).

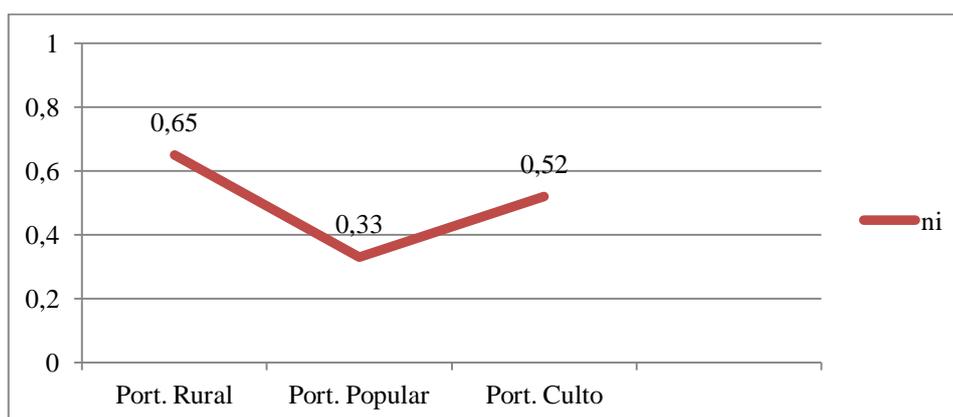
Na variável **deslocamento no espaço**, o fator [+ movimento] expôs 5/127 usos de *ni* (4%) e o [- movimento] o valor de 14/1143 aplicações desse conectivo (1%). No grupo **posição no espaço**, no fator dentro houve 14/1140 ocorrências de *ni* (1%) e no fora ocorreram 5/130 casos dessa preposição (4%).

4.5 A preposição '*ni*' e a possibilidade de um *continuum* rural-urbano

A análise envolvendo as três comunidades linguísticas aponta que a preposição *ni* é presente em todas elas, embora com proporções bem distintas. No português rural houve o peso relativo de .65, indicando que essa variedade do português favorece o uso dessa preposição; no português popular houve o peso relativo de .33, demonstrando que ele desfavorece o emprego desse conectivo; todavia o português culto apresentou um peso de .52, próximo ao ponto neutro, elucidando que essa comunidade linguística favorece ligeiramente o uso do *ni*, conforme está ilustrado no Gráfico 16, a seguir.

O estudo geral ainda indicou os principais contextos linguísticos em que o *ni* é utilizado nessas três variedades, mostrando que os sintagmas **indefinidos**, **definidos** [-**específicos**] e os que indicam **lugar** são pontos de intersecções entre elas. Com essa semelhança estrutural e com os pesos relativos que cada comunidade apresentou de uso do *ni*, pode-se conjecturar a existência de um *continuum* rural-urbano, isto é, a presença dessa preposição no vernáculo urbano pode ter sido resultado de um contato interdialetoal.

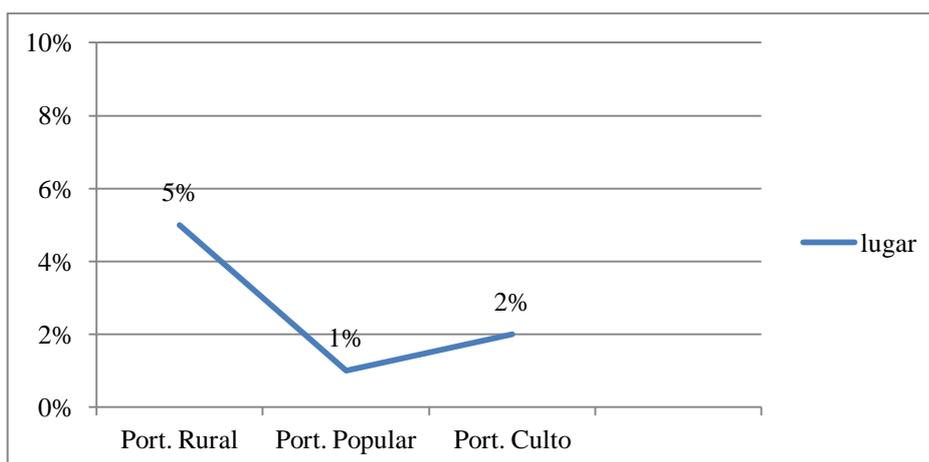
Gráfico 16: O '*ni*' no *continuum* rural-urbano de Feira de Santana



Entretanto, para que se possa traçar o *continuum* dessas três variedades do português, é necessário descrever as estruturas linguísticas em comum, tendo como regra de aplicação o uso da preposição *ni*. Além disso, cumpre esclarecer, a partir do ponto de vista histórico-social, o motivo pelo qual possivelmente essa variante teria se expandido dos ambientes rurais para os espaços urbanos.

Sendo assim, o principal aspecto linguístico do *ni*, segundo o peso relativo de .60 da rodada geral, é o de denotar a ideia de **lugar**. Com base no Gráfico 17, percebem-se os dados percentuais dessa preposição com o sentido de lugar em cada uma das comunidades estudadas. Contudo o que chama mais atenção é que, na variedade rural, o *ni* ocorreu com o total de 5% dos dados, o que, comparado aos valores das outras variedades (1% no PP e 2% no PC), é alto.

Gráfico 17: O '*ni*' como locativo no *continuum* rural-urbano de Feira de Santana



As características dos lugares a que o *ni* faz referência não foram semelhantes em todas as comunidades observadas. Como a proposta desta seção é perceber a possível existência de um *continuum* rural-urbano, analisam-se, a seguir, apenas os contextos linguísticos de uso dessa preposição comuns às variedades aqui estudadas. Além do mais, as outras situações do emprego do *ni* já foram descritas na subseção 4.1, que diz respeito aos resultados obtidos da análise geral.

Dessa forma, um dos aspectos dos locativos introduzidos por *ni* igual em todas as variedades examinadas é o de ser um complemento/adjunto adverbial de verbos estativos como *morar*, *estar* etc. como em (16), por exemplo, e/ou de verbos de movimento como *ir* e *chegar*, conforme o contexto de (17).

(16)

a) Minha mãe *mora* ne Feira e minha... minha irmã. A metade mora aqui. (Informante do português rural)

b) Não precisa *tá* nim farra. (Informante do português popular)

c) Aí *morei* um tempinho ni Irecê, Xique-xique e... fora do estado eu só conheço... Aracaju, né, e o Rio de Janeiro. (Informante do português culto)

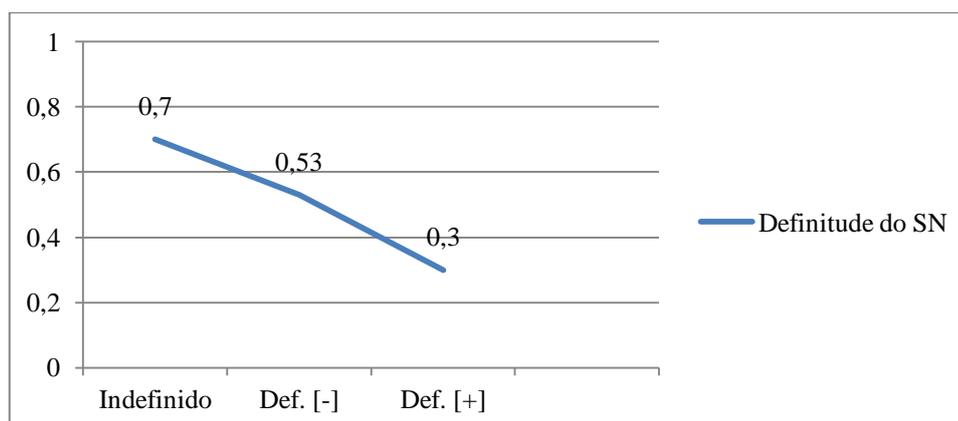
(17)

d) Novena mehmo eu num *fui* ne nenhuma. (Informante do português rural)

e) *Fui* nim muitas praias. (Informante do português popular)

f) O pessoal aqui é meio pé atrás. Você *chega* ni um outro lugar [...]. (Informante do português culto)

A partir dessas funções sintáticas dos sintagmas iniciados por *ni*, compreende-se que esse conectivo possui um sentido de **lugar-onde** (relacionado aos verbos estativos) e **lugar-para-onde** (relacionado aos complementos adverbiais dos verbos de movimento). Outras características dos sintagmas formados por essa preposição estão vinculadas a outras noções semânticas, conforme se viu a rodada geral quando o grupo de fatores **definitude do SN** foi selecionado. Dos fatores que compuseram essa variável, o traço **indefinido** e **definido [-específico]** foram os que mais favoreceram a aplicação do *ni* com os pesos relativos de .70 e .53, respectivamente, ao contrário do fator **definido [+ específico]**, que foi desfavorável a essa preposição, com peso relativo de .30.

Gráfico 18: A definitude do SN introduzido por 'ni' no *continuum* rural-urbano de Feira de Santana

Do ponto de vista linguístico, cada uma desses fatores foi considerado a partir dos termos que (in)definem os SNs. Assim, os sintagmas **indefinidos** normalmente são acompanhados por artigos, pronomes indefinidos e/ou palavras com sentidos genéricos, como o exemplo (18); os **definidos [- específicos]**, na maioria das vezes, estão relacionados a topônimos (19), já que, como propõe Ferrari (1997), o uso de nomes de cidades para indicar onde o indivíduo mora é, por vezes, uma metonímia, pois substitui a parte pelo todo.

(18)

f) Porque eu mesmo não credito *ne nenhum*. (Informante do português rural)

g)... fui *nim muitas* praias. (Informante do português popular)

h) Chegar *ni uma* praia poder abraçar e ficar à vontade. (Informante do português culto)

(19)

i) Ah, eu pensei de morrer, né, porque eu nunca tive acidente nenhum. Só foi uma vez tombém, dois acidente que tive, qu'eu tava junto. *Ne São Paulo* quando a gente tava viajando, que [...].(Informante do português rural)

j) Porque a cidade que eu conheci que é aqui mesmo, eu gosto é aqui mesmo, mas *nin Salvador* é uma mesmo que eu não tenho vontade de morar. (Informante do português popular)

l) Então fui morar *ni...ni Abáira* [...].(Informante do português culto)

Os **definidos [+ específicos]**, que não foram comuns às três variedades observadas, são aqueles seguidos de palavras que transmitem uma ideia de especificidade, como o pronome adjetivo ‘*minha*’ usado em (20), por exemplo, ou quando há uma metonímia de substituição do lugar por um antropônimo (normalmente o proprietário do lugar), que é o caso de (21).

(20) Bateu *ne minha* perna. (Informante do português rural)

(21) Num tá dentro do arraia da Matinha farta de união do povo, mas quando vei era pra Matinha. Hoje está lá *ne D.*, ma ela tombém era uma boa secretária tombem pra coiê as mandioca que chega com um bom amor. (Informante do português rural)

Os resultados alcançados nesta pesquisa exibem informações que podem remeter à formação do Português Brasileiro, principalmente no que diz respeito ao contato de línguas entre europeus e africanos ocorrido no Brasil na era colonial. Conforme foi percebido, a preposição *ni* presente no *continuum* rural-urbano dessas comunidades baianas parece com o *ni* usado no português dos Tongas (BAXTER; LOPES, 2006) e com o *ni* da língua Yorubá (ALMEIDA; BARAÚNA, 2001, p. 82).

Além de haver a analogia referente ao sentido de lugar entre essas línguas, atentou-se para o fato de que a definitude do sintagma constituído de *ni* no português rural (Matinha) mostrou-se diferente dos contextos usados no português dos Tongas. Baxter e Lopes (2006) comprovaram que, no português dos Tongas, o traço definido do SN favorecia levemente a aplicação do *ni* com, o peso relativo de .51, e que o indefinido desfavorecia o seu uso, com o peso relativo de .44, valores que devem ser vistos como bem próximos do ponto neutro.

Segundo esses pesquisadores, o motivo de haver o favorecimento do *ni* nos sintagmas definidos estava de acordo com a não aquisição dos artigos definidos por falantes bilíngues daquela comunidade. Com isso, pode-se conjecturar que o uso desse conetivo deveria ser mais comum em sintagmas indefinidos caso os Tongas tivessem internalizado os artigos definidos, assemelhando-se, dessa forma, com o uso do *ni* no PB.

Sendo assim, levando em consideração essas coincidências semânticas de *ni* entre variedades do português e as línguas africanas, questiona-se se as comunidades observadas nesta análise possuíram/possuem alguma relação (in)direta com os povos africanos falantes das línguas bantu, Yorubá e/ou com outra variedade do português que tinha surgido a partir da transmissão linguística irregular, como o português dos Tongas, que possuem o *ni* como um elemento morfológico locativo.

A sócio-história do Português Brasileiro deixa claro que houve vários fatores para que esse idioma pudesse surgir. O contato linguístico entre portugueses, indígenas, africanos e outros imigrantes corrobora a ideia de que a língua do Brasil é resultado de um amálgama de línguas. Todavia, depois que as nuances gramaticais brasileiras se firmaram nessa língua, fazendo com que ela apresentasse aspectos diferentes do português europeu, o contato linguístico continuou acontecendo, principalmente, o que ocorreu/ocorre entre os dialetos, como, por exemplo, o contato rural-urbano que aconteceu em Feira de Santana com o processo de industrialização, que é o foco desta análise.

Porém, antes de entender o processo migratório da zona rural para a região urbana de Feira de Santana, vale a pena ressaltar como se constituíram os ambientes rurais desse município. Dessa forma, assim como o resto do Brasil, Feira de Santana, no início da colonização, era um espaço rural. Freire (2011, p. 390) diz que essa cidade prosperou a partir de uma economia agrária e escravista. Conseqüentemente, havia pessoas cativas, normalmente sem escolarização, que mantiveram contato linguístico com aqueles que se consideravam brancos.

Segundo Freire (2011, p. 390), em 1835, registrou-se numa lista nominativa do termo da vila de Feira de Santana um total de 4.518 escravos, representando 30,2% de uma população de 14.962 habitantes. Contudo Freire (2011, p. 391) ressalta que, embora a vila de Feira de Santana encabeçasse o “termo”, era São José das Itapororocas que sediava a paróquia, composta por sete localidades e onde se concentrava o maior número de escravizados. O Quadro 6, a seguir, ilustra os dados desse termo.

Quadro 6: População livre e escrava/Termo de Feira de Santana, 1835

LOCALIDADE	LIVRES	ESCRAVOS	TOTAL	% DE ESCRAVOS EM RELAÇÃO À POP. TOTAL
São José das Itapororocas	1.679	1.104	2.783	39,7
Sant' Anna da Feira	2.242	557	2.799	20,0
Santa Bárbara	2.105	811	2.916	27,8
N. S. do Bom Despacho	1.413	524	1.937	27,0
N. S. da Ajuda do Limoeiro	1.006	540	1.546	35,0
Sr. do Bonfim do Calumbi	1.002	408	1.410	29,0
São Simão	997	574	1.571	36,5

(FONTE: APB, seção Colonial/Provincial, série Polícia, maço 5684. apud FREIRE, 2011, p. 391)

A partir dos dados demográficos apresentados por Freire (2011), percebe-se que a região onde Feira de Santana está inserida (até mais da metade do século XIX) possuía uma economia sustentada pelo trabalho escravo, essencialmente relacionado à lida nas lavouras. Conforme os dados exibidos por Freire (2011), a quantidade de escravizados nessa região era bastante significativa comparada à população total.

Para Almeida (2012, p. 4), nessa região não houve o surgimento de uma língua crioula e/ou de uma transmissão linguística irregular, tendo em vista que os escravizados já eram crioulos, mas ela deixa claro que ocorreram apenas contatos dialetais. Contudo, levando em consideração as precárias formas como os primeiros escravizados africanos (falantes principalmente de línguas do grupo bantu) apreenderam o português (a partir de uma transmissão linguística irregular), é de se esperar que esses crioulos também apresentassem no seu vernáculo características de uma aprendizagem irregular do português como L2, sobretudo pelas suas condições sociais, que não lhes permitiam ter acesso à escola.

As memórias da população de Matinha, distrito de Feira de Santana, sobre o fato de ela ter sido originada de um quilombo justifica as semelhanças entre essa variedade rural e as línguas africanas (do grupo bantu e da língua Yorubá), assim como o português dos Tongas no que diz respeito ao uso do *ni*. Os dados linguísticos de Matinha apresentados nesta análise, muitos dos quais distam dos resultados das variedades da zona urbana, corroboram a ideia de que a variedade rural de Feira de Santana, quiçá do Brasil, possui relações com as línguas dos ex-escravizados.

O censo de 1872 demonstrava que a comarca de Feira de Santana tinha um percentual de 9,2% de escravizados, um número bem próximo ao total que se encontrava em toda a Bahia, 12% (FREIRE, 2011, p. 391). A decadência do número de cativos de 1835 para 1872, por exemplo, segundo Ferreira (1873, p. 34-35 apud FREIRE, 2011, p. 391), foi devido às manifestações abolicionistas. Além disso, com a crise dos engenhos de açúcar, muitos proprietários liberaram a mão de obra escrava para o trabalho nas lavouras cafeeiras nas províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

Depois que os escravizados da região de Feira de Santana conseguiram a liberdade, assim como em todo o Brasil, muitos preferiram ficar trabalhando nas fazendas por míseros salários ou foram em busca de “melhores” condições de vida em outros lugares. A escassez de escolas na zona rural desse município no século XVIII teria favorecido a manutenção das características linguísticas de outrora, incluindo, talvez, o uso da preposição *ni*. Os resultados do **nível de escolaridade** de Matinha sustenta a conservação desse traço linguístico. Veja-se na Tabela 8 o peso relativo de .62 no fator **analfabeto**, que favorece o emprego do *ni*.

No início do século XX, o quadro educacional de Feira começou a se modificar. De acordo com Almeida (2012, p. 9), Anísio Teixeira contribuiu para a fundação de uma escola Normal na cidade, que tinha como principal objetivo formar professoras para educar o contingente analfabeto da zona rural, pois “a intenção era transformar a Feira de Santana num polo educador da microrregião, que à época ficou conhecida como ‘luz do saber dos sertões’”.

Com esse projeto de educação do campo, não há como refutar a possibilidade de que muitos falantes, que até então dominavam uma língua aprendida no seio da família, tenham internalizado regras de um português “padrão”, pelo menos no que diz respeito às questões ortográficas e/ou classificatórias, uma vez que, por muito tempo, foi a práxis de muitos professores de Língua Portuguesa.

A interferência educacional na vida dos analfabetos e talvez o método como os professores lhes ensinaram o português tenham feito com que o *ni* deixasse de ser empregado em alguns contextos por esses falantes. Essa conjectura também pode ser explicada tomando como base a rodada de Matinha quando o fator **séries iniciais** do **nível de escolaridade** aponta um peso relativo de .44, um valor próximo ao ponto neutro.

Mais tarde, por volta de 1960, a expansão industrial contribuiu para que essa cidade crescesse rapidamente, passando a receber pessoas de diferentes regiões do estado, chamados de ‘nortistas’, e mais precisamente migrantes da zona rural que buscavam outras oportunidades de trabalho fugindo da lida no campo. O êxodo rural permitiu que os indivíduos urbanos mantivessem contato linguístico com a variedade rural. Assim, os urbanos passaram a influenciar os “forasteiros” e a ser influenciados por eles. A demografia de Feira de Santana dos anos de 1920 – 2000, presente no Quadro 7, a seguir, evidencia com muita precisão o processo migratório de pessoas da zona rural para a zona urbana.

Quadro 7: Feira de Santana: Evolução da população do município - 1920 - 2000

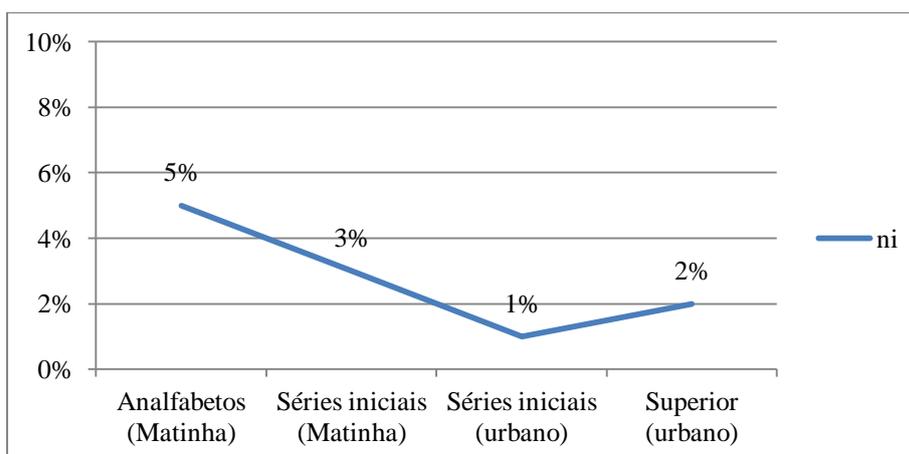
ANOS	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO URBANA	%	POPULAÇÃO RURAL	%
1920	64.514	12.012	18.61	52.012	80,6
1950	107.205	34.277	31.97	72.928	68.03
1970	190.076	134.263	70.63	55.813	29.37
1980	291.504	233.905	80.98	57.599	19.76
1991	405.848	348.973	85.98	56.875	14.02
1996	450.487	393.943	87.45	56.544	12.55
2000	556.756	510.736	91.73	46.020	8.27

(Fonte: IBGE. Censo Demográfico – Bahia, 1950 e 1991. Contagem de população – 1996. (FREITAS, 1998 apud ALMEIDA, 2012, p. 6).

A preposição *ni*, característica mais marcada na variedade rural, teria chegado à cidade a partir do contato interdialetoal ocorrido durante o processo de industrialização dessa cidade. No entanto, com a oportunidade de acesso ao *input* padrão e, provavelmente, por ser uma variante estigmatizada pelas escolas, as pessoas teriam deixado de empregá-la (como exibiu o total geral de uso dessa preposição no português popular, 1%), podendo ser encontrado talvez apenas na fala de pessoas que possuem um número restrito de redes sociais, conforme o resultado apresentado no grupo **sexo do falante** do português popular, em que o sexo feminino (formado pela maioria de domésticas) favoreceu o emprego do *ni* com o peso relativo de .73.

À medida que falantes dos vernáculos rurais entram em contato direto ou indireto com a língua padrão, escrita ou oral, seu dialeto tende a tornar-se mais difuso. A ocorrência de itens lexicais rurais típicos vai diminuir e algumas regras não padrão de seu repertório, antes quase categóricas, tenderão a tornarem-se regras variáveis. A difusão não é vista necessariamente como uma assimilação ao português padrão, mas sim como um distanciamento dos dialetos rurais estigmatizados. (BORTONI-RICARDO, 2011, p. 123)

As porcentagens do nível de escolaridade dos falantes em cada comunidade observada demonstram que o acesso ao *input* padrão via escola desfavorece o emprego da preposição *ni*. Veja-se o Gráfico 19, onde estão expostos os valores percentuais para cada nível observado.

Gráfico 19: Interferência do nível de escolaridade no uso do 'ni'

A diferença entre os fatores analfabetos e séries iniciais do português rural (Matinha) já indica que o a escola inibe o uso da preposição *ni*. Mas o mais interessante é que percentual do fator séries iniciais de Matinha é maior que o fator séries iniciais da zona urbana de Feira de Santana. A partir disso, observa-se que, mesmo que a escola tenha um papel de mantenedora da forma de prestígio da língua, as relações sociais entre falantes contribuem bastante para que determinada variante continue sendo utilizada por determinados grupos, isto é, o acesso ao *input* padrão via outras redes sociais, além da escola, desfavorece o emprego dessa preposição.

Souza (2012, p. 55), ao estudar o *ni* em redações escolares de uma escola do semiárido baiano, analisou textos de duas séries do Ensino Fundamental, do 6º e do 9º anos, por serem os extremos das séries finais dessa etapa. Os resultados desse grupo de fatores corroboram a ideia de que a escolaridade interfere no uso dessa preposição, pois o peso relativo do 6º ano foi de .99 para o uso do *ni*, ao contrário do 9º ano, que apresentou o peso de .03.

No estudo de Paes (2013, p. 70), embora a variável **escolaridade** não tenha sido selecionada, notou-se que, à medida que as séries avançavam, o uso do *ni* diminuía. Segundo seus dados, os falantes do nível fundamental apresentaram 20/277 casos dessa preposição (7%)²⁷, no ensino médio ocorreram 10/182 usos desse conectivo (5%) e no superior houve 4/194 empregos dessa variante (2%).

O valor percentual de 2% do fator ensino superior exposto nos dados de Paes (2013, p. 70) se iguala ao valor obtido no português culto de Feira de Santana. Era de se esperar que a preposição *ni* deixasse de ser usada por falantes da variedade culta da língua. Porém se

²⁷ Talvez esse fator tenha tido esse valor percentual por não haver em seu estudo a separação do Ensino Fundamental em séries iniciais e finais como foi feito na análise de Matinha e do português popular de Feira de Santana ou como realizou Souza (2012). Acredita-se que, uma vez separadas, os valores seriam bem diferentes.

percebe que essa preposição possivelmente esteja sendo aceita por esses indivíduos devido aos *memes* com essa preposição serem bastante usados, como ilustraram os depoimentos dos informantes da página do *facebook* deste pesquisador (cf. subseção 4.4.2).

Partindo da hipótese de que os falantes do português culto de Feira de Santana estejam utilizando o *ni* como formas gramaticalizadas em *hashtags* compartilhadas em suas páginas de relacionamento, ou da sua utilização em letras de músicas e propagandas, não haveria como afirmar que o ponto final do *continuum* rural-urbano das comunidades aqui examinadas seja o português culto, pois nesse contexto a interferência maior seria do uso da Internet e não dos dialetos rural e popular diretamente.

A seleção da variável **faixa etária** no português culto sustenta essa conjectura, tendo em vista que o fator ‘faixa I’ favoreceu o uso do *ni* com o peso relativo de .74, ao contrário da faixa II, com .26. Esse é um dado pertinente porque os *memes* com essa preposição são utilizados em sites de relacionamentos em sua maioria pelo público jovem. Com isso, pode-se prever que talvez o emprego desse conectivo nessa variedade do português seja momentâneo. A seção 4.6, a seguir, descreve, além de formas gramaticalizadas utilizadas na fala, *memes* com a expressão ‘vem ni mim’ utilizados em *sites* de relacionamento.

4.6 Formas gramaticalizadas de expressões com ‘ni’

A fala é o principal meio através do qual se percebem as variações/mudanças linguísticas. Nela, surgem novas funções para formas existentes ou novas formas para funções existentes (GONÇALVES et al., 2007), caracterizando, assim, uma gramática inacabada e em constante processo de construção. A recategorização de itens lexicais e/ou gramaticais, no sistema linguístico, recebe o nome de gramaticalização.

A gramaticalização, em geral, refere-se a um dos processos de mudança linguística, a saber, um dos fenômenos mais comuns de mudança e que tem dado margem para diversas pesquisas sobre a língua em uso. É um processo que se “revela em instâncias diversas, como morfologia, fonologia, semântica e sintaxe” (GONÇALVES et al., 2007, p. 31). Para Castilho (1997, p. 31),

[...] a gramaticalização é o trajeto empreendido por um item lexical, ao longo do qual ele muda de categoria sintática (=recategorização), recebe propriedades funcionais na sentença, sofre alterações morfológicas, fonológicas e semânticas, deixa de ser uma forma livre, estágio em que pode até mesmo desaparecer, como consequência de uma cristalização extrema.

Dessa forma, esse processo de mudança na língua acontece no momento em que uma unidade linguística começa a ganhar aspectos mais gramaticais, ou, se já possui o *status* de gramatical, tem seu valor sintático-semântico ampliado. O deslizamento sintático-semântico de itens linguísticos acontece de acordo com as necessidades de comunicação dos falantes, ou seja, necessidades não satisfeitas pelas formas linguísticas encontradas no sistema linguístico do indivíduo. De acordo com Martelotta (2011, p. 26),

[...] a gramaticalização é uma manifestação do aspecto não estático da gramática, uma vez que ela demonstra que as línguas estão em constante mudança em consequência de uma incessante busca de novas expressões e que nunca estão devidamente estruturadas. A partir desta afirmativa, observa-se que o autor aponta para a constante renovação linguística, que cede lugar ao questionamento sobre a pertinência de uma gramática dada a priori, portanto, fixa, e abre espaço para o que se vem chamando de “gramática emergente”. [grifos do autor]

Segundo Castilho (1997, p. 28), a mudança categorial de um item linguístico se inicia a partir do seu esvaziamento tanto do sentido, quanto da forma, cuja palavra, em determinado momento, passa de acessória a gramatical, ou até mesmo, “junta-se a uma palavra principal para atribuir a esta um papel gramatical de que ela dispunha previamente”.

Esse deslizamento de sentido de itens lexicais/gramaticais e/ou entre classes de palavras confirma o princípio que rege a gramaticalização: a unidirecionalidade. Segundo esse princípio, as mudanças ocorrem sempre da esquerda para a direita, de categorias [+ concretas] para [- concretas]. É a projeção da mudança, cujo ponto inicial é o sentido e/ou classe de origem do item em fase de mudança e o final é a sua abstração.

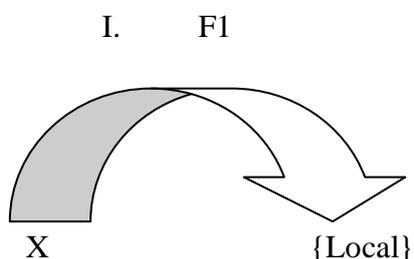
Heine (1994 apud GONÇALVES et al., 2007, p. 42) afirma que, para explicar o surgimento e a evolução das categorias gramaticais, é necessário entender os mecanismos da metáfora e da metonímia. De acordo com Hopper (1988, p. 118 apud CASTILHO, 1997), as regularidades da língua são provisórias e continuam sujeitas à negociação, à renovação e ao abandono. Essas ações são resultados também da abstração de determinados itens lexicais/gramaticais que ampliam seus sentidos, cuja mudança acontece a partir de dois principais mecanismos: transferência conceptual (metáfora) e motivação pragmática (metonímia).

O primeiro resulta da contiguidade de significações, favorecida pela proximidade de formas linguísticas, ocorrendo, assim, uma associação entre o processo cognitivo de metonímia e o mecanismo de reanálise. O segundo permite a transferência de um domínio para outro por meio de um elo estabelecido entre dois domínios conceptuais, ou seja, da associação do processo cognitivo de metáfora com o mecanismo da analogia resulta a metáfora. (GONÇALVES et al., 2007, p. 48)

A metáfora, enquanto mecanismo desencadeador de gramaticalização, apresenta motivações específicas: a analogia, a reanálise e as relações icônicas. A primeira delas diz respeito às construções aproximativas, tendo em vista que não há criações gramaticais, mas consequências de extensão de regras operantes da língua. A segunda, ao contrário da primeira, refere-se à criação de formas gramaticais a partir de outras já existentes no sistema linguístico, cuja mudança ocorre na estrutura de uma expressão ou classe de expressões. As relações icônicas, motivação que contradiz a hipótese da arbitrariedade linguística (postulada por Saussure), não está para as relações de semelhança entre o signo e seu referente, mas para “certas combinações de regras que revelam o aspecto diagramático da percepção de mundo” (GONÇALVES et al., 2007, p. 51).

O processo de gramaticalização tem ocorrido também com a preposição *ni* tanto na fala quanto na escrita, quando indivíduos utilizam expressões vazias em textos veiculados na Internet. O *ni*, como se observou na rodada geral, carrega principalmente o valor de lugar independentemente de ser <interioridade> ou <destino>, entretanto as formas gramaticalizadas, embora ainda estejam no plano do discurso, remetem a sentidos mais abstratos, realizados através da metáfora e da metonímia.

Para Ferrari (1997, p. 127), a escolha do *ni* está relacionada à cognição. Por essa razão, os fatores que motivam a escolha dessa preposição podem ser expressos por duas funções pragmáticas básicas relacionadas ao papel semântico de locativo: o locativo funciona como alvo ou como desencadeador. Ferrari (1997) esquematiza ambas as funções da seguinte forma:



Ferrari (1997) explica que a Função Pragmática I configura a substituição do {local} por meio de X, sendo que X pode ser:

- a. Um lugar mais abrangente, no qual se insere o local-alvo;

(22) “Aí morei um tempinho *ni Irecê*, Xique-xique e... fora do estado eu só conheço ... Aracaju, né, e o Rio de Janeiro”. (Informante do PC)

No exemplo (22), o falante afirma que morou em Irecê, quando, na verdade, ele tem a intenção de informar que residiu em algum ponto fixo dessa cidade, portanto há a substituição de um lugar-alvo por um lugar mais abrangente – um processo metonímico semelhante à substituição do continente pelo conteúdo que também ocorre em situações como “bebi um copo d’água”.

Ferrari (1997, p. 129) afirma que pode haver uma possível transposição metafórica “de modo que a metáfora ‘tempo é espaço’ atue como motivação conceptual complementar”.

(23) “*Ne setenta e sete* me casei. Quer dizer que nós estamos em...” (Informante do PR)

No caso de (23), nota-se que a noção de tempo assume um sentido de lugar, conforme os pressupostos de Lakoff e Johnson (1980 apud FERRARI, 1997, p. 129), que, por sua vez, apresenta uma função pragmática do tipo lugar abrangente por lugar abrangido. Assim, quando o falante diz que casou ‘*ne setenta e sete*’, ele faz referência a uma data específica daquele ano.

b. Uma pessoa associada ao local-alvo;

(24) “Ah, era bem forte ela. [Vá lá pegar minha sandália lá *ne vovó*] L. era bem grandinha, depois de o pai dela saiu [inint]”. (Informante do PR)

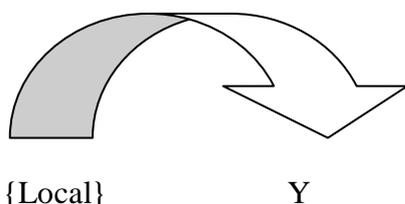
(25) “Ele tá correno atraí de trabalho pra trabalhar. Estuda a noite, trabalha o dia, né, e a noite estuda. Já ta com vinte e um ano, [inint] já ta dentro vinte e dois, inda hoje mehmo eu fui, eu tava lá *ne E. da B. V.* pra ver que Deus abençoa, clareia os caminho que ele arranje um trabáio que tá cansado de andar, mas se num tiver uma carta o de..” (Informante do PR)

(26) “Bateu *ne minha perna*”. (Informante do PR)

Nos exemplos de (24), (25) e (26), observa-se que o desencadeador do *ni* é um nome comum (vovó) ou próprio (E. da B. V.). Nesses contextos, é perceptível que os falantes substituíram o lugar por uma pessoa (normalmente o proprietário ou que possua alguma relação de posse) em vez de usarem ‘casa de vovó’ ou ‘casa de E. da B. V. A relação todo pela parte também pode ser expressa com o uso da parte do corpo (*ne minha perna*).

A Função Pragmática II permite que se expresse Y por meio de {local}, sendo que Y é uma atividade social (FERRARI, 1997, p. 128).

II. F2



A transferência de local por ocupação social é estabelecida a partir do momento em que o indivíduo cria uma identidade entre o local e a função social que ele exerce. Assim, quando há uma sentença como ‘Meu pai trabalha *ni roça*’, a referência ao local foi desencadeada com base na ocupação social a ele relacionada como no exemplo (27) em que o informante diz que trabalhou ‘*ne outros setores*’; em vez do lugar espaço físico.

(27) “Já trabalhei *ni outros setores* e hoje estou...” (Informante do PC)

(28) “Porque não aguento mais pegar *ne enxada*. S’eu guentasse eu prantava, mas num guento mais. Já trabaiei muito, já peguei trabaiar foi... foi criança. Era pra cavar cova, capinar feijão, fazer tudo, rançar mandoca, relar, torrar pra trazer pronta. [...] (Informante do PR)

No exemplo (28), entretanto, nota-se que há a substituição de um objeto pela função social. Dessa forma, a informante, ao falar que não aguenta mais pegar ‘*ne enxada*’, faz referência à lida nas lavouras.

Outras formas gramaticalizadas surgiram com as postagens de *memes* em sites de relacionamento como o *Facebook*, por exemplo. Uma dessas formas é a expressão ‘*vem ni mim*’, que possivelmente vem contribuindo para a aceitação da preposição *ni* principalmente na fala e, quiçá, na escrita dos mais jovens. Esse também provavelmente seria o motivo de ter havido a aplicação desse conectivo na fala culta de Feira de Santana. Abaixo, seguem alguns exemplos.

Figura 5: ‘Vem ni mim’ – Sentido espacial



Disponível em:

<<http://perguntanopostoipiranga.blogspot.com.br/2013/08/1000-visualizacoes-no-blog-vem-ni-mim.html>>.

Acesso em: 03 fev. 2015.

Na Figura 5, percebe-se, a partir do seu contexto de uso, que a expressão ‘*vem ni mim*’ aduz a uma ideia concreta, pois o falante suscita do seu interlocutor um deslocamento no espaço, fazendo com este se dirija até ele, conforme a sua estrutura: verbo *vir* (no imperativo) + *ni mim* (complemento adverbial – locativo [+ humano]).

Figura 6: ‘Vem ni mim’ - Caso ambíguo

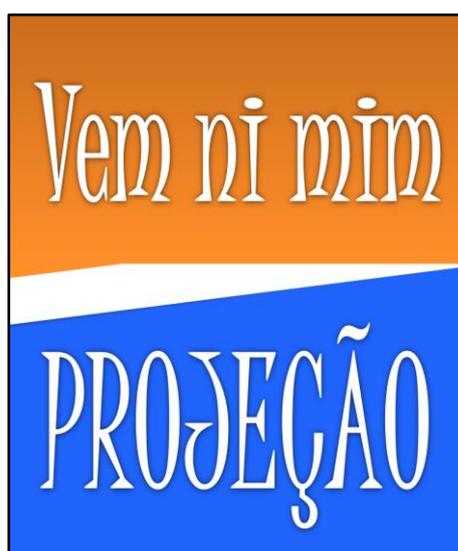


Disponível em:

<<http://www.tontinho.com.br/2012/07/vem-ni-mim-dodge-ram/>> Acesso em: 03 fev. 2015.

Na Figura 6, o termo ‘*vem ni mim*’ apresenta um caso ambíguo, pois há dois sentidos distintos. O primeiro deles é caracterizado como concreto, porque pode apresentar a ideia de que o falante quer que o carro Dodge Ram vá até ele. Nesse caso, haveria um deslocamento no espaço. Contudo, como a própria imagem satiriza a expressão, esse desejo pode causar um possível acidente. Ao contrário desse sentido, todavia, a expressão ‘*vem ni mim*’ tem sido muito utilizado para externar o desejo que o indivíduo tem de possuir um carro tão cobiçado, fazendo com que as mulheres se interessem por ele, como explica o trecho da letra da música que deu origem a esse *mime*: “Vem ni mim Dodge RAM/Focker duzentos e oitenta, a mulherada louca/Israel Novaes arrebenta!”

Figura 7: ‘Vem ni mim’ - Desejo de frequentar



Disponível em:

<<https://www.facebook.com/pages/Vem-ni-mim-Proje%C3%A7%C3%A3o/353221454769836?fref=ts>

> Acesso em: 03 fev. 2015.

Para entender o uso da expressão ‘*vem ni mim*’ nesse contexto, deve-se levar em consideração que Projeção é o nome de uma escola. A partir disso, compreende-se que não há como um imóvel se deslocar até o falante. Nota-se que o emprego desse termo se assemelha ao ‘*vem ni mim, Dodge Ram*’, porém o sentido não seria o de possuir a escola, mas de frequentá-la, talvez por ser uma instituição educacional de sucesso.

Figura 8: 'Vem ni mim' - Desejo de entender

Disponível em: <

<https://www.facebook.com/vemnimimbakhtin?fref=ts>

> Acesso em: 03 fev. 2015.

O texto da Figura 8 foi utilizado em uma comunidade virtual de estudantes de uma universidade federal. Nele, nota-se que a expressão '*vem ni mim*' não suscita que Bakhtin se desloque até o falante, uma vez que este filósofo já é morto, mas se percebe que o indivíduo que faz uso desse termo almeja compreender os escritos desse pensador.

Figura 9: 'Vem ni mim' - Sentido de espera/ansiedade

Disponível em: < <http://www.KeepCalm-o-matic.co.uk/p/keep-calm-and-vem-ni-mim-sexta-feira/> > Acesso em: 03 fev. 2015.

Na Figura 9, a expressão '*vem ni mim*' mais uma vez apresenta um sentido abstrato, pois 'sexta-feira' é algo inanimado por ser o nome de um dos dias da semana e, conseqüentemente, não tem como se deslocar até o interlocutor. No entanto compreende-se que o falante, ao usar esse termo, deseja que a sexta-feira chegue logo, talvez por ser o dia que a maioria dos trabalhadores aguarda com ansiedade para que possam iniciar o fim de semana

e sair da rotina do trabalho. Essa ideia pode ser corroborada também a partir da frase em inglês “*Keep calm [...]*” (mantenha a calma), ou seja, mantenha a calma porque a sexta-feira está chegando. Sobre a transferência de um sentido [concreto] para o [abstrato], Martellota (2011, p. 110) diz que

As informações mais abstratas provêm de uma realidade não perceptível pelos sentidos, sendo, portanto, mais difíceis não apenas de serem conceptualizadas pelo indivíduo, como também de serem transmitidas para os interlocutores. Nosso pensamento, tendo natureza imaginativa, estrutura uma realidade abstrata a partir de dados concretos. Esse processo analógico, que efetua a transferência de determinados dados de um domínio de significação para outro se identifica com o que chamamos de metáfora.

Dessa forma, o termo ‘*vem ni mim*’ presente nos *memes* acima é um exemplo do processo de gramaticalização, porque se percebe a transferência da ideia concreta de deslocamento no espaço para significações abstratas, como, por exemplo, desejo de possuir algo, de frequentar espaços, de antecipar o tempo, de compreender alguém ou alguma coisa, confirmando, assim, o princípio da unidirecionalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos nesta pesquisa corroboram a ideia de que a preposição *ni*, usada no Brasil, possui alguma relação com algumas línguas africanas, como a língua Yorubá, por exemplo, embora não como consequência de um substrato, mas devido a uma sobreposição semântica entre elementos mórficos locativos das línguas contatantes que formaram o PB. A escolha do grupo **traço semântico** na rodada geral, por exemplo, aponta que o *ni* ocorre em contextos locativos, conforme o peso relativo de .60 do fator **lugar**, independentemente, de apresentar uma ideia de <interioridade> e/ou de <destino>.

Possivelmente, a ausência de um *input* padrão teria favorecido a conservação da preposição *ni* no vernáculo brasileiro. A escolha do grupo **nível de escolaridade** pelo GoldVarb na rodada de Matinha sustenta essa possibilidade, tendo em vista que o peso relativo do fator **analfabeto** foi de .62, ao contrário do fator **séries iniciais**, que teve o peso relativo de .44.

A escolha do grupo **comunidade linguística do falante** pelo programa de estatística também justifica a causa da conservação desse traço linguístico, uma vez que a variedade do **português rural** apresentou o peso relativo de .65, ao contrário das variedades urbanas, que aduziram os pesos relativos de .33 para a variedade do **português popular** e .52 para o **português culto**.

Apesar de o peso relativo da variedade do português popular ter sido .33 (não favorecendo o emprego do *ni*), observa-se que entre essas comunidades linguísticas há pontos de intersecção no que diz respeito aos contextos de uso dessa preposição: normalmente, o sentido de **lugar** e o **grau de definitude do SN**. Dessa forma, o fato de haver características em comum entre essas variedades, configura-se um *continuum* rural-urbano.

As informações sócio-históricas de Feira de Santana legitimam a existência desse *continuum*. Segundo Freire (2011, p. 390), esse município, na época da colonização brasileira, era um espaço rural, que se desenvolveu a partir de uma economia agrária e escravista.

Os dados demográficos de Feira de Santana (1835) apresentavam um percentual de 30,2% de escravizados de uma população total de 14.962 habitantes (FREIRE, 2011, p. 391). Esses cativos já eram crioulos, logo falavam o português. Todavia, devido ao seu papel social, provavelmente eles tenham aprendido o português via transmissão linguística irregular, fazendo com que muitas das características do contato inicial fossem preservadas, como, por exemplo, o uso do *ni*.

Antes e depois da libertação dos escravizados, as áreas rurais eram as suas moradias. Contudo, depois do processo de industrialização, muitas pessoas deixaram esses espaços e foram em direção às cidades em busca de melhores condições de vida, fato que aconteceu em Feira de Santana em meados do século XX.

Através do êxodo rural, a preposição *ni* teria se difundido no PB, entretanto, ao chegar aos centros urbanos, os falantes da variedade rural encontraram oportunidades de aprender uma forma de prestígio, fazendo com que eles abandonassem algumas marcas linguísticas estigmatizadas. Essa poderia ser a explicação para que a preposição *ni* fosse, aos poucos, deixando de ser utilizada, conforme se nota na diferença dos pesos relativos de .65 do PR e de .33 do PP.

Possivelmente, o uso desse conectivo no português culto deixaria de ser utilizado, mas o peso relativo de .52 indica que essa variedade favorece o uso do *ni*. Esse favorecimento, porém pode estar relacionado à interferência da Internet onde, atualmente, é bastante comum o uso de *memes* com expressões baseadas em músicas que empregam *ni*. O peso relativo de .74 do fator **faixa I** do português culto justifica essa ideia, uma vez que, normalmente, são os jovens quem mais acessam a Internet e quem mais publicam esses tipos de *memes*.

Ao investigar alguns desses *memes*, percebe-se que são expressões gramaticalizadas que, a partir da metáfora e/ou da metonímia, ganham outros significados. É o caso da expressão '*vem ni mim*', que perde o sentido de deslocamento no espaço e apresenta outras ideias, como, por exemplo, a de desejo de possuir, de frequentar, de ansiedade, entre outros.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Davi Borges; NASCIMENTO, Aurelle Marie Franco. O locativo ni na fala sergipana: uma interpretação à luz do contato de línguas. *Revista da edição especial ABRALIN/SE*. Itabaiana, SE. Ano VIII. v. 17. Jan./jun. 2013, p. 99-110.
- ALMEIDA, Antônia Maria; BARAÚNA, Gilberto Simões. *Gramática yorubá para quem fala português*. Salvador: SP2YB, 2001.
- ALMEIDA, Norma Lucia F. Urbanização, escolarização e variação linguística em Feira de Santana – Bahia (século XX). *Revista Tabuleiro de Letras*. n.º. 4. Salvador. Jun. 2012, p. 1-21. Disponível em: <http://www.tabuleirodeletras.uneb.br/secun/numero_04/pdf/no04_artigo012.pdf> Acesso em: 07 fev. 2015.
- ALMEIDA, Norma Lucia Fernandes de; CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais. *Coleção amostras da língua falada no Semiárido Baiano*. Feira de Santana: UEFS, 2008.
- ARAÚJO, Gabriel Antunes; AGOSTINHO, Ana Livia dos Santos. Padronização das línguas nacionais de São Tomé e Príncipe. *Revista línguas*. São Paulo. n.º. 26. Jul./dez., p. 49-81, 2010. Disponível em: <http://www.revistalinguas.com/edicao26/artigo_3.pdf> Acesso em: 05 fev. 2015.
- ARAÚJO, Paulo Jeferson Pilar; ROCHA, Ivan. As expressões de localização, origem e destino de um percurso: possíveis implicações na descrição de duas línguas indígenas brasileiras e uma língua africana do grupo banto. *Revista Estudos Linguísticos*. n.º. 40. v. 1. São Paulo. jan-abr. 2011, p. 326-337. Disponível em: <http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/40/el.2011_v1_t27.red6.pdf> Acesso em: 07 fev. 2015.
- BAXTER, Alan. A contribuição das comunidades afro-brasileiras isoladas para o debate sobre a crioulação prévia: um exemplo do Estado da Bahia. In: D'ANDRADE, Ernesto; KIHM, Alain (Org.). *Actas do Colóquio sobre Crioulos de Base Lexical Portuguesa*. Lisboa: Colibri, 1992. p. 7-36.
- _____; LUCCHESI, Dante. A relevância dos processos de pidginização e crioulação na formação da língua portuguesa no Brasil. *Revista Estudos Linguísticos e Literários*. n.º. 19. mar. 97, p. 65-83. 1997.
- _____; LOPES, Norma da S. . NI no dialeto português dos Tongas de São Tomé (África). In: IV Encontro da Associação Brasileira de Estudos Crioulos e Similares, 2006, Goiânia. IV Encontro da Associação de Estudos Crioulos e Similares: Caderno de Resumos. Goiânia: Universidade Federal de Goiânia, 2006. v. único. p. 27-28.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 38.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005 [1961].

BONVINI, Emílio. Línguas africanas e português falado no Brasil. In. FIORIN, José Luiz; PETTER, Margarida. *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 15-62.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Do campo para a cidade: estudos sociolinguísticos de migração e redes sociais*. Traduzido por Stella Maris Bortoni-Ricardo e Maria do Rosário Rocha Caxangá. São Paulo: Parábola, 2011 [1985].

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. 2. ed. Traduzido por Mary Leite de Barros. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

CALLOU, Dinah, et. al.. O português do Brasil: polarização sociolinguística. In. CARDOSO, Suzana Alice Marcelino, et. al. (Org.). *Quinhentos anos de história linguística do Brasil*. Salvador: Funcultura, 2006. p. 259-292.

CALVET, Louis-Jean. *Linguística e colonialismo: pequeno tratado de glotofaxia*. Traduzido por Xoan Fuentes Castro. Galícia: Laiovento, 1993.

_____. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. Traduzido por Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002.

CASTILHO, Ataliba T. de. O problema da gramaticalização das preposições no projeto para a história do português brasileiro. *Revista Estudos Linguísticos*, São Paulo, n. 23, p. 982-988, 2004.

_____. A gramaticalização. *Revista Estudos Linguísticos e Literários*. nº. 19. Salvador: Universidade Federal da Bahia. mar. de 1997. p. 25-64.

_____. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

CHATELAIN, Heli. *Gramática elementar Kimbundu: língua de Angola*. Genebra: Typ. de Charles Schuchardt, 1888-1889, p. 14-15. Disponível em: <<https://archive.org/stream/kimbundugrammar00chatgoog#page/n6/mode/2up>> Acesso em: 26 abr. 2015.

COUTO, Hildo Honório. Ecologia das relações espaciais: as preposições do crioulo guineense. *Papia*. São Paulo. v. 17. p. 80-111, 2007. Disponível em: <<http://revistas.fflch.usp.br/papia/article/view/2035>> Acesso em: 05 fev. 2015.

_____. *Linguística, ecologia e ecolinguística: contato de línguas*. São Paulo: Contexto, 2009.

CUNHA, Celso Ferreira. *Gramática da língua portuguesa*. 11.ed. Rio de Janeiro: FAE, 1985 [1972].

_____. Celso. Ni «em » = «em casa de». *Anais do Primeiro Simpósio de Filologia Românica*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, p. 223-30, 1970.

DIÓRIO JÚNIOR, Eduardo. *Preposições no português brasileiro: um estudo frequencial*. 2002. 209f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 2002.

EMBALÓ, Filomena. O crioulo da Guiné-Bissau: língua nacional e factor de identidade nacional. *Papia*. São Paulo. n.º 18. p. 101-107, 2008. Disponível em: <<http://revistas.fflch.usp.br/papia/article/viewFile/2027/1848>> Acesso em: 05 fev. 2015.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

FERRARI, Lilian Vieira. Variação e cognição: o caso das preposições locativas em e ni no português do Brasil. *Revista ANPOLL*, n.º 3, p. 121-133, 1997. Disponível em: <<http://www.anpoll.org.br/revista/index.php/revista/article/view/261/274>>. Acesso em: 20 de jun. de 2014.

FREIRE, Luiz Cleber Moraes. Povoamento, produção agropecuária e trabalho escravo na comarca de Feira de Santana (1850-1888). In: NEVES, Erivaldo Fagundes (Org.). *Sertões da Bahia: formação social, desenvolvimento econômico, evolução política e diversidade cultural*.

FREITAG, Raquel Meister Ko.; MARTINS, Marco Antonio; TAVARES, Maria Alice. Bancos de dados sociolinguísticos do português brasileiro e os estudos de terceira onda: potencialidades e limitações. *Revista Alfa*. n.º 56. v. 3. 2012, 917-944. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/alfa/v56n3/a09v56n3> > Acesso em: 07 fev. 2015.

GIVÓN, Talmy. *A compreensão da gramática*. Traduzido por Maria Angélica Furtado da Cunha, Mário Eduardo Martelotta e Felipe Albani. São Paulo: Cortez; Natal, RN: EDUFRN, 2012.

GONÇALVES, P.; CHIMBUTANE, F. O papel das línguas Bantu na gênese do português de Moçambique: o comportamento sintático de constituintes locativos e direccionais. *Papia*, v.14, 2004, p. 1-29.

GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite; LIMA-HERNANDES, Maria Célia; CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina (Org.). *Introdução à gramaticalização*. São Paulo: Parábola, 2007. p. 67-90.

GUY, Gregory R. A questão da criouliização na português do Brasil. In: ZILLES, Ana Maria Stahl (Org.). *Estudos de variação linguística no Brasil e no Cone Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

GUY, Gregory R.; ZILLES, Ana. *Sociolinguística quantitativa: instrumental de análise*. Traduzido por Ana Zilles e Leonardo Z. Maya. São Paulo: Parábola, 2007.

HAGEMEIJER, Tjerk. As línguas de S. Tomé e Príncipe. *Revista de crioulos de base lexical portuguesa e espanhola*, 2009. P. 1-27. Disponível em: <<http://www.umac.mo/fah/ciela/rcblpe/doc/As%20Linguas%20de%20S%20Tome%20e%20Principe.pdf>> Acesso em: 5 fev. 2015.

HAUGEN, Einar. Dialeto, língua, nação. In. BAGNO, Marcos. *Norma linguística*. São Paulo: Loyola, 2001, p. 97-114.

HOLM, John. Creole influence on popular Brazilian Portuguese. In: GILBERT, G.G. (Ed.). *Pidgin and Creole languages*. Essays in memory of John E. Reinecke. Honolulu: University of Hawaii Press, 1987. P. 406-429.

_____. *Pidgins and creoles: theory and structure*, v. 1. New York: Cambridge University Press, 1988.

LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. Traduzido por Marcos Bagno, M^a Marta Pereira Scherre e Caroline R. Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

LUCCHESI, Dante. Norma linguística e realidade social. In: BAGNO, Marcos (org.). *Linguística da norma*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2004. 63-91.

LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan. A transmissão linguística irregular. In: LUCCHESI, Dantes; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (Org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 101-124.

Mapas da Bahia dividido por regiões econômicas. Disponível em:
<<http://www.brasilfazendas.com.br/mapas/mapas.htm>> Acesso: 02 de jul. de 2014.

MARTELLOTA, Mário Eduardo. *Mudança linguística: uma abordagem baseada no uso*. São Paulo: Cortez, 2011.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004.

_____. *O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 2006.

MINISTÉRIO DA CULTURA, Fundação biblioteca nacional. *A carta de Pero Vaz de Caminha*. Disponível em:
<http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/carta.pdf> Acesso em: 07 fev. 2015.

MOLLICA, Maria Cecília. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (Org.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2007, p. 9-14.

MUSSA, Alberto Baeta Neves. *O papel das línguas africanas na história do português do Brasil*. 1991. 260f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 1991.

NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2007.

NGUNGA, Armindo. *Introdução à linguística bantu*. Maputo: Imprensa universitária, 2004.

NOLL, Volker. *O português brasileiro: formação e contrastes*. Traduzido por Mário Eduardo Viaro. São Paulo: Globo, 2008.

OLIVEIRA, Marilza. A preposição a no português de Moçambique. *Revista do GEL*, 2005. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dlc/lport/pdf/maril010.pdf>>. Acesso em: 12 de jun. de 2014.

PAES, Maria Bethânia Gomes. *A preposição ni em Vitória da Conquista: usos e avaliação do falante*. 2013. 99f. Dissertação (Mestrado em Estudo da Linguagem) – Programa de Pós-graduação em Estudo da Linguagem da Universidade do Estado da Bahia: Salvador, 2013.

PAIVA, Maria da Conceição. A variável gênero/sexo. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (Org.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2007, p. 33-42.

PARKVALL, Mikael. *Da África para o Atlântico*. Campinas: UNICAMP, 2012.

PERINI, Mário A. *Princípios de linguística descritiva: introdução ao pensamento gramatical*. São Paulo: Parábola, 2006.

PETTER, Margarida Maria Toddoni. O *continuum* afro-brasileiro do português. In: GALVES, Charlotte; GARMES, Helder; RIBEIRO, Fernando Rosa (Org.). *África-Brasil: caminhos da língua portuguesa*. Campinas – SP: Unicamp, 2009.

POGGIO, Rosauta Maria Galvão F. *Processos de gramaticalização de preposições do latim ao português: uma abordagem funcionalista*. Salvador: EDUFBA, 2002.

PONTES, Eunice. *Espaço e tempo na língua portuguesa*. Campinas: Pontes, 1992.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. O conceito de identidade em linguística: é chegada a hora para uma reconsideração radical. In: SIGNORINI, Inês. *Lingua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas – SP: Mercado de letras, 2001, p. 21- 45.

RAMOS, Graciliano. *Vidas secas*. 114. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010 [1938].

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010 [1995].

ROMAINE, Suzanne. *Pidgin and creole languages*. London: Logman linguistics library, 2000 [1988].

ROSA, Maria Carlota. *Uma língua no Brasil colônia de seiscentos: o quimbundo ou língua de Angola na arte de Pedro Dias, S.F.* Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

ROUGÉ, Jean-Louis. A inexistência de crioulo no Brasil. Traduzido por Tania Alkimin. In: FIORIN, José Luiz; PETTER, Margarida (Org.). *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 63-74.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de linguística geral*. 27. ed. Traduzido por Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blickstein. São Paulo: Cultrix, 2006 [1916].

SIEGEL, Jeff. Substrate influence in creoles and the role of transfer in second language acquisition. *Studies in second language acquisition*, Cambridge, v. 25, n.2, p. 185-209, 2003.

SILVA NETO, Serafim. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 5.ed. Rio de Janeiro: Presença; Brasília: INL, 1986 [1950].

SOUZA, Emerson Santos. *Descrição da variante ni em textos escolares da cidade de Serrinha*. 2012, 62f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa e Literaturas) – Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia – *Campus XIV*, Conceição do Coité, 2012.

VIARO, Mário Eduardo. Sobre a origem das preposições ibero-românicas hasta, ata e até. *Revista Estudos de Linguística Galega*. v. 5. 2013, p. 189-212. Disponível em: <<http://www.usc.es/revistas/index.php/elg/article/viewFile/1346/1182>> Acesso em: 07 fev. 2015.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin I. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Traduzido por Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].